

CRISTIANE CAMILLO ROSSINI

**A SEGREGAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFRA-
ESTRUTURA URBANA, NA CIDADE DE SANTA MARIA/RS**

Florianópolis

2005

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

Cristiane Camillo Rossini

**A Segregação na Distribuição dos Equipamentos de Infra-Estrutura Urbana, na Cidade
de Santa Maria/RS**

Orientador

Profº. Dr. Elson Manoel Pereira

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, maio de 2005

A Segregação na Distribuição dos Equipamentos de Infra-Estrutura Urbana, na Cidade de Santa Maria/RS

Cristiane Camillo Rossini

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração, Desenvolvimento Regional e Urbano, do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de **Mestre em Geografia**.

Prof. Dr. Norberto Olmiro Horn Filho

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 18/05/2005

Dr. Elson Manoel Pereira (Presidente e Orientador – GCN/UFSC)

Dra. Leila Christina Duarte Dias (Membro – GCN/UFSC)

Dra. Isa de Oliveira Rocha (Membro – UDESC)

Florianópolis – 2005

AGRADECIMENTOS

Fazer um mestrado nas condições atuais é algo bastante difícil, em todos os sentidos. Concluir este trabalho exigiu muito esforço e abdicção de muitas coisas. E hoje, vejo que a vida é feita de etapas, e que esta é apenas mais uma. Apenas a minha contribuição não seria possível para que eu fizesse este trabalho, e pensando desta maneira, agradeço:

À Universidade Federal de Santa Catarina, ao Departamento de Geociências, e principalmente, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela oportunidade de fazer o mestrado;

Ao Elson, pela orientação e pelo entendimento das minhas dificuldades;

À Prefeitura Municipal de Santa Maria pelo material disponibilizado para a realização deste trabalho. Especialmente, agradeço às Secretarias Municipais de Planejamento, de Saúde, de Educação, de Gestão Ambiental e de Esporte e Lazer, pela vontade de disponibilizar as suas informações;

À CORSAN, que apesar de todas as dificuldades para obtenção de seus dados, sempre me deram muita atenção;

À AES Sul, ao Conselho Municipal de Saúde e à 8ª Coordenadoria de Educação, pelas informações concedidas;

Ao Diego que sempre esteve comigo, em todas as etapas do trabalho. Agradeço as conversas, as discussões, as leituras do trabalho, a presença nos trabalhos de campo, enfim a tudo. Ele é parte integral deste trabalho;

Ao meu pai e minha mãe que incondicionalmente estão comigo;

À toda a minha família, que aqui não posso citar o nome de todos, pela força e carinho;

Aos meus amigos, que de qualquer forma contribuíram com este trabalho, pois a torcida e o pensamento positivo ajudam muito;

Aos meus novos amigos que me acolheram numa nova cidade, e que torceram por mim quando estava finalizando o trabalho;

Às minhas queridas amigas Fran, Karla e Keila, que conheci no mestrado e que me acompanharão pra sempre na vida.

Não há perigo
Que vá nos parar
Se o bom de viver é estar vivo
Ter amor, ter abrigo
Ter sonhos, ter motivos pra cantar...
Armas no chão
Flores nas mãos
Mas se o bom de viver é estar vivo
Ter amor, ter abrigo
Vivendo em paz, prontos pra lutar...
O soldado da paz não pode ser derrotado
Ainda que a guerra pareça perdida
Pois quanto mais se sacrifica a vida
Mais a vida e o tempo são os seus aliados
O soldado da paz não pode ser derrotado
Ainda que a guerra pareça perdida
Pois quanto mais se sacrifica a vida
Mais a vida e o tempo são os seus aliados

Soldado da Paz (Herbert Vianna)

RESUMO

A Segregação na Distribuição dos Equipamentos de Infra-Estrutura Urbana, na Cidade de Santa Maria/RS

Autora: Cristiane Camillo Rossini

Orientador: Prof. Dr. Elson Manoel Pereira

O presente trabalho se propôs a realizar uma investigação sobre o papel do poder público no atendimento da infra-estrutura urbana na cidade de Santa Maria/RS. Além disso, objetivou identificar a distribuição espacial da infra-estrutura urbana na cidade de Santa Maria, averiguando os bairros que dispõem e os que se encontram carentes de infra-estrutura de equipamentos urbanos, e ainda, verificou a relação da distribuição dos equipamentos de infra-estrutura urbana com o nível de renda da população da cidade.

No trabalho, foram analisados os seguintes equipamentos de infra-estrutura urbana: água, esgoto, energia elétrica, circulação, saúde, educação e áreas de lazer. Verificou-se que há uma hierarquização no atendimento, por parte do poder público, das necessidades da população que habita as áreas de baixa renda da cidade; aquelas necessidades mais prementes, indispensáveis para uma reprodução mínima da força de trabalho como água e educação básica, estão distribuídas de forma satisfatória por todo o espaço urbano. No entanto, equipamentos como esgoto, infra-estrutura de circulação, saúde e principalmente áreas de lazer, são oferecidos de maneira mais precária nos bairros mais pobres.

Assim sendo, também se pode comentar que a distribuição espacial da maioria dos equipamentos de infra-estrutura urbana em Santa Maria está diretamente relacionada com o nível de renda média da população dos bairros da cidade. Para a maioria dos equipamentos urbanos, a sua presença está comumente nos bairros mais próximos do centro da cidade, o que coloca em questão o alto grau de segregação social em que muitas pessoas moradoras dos bairros mais carentes se encontram.

Portanto, pode-se dizer que a diferenciação sócio-espacial na cidade de Santa Maria certamente é reforçada pelo atendimento desigual por parte do Estado (poder público) às diferentes solicitações por infra-estrutura urbana da população daquela cidade.

Palavras-chave: Santa Maria. Segregação Urbana. Distribuição Espacial da Infra-Estrutura Urbana. Bairros. Estado.

RÉSUMÉ

La ségrégation dans la distribution des équipements de l'infrastructure urbaine dans la ville de Santa Maria/RS

Auteur: Cristiane Camillo Rossini

Directeur de thèse: Prof. Dr. Elson Manoel Pereira

Ce travail a eu pour but de faire une recherche sur le rôle du pouvoir public pour gérer l'infrastructure urbaine dans la ville de Santa Maria/RS. Il a aussi pour objet d'identifier la distribution spatiale de l'infrastructure urbaine de Santa Maria, en relevant les quartiers qui ont ou non l'infrastructure d'équipements urbains, et de vérifier la relation de distribution des équipements de l'infrastructure urbaine avec le niveau de revenus de la population de la ville.

Dans ce travail, nous avons analysé les équipements d'infrastructure urbaine suivants: eau, égouts, énergie électrique, circulation, santé, éducation et lieux de loisir. On a trouvé une hiérarchisation dans les gérances de la part du pouvoir public, des nécessités de la population qui habite les régions de faibles revenus de la ville. Ces nécessités de premier ordre, indispensables à la reproduction minimale de la force de travail comme l'eau et l'éducation primaire, sont distribuées de façon satisfaisante dans tout l'espace urbain. Cependant, des équipements comme les égouts, l'infrastructure de circulation, la santé et surtout les lieux de loisir, sont offerts de façon plus précaire dans les quartiers les plus pauvres.

Nous pouvons ainsi expliquer que la distribution spatiale de la majorité de l'infrastructure urbaine de Santa Maria est en rapport direct avec le niveau de revenus moyens de la population des quartiers de la ville. La majorité des équipements urbains se trouve en général dans les quartiers les plus proches du centre de la ville, ce qui met en question le haut degré de ségrégation sociale où se trouvent un grand nombre de personnes qui habitent les quartiers défavorisés.

Donc, nous pouvons dire que la différence socio-spatiale de la ville de Santa Maria est certainement augmentée par une gestion inégale de la part de l'État (pouvoir public) aux différentes demandes pour l'infrastructure urbaine de la population de cette ville.

Mots-clés: Santa Maria. Ségrégation Urbaine. Distribution Spatiale de L'infrastructure Urbaine. Quartiers. État.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE QUADROS	xii
LISTA DE MAPAS	xiii
1. INTRODUÇÃO	14
2. ESPAÇO URBANO E INFRA-ESTRUTURA: LOCALIZAÇÃO, AGENTES E CONTRADIÇÕES – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	17
2.1. Os Equipamentos Urbanos: Direito de Todos com Distribuição Desigual	17
2.2. A Cidade como Palco de Relações Sociais Complexas: O Valor da Localização	20
2.3. Contradições da Sociedade Manifestadas Através da Segregação Urbana	23
2.4. O Estado como Agente do Espaço Urbano	27
2.5. A Crise do Estado e a sua Repercussão nas Administrações Municipais	30
2.6. Novos Atores Sociais Comprometidos com a Problemática Urbana	33
3. METODOLOGIA	37
3.1. Objetivo Principal	37
3.2. Objetivos Específicos	37
3.3. Definição das Categorias Analíticas	37
3.4. Hipótese de Trabalho	38
3.5. Delimitação dos Indicadores de Infra-Estrutura Urbana	39
3.6. Revisão de Literatura	39
3.7. Levantamento de Dados	40
3.8. Análise dos Dados	43
4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	45
4.1. Localização Geográfica de Santa Maria	45
4.2. Elementos que contribuem para a configuração espacial de Santa Maria	47
4.3. Aspectos Atuais do Município de Santa Maria	51
5. INFRA-ESTRUTURA URBANA E PODER PÚBLICO: UM OLHAR SOBRE SANTA MARIA	64
5.1. ÁGUA	65
5.2. ESGOTO	66
5.3. ENERGIA ELÉTRICA	71
5.4. CIRCULAÇÃO	72
5.5. SAÚDE	77

5.5.1. Unidades de Saúde da Prefeitura Municipal de Santa Maria	77
5.5.2. Hospitais Públicos que atendem pelo SUS (total de leitos 240)	82
5.5.3. Hospitais Particulares que não atendem pelo SUS (total de leitos 303)	82
5.5.4. Hospitais Públicos com atendimento restrito (total de leitos 120)	82
5.6. EDUCAÇÃO	87
5.6.1. Escolas Municipais	87
5.6.2. Escolas Estaduais	91
5.6.3. Escolas Particulares	95
5.7. ÁREAS DE LAZER	98
5.7.1. Praças	98
5.7.2. Parques	101
5.7.3. Largos	102
5.7.4. Ginásios de Esportes da Prefeitura Municipal	103
5.7.5. Outras opções de lazer sob responsabilidade da Prefeitura Municipal	104
6. CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DE EQUIPAMENTOS URBANOS	110
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa de Localização de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul ...	46
FIGURA 2: Vista do rebordo do planalto no bairro Centro, sendo a foto tirada no sentido SW-NE	47
FIGURA 3: Vista parcial da cidade mostrando ao fundo o Morro Cerrito e o Morro Mariano da Rocha, sendo a foto tirada no sentido N-S	48
FIGURA 4: Foto mostrando a situação precária da rua Bahia, no bairro Parque Pinheiro Machado, sendo a mesma tirada no sentido S-N	76
FIGURA 5: Foto do equipamento infantil existente na praça Petrônio Cabral no bairro Cohab Passo da Ferreira, sendo a mesma tirada no sentido SE-NW	107
FIGURA 6: Completo abandono da Praça Virgílio Zampieri	108
FIGURA 7: Estado de conservação muito ruim da Praça Estado de Israel	108

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Evolução da população do município de Santa Maria/RS, de 1940 a 2000	51
TABELA 2: Valor do Rendimento Nominal Médio Mensal, em R\$, de pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, na cidade de Santa Maria/RS	61
TABELA 3: Residências atendidas com o serviço de energia elétrica AES Sul (Distribuidora Gaúcha de Energia), nos diferentes bairros da cidade de Santa Maria/RS	71
TABELA 4: Unidades de Saúde na cidade de Santa Maria/RS, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal	81
TABELA 5: Escolas Particulares com Ensino Fundamental na cidade de Santa Maria/RS e o bairro em que cada escola se encontra	95

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: População Total dos Bairros de Santa Maria, no ano de 2000	55
QUADRO 2: Residências abastecidas com o serviço de água da CORSAN, nos diferentes bairros da cidade de Santa Maria/RS	65
QUADRO 3: Residências atendidas com o serviço de esgoto da CORSAN, nos diferentes bairros da cidade de Santa Maria/RS	66
QUADRO 4: Predominância de vias com asfalto, vias com paralelepípedo e vias com chão batido, nos bairros de Santa Maria/RS	73
QUADRO 5: População total e número de unidades sanitárias da prefeitura municipal, por bairro, na cidade de Santa Maria/RS.....	85
QUADRO 6: Escolas Municipais de Ensino Fundamental existentes na cidade de Santa Maria/RS	88
QUADRO 7: Escolas Estaduais com Ensino Fundamental na cidade de Santa Maria/RS	92
QUADRO 8: População total, número de escolas municipais e número de escolas estaduais por bairro, na cidade de Santa Maria/RS	94
QUADRO 9: Total de praças existentes em Santa Maria/RS, com ou sem lei de praças, evidenciando também o bairro em que se encontra cada praça	100
QUADRO 10: Estado de conservação dos equipamentos existentes em cada praça da cidade, segundo levantamento de campo	106
QUADRO 11: Resumo comparativo das condições de infra-estrutura urbana para os bairros da cidade de Santa Maria/RS	117

LISTA DE MAPAS

Mapa de Distribuição e Localização dos Bairros no Perímetro Urbano de Santa Maria/RS	54
Mapa de Distribuição Espacial da Renda Nominal Média Mensal das Pessoas com Rendimento e Responsáveis pelos Domicílios Particulares Permanentes na Cidade de Santa Maria/RS	62
Mapa de Distribuição Espacial Percentual de Residências com Abastecimento de Água pela CORSAN na Cidade de Santa Maria/RS	68
Mapa de Distribuição Espacial Percentual de Residências com Atendimento de Rede de Esgoto pela CORSAN na Cidade de Santa Maria/RS	69
Mapa de Distribuição Espacial do Tipo Predominante de Pavimentação Encontrada na Cidade de Santa Maria/RS	74
Mapa de Distribuição Espacial das Unidades de Saúde Públicas e Particulares na Cidade de Santa Maria/RS	84
Mapa de Distribuição Espacial das Escolas Públicas e das Escolas Particulares com Ensino Fundamental na Cidade de Santa Maria/RS	96
Mapa de Distribuição Espacial das Áreas de Lazer Públicas Existentes na Cidade de Santa Maria/RS	105

1. INTRODUÇÃO

O progressivo processo de urbanização implica em uma mudança na organização do espaço e da sociedade, mas, além disso, numa alteração do próprio corpo social, alterando significativamente, a maneira de ser e de viver do homem (SOUZA, 1988). Com a característica de reestruturação sócio-espacial que a urbanização expressa, a evolução urbana vai assim decorrer, de um contínuo processo de diferenciação social, que ao mesmo tempo, denota uma condição de diferenciação espacial, que através dela se expressa (SPOSITO, 1996).

Assim, com esta realidade, com diferença de grau e de intensidade, a maioria das cidades brasileiras exhibe problemáticas semelhantes, tanto de ordem social como de ordem econômica. O tamanho, o tipo de atividade, a região em que se encontram, entre outros, são elementos importantes desta diferenciação. Mas, com certeza, pelo menos em relação às cidades maiores, todas apresentam problemas como o desemprego, a carência de transporte, de abastecimento de água, de esgotos, de áreas apropriadas para o lazer, de habitação, de acesso à educação e à saúde, salientando-se ainda que, quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam esses problemas.

Esses problemas, segundo Santos (1996), são advindos de uma urbanização corporativa, que é pensada para os interesses das grandes firmas (que devoram os recursos públicos) e, como conseqüência desta expansão capitalista, temos uma preeminência dos interesses econômicos, em detrimento dos gastos sociais.

De modo algum, esta realidade complexa encontrada nas cidades, pode ser vista como um acontecimento desestruturado, desarticulado com o modo de produção capitalista, na qual a sociedade está inserida, uma vez que salta-nos aos olhos o conflito existente entre as diferentes classes sociais. Com essa situação de conflito social contextualizada no capitalismo, a população das cidades está sofrendo, cada vez mais, com inúmeros e difíceis problemas, como a segregação do espaço urbano e a conseqüente precariedade dos equipamentos de infra-estrutura urbana.

O que se observa de fato é o agravamento da segregação sócio-espacial no que se refere ao acesso aos equipamentos de infra-estrutura urbana, resultando em prejuízo à qualidade de vida das pessoas, principalmente para aqueles que residem nas áreas mais carentes destes serviços urbanos.

Assim, a ação do Estado é um elemento de fundamental importância para a configuração das cidades, de modo que, dada à sua atuação, Santos (1996, p.111) ressalta que “o próprio poder público torna-se criador privilegiado da escassez... O poder público, entretanto, não age apenas de forma indireta. Ele também atua de forma direta na geração de problemas urbanos, ainda que prometendo resolvê-los”.

No presente trabalho, o Estado (enquanto poder público municipal) é um elemento importante para análise da realidade das cidades, neste caso, especificamente a cidade de Santa Maria/RS. E sobre isso, tem-se que “as atuais dificuldades dos municípios espelham um Estado exaurido, que vem gastando seus recursos no pagamento da dívida externa, que tem se mostrado incapaz de implementar políticas sociais nos níveis estaduais e municipais e de intervir eficazmente para reduzir a crise social e a extrema pobreza, que atinge, pelo menos um terço dos brasileiros” (SUGAI, 2002, p.124).

Considerando, então, que, dentro das cidades existem bairros que possuem e concentram melhores equipamentos de infra-estrutura urbana, como bairros que desfrutam desses benefícios em condições precárias ou, até mesmo, bairros onde esses serviços urbanos inexistem, este trabalho pretende ser uma investigação sobre o papel do poder público no atendimento da infra-estrutura urbana na cidade de Santa Maria/RS. Neste contexto de diversidade e contradições, o tema em questão é de grande relevância no contexto atual verificado nas cidades, uma vez que a compreensão das causas da distribuição desigual dos equipamentos de infra-estrutura urbana permite avançar na compreensão da própria dinâmica urbana.

A questão que se impõe é: como se materializa espacialmente em Santa Maria, a distribuição da infra-estrutura urbana pública, considerando-se a desigual ocupação do espaço segundo níveis de renda diferentes?

A escolha da cidade de Santa Maria deve-se basicamente à sua característica como cidade de porte médio, com significativa parcela da população vivendo na zona urbana, e com importância relevante para toda a região central do Rio Grande do Sul. Além disso, a cidade possui elementos importantes a serem investigados, como, no caso, os equipamentos urbanos, dada a existência de uma imensa área urbana carente nesses serviços urbanos. A opção por estudar Santa Maria também ocorre pelo fato de que, a carência de equipamentos urbanos nos bairros, continuamente, vem aumentando, sem que políticas urbanas sejam implantadas para que os problemas da cidade sejam solucionados (BOLFE, 1997). E também, a escolha por Santa Maria é devido ao envolvimento da pesquisadora com a cidade, realizando desde o início do seu curso de graduação, inúmeros trabalhos acadêmicos sobre a cidade.

Desta maneira, com o intuito de analisar estas diferenças sócio-espaciais existentes entre os bairros da cidade de Santa Maria/RS, o trabalho está estruturado em cinco capítulos. Primeiramente, abordam-se questões teóricas a respeito do espaço urbano e a infra-estrutura, salientando componentes que são inerentes a esses dois elementos, como a localização, os agentes e as contradições. Neste capítulo, os assuntos tratados referem-se aos equipamentos urbanos e a sua distribuição desigual; às relações sociais complexas estabelecidas nas cidades; à segregação urbana; ao estado como agente do espaço urbano; às administrações municipais no contexto urbano; e à inserção de novos atores sociais nas cidades, em busca dos direitos urbanos. A seguir, apresenta-se a metodologia, com o intuito de mostrar os passos que foram desenvolvidos no trabalho.

Posteriormente, enfoca-se especificamente a cidade de Santa Maria, de modo a elucidar e conhecer melhor a cidade estudada, acercando-se dos elementos importantes que foram e que são importantes para a sua realidade. Logo após, tem-se a relação estabelecida entre infra-estrutura urbana e poder público em Santa Maria.

Por último, faz-se a análise com o objetivo de entender a distribuição dos equipamentos urbanos na cidade de Santa Maria, tentando mostrar, em relação aos equipamentos urbanos estudados, os bairros que dispõem desses equipamentos e os bairros que se encontram carentes nesses equipamentos e o papel desempenhado pelo poder público na distribuição desigual deles.

Na tentativa de compreensão da estruturação das cidades, Marques (2000, p.55) revela, de fundamental importância, a compreensão da realidade urbana, pois para ele “a produção do espaço não representa uma simples cristalização de ações passadas na estruturação da cidade e em suas construções, mas se constitui também pela constante recriação dos espaços e reinterpretação de seus conteúdos e significados por parte dos atores sociais atuantes na cena urbana”.

2. ESPAÇO URBANO E INFRA-ESTRUTURA: LOCALIZAÇÃO, AGENTES E CONTRADIÇÕES – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

2.1. Os Equipamentos Urbanos: Direito de Todos com Distribuição Desigual

A Lei 10257 de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, afirma em seu artigo 2 que:

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.

Além disso, a fim de cooperar para ressaltar a importância dos equipamentos urbanos, na esfera municipal, tem-se especificamente a Lei Orgânica do município de Santa Maria (2002), que em seu artigo 22, também os evidencia:

É assegurado a todos, nos termos da Constituição Federal, da Estadual e desta Lei Orgânica, o direito à soberania, à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, ao usufruto dos bens culturais universais, à preservação das culturas particulares, à segurança, à previdência social, à proteção da

maternidade e da infância, à assistência aos desamparados, ao transporte, à habitação e ao meio ambiente equilibrado (p.12).

Buscando a compreensão do que vêm a ser equipamentos urbanos, Silva; Saule Junior (1993, p.24) entendem que “estes englobam não só o acesso de todos os cidadãos aos equipamentos e serviços básicos, como moradia, transporte público, saneamento, energia elétrica, iluminação pública, comunicações, cultura, educação, saúde, lazer, segurança, bem como, o acesso à gestão democrática das cidades e à preservação do patrimônio ambiental e cultural”.

Na verdade, ter acesso a serviços urbanos nada mais é do que atender ao direito mínimo do cidadão urbano, que é o de habitar com dignidade. Assim, a partir das idéias de Rodrigues (1997) e de Campos Filho (1999), entende-se que infra-estrutura urbana compreende todos os serviços urbanos, que diretamente possibilitam uma qualidade de vida para a população que os usufrua, sendo estes: habitação, transporte urbano coletivo, segurança, educação, rede de água e esgoto, iluminação pública, energia elétrica, cultura, lazer, ruas em boas condições e saúde.

E corroborando com estas questões, Santos (1997, p.52) destaca que é preciso “dar a todos os homens o direito a um emprego e uma acessibilidade igual a todos os bens e serviços considerados essenciais”.

No que se refere à distribuição dos equipamentos urbanos, pode-se dizer que esses se encontram distribuídos de forma desigual entre as diferentes classes sociais. O Estado, por sua vez, através de ações efetivas, atua como o principal distribuidor dos equipamentos urbanos.

Ao pensar de forma normativa, Campos Filho (1999) entende a distribuição desses equipamentos urbanos como resposta à sua real necessidade, uma vez que este critério é uma condição importante para a qualidade da prestação de serviços. O importante seria avaliar com o máximo de cuidado esta distribuição, não sendo oferecidos equipamentos urbanos que vão além ou aquém das necessidades da população.

Para complementar as colocações referentes à importância de se pensar e analisar a realidade social ao se distribuir os equipamentos urbanos, segundo Marques (2000, p.128) “a base deve ser construída a partir de variáveis que representem os processos que se considera como sendo os causadores do fenômeno estudado, o que a tornaria “neutra” em relação ao fenômeno. Uma base que delimitasse a localização dos grupos sociais a mais apropriada”.

Segundo Lojkine (1997), um outro elemento também importante ao se distribuir a infra-estrutura urbana, é a concepção de ver os gastos com esses equipamentos através do seu valor de uso, e não somente pelo seu valor de troca¹. Mas, isto, para o autor, não é uma coisa simples, pois “esse valor de uso tenderá a ser privatizado e fragmentado sob o duplo efeito da concorrência entre agentes ou frações do capital (utilizadores) e da necessidade para o Modo de Produção Capitalista de rentabilizar todos os setores da economia, integrando-os à esfera capitalista mercantil” (p.182).

Sendo assim, é necessário vê-los sob o aspecto das relações sociais capitalistas, que modificam seu valor de uso, integrando-os na produção mercantil, de modo que o efeito para a realidade urbana será a sua desigual distribuição social e, logo, a segregação espacial do seu uso, possibilitando observar nessa realidade um arruinamento permanente dos valores de uso coletivo (LOJKINE, 1997).

Assim, atualmente, a distribuição da população no espaço urbano se dá em função do seu poder aquisitivo, visto que, os possuidores de uma renda maior, melhor se localizam na estrutura das cidades, em relação à infra-estrutura urbana. Muitas vezes, o que se vê é o tratamento do espaço urbano como uma mercadoria, cujo preço é definido por “certos atributos de mercado”², como ressalta Rolnik (1988, p.64), ou seja, “o superequipamento de um e a falta de infra-estrutura do outro”. Deste modo, observa-se que nas cidades ocorrem exclusões territoriais e espaciais entre as classes que podem obter os serviços básicos de infra-estrutura que possibilitam uma melhor condição de vida, em contrapartida à grande maioria pobre que habita as nossas cidades, mostrando um sério contraste do espaço urbano.

Complementando este enfoque sobre os equipamentos de infra-estrutura urbana, Silva (1999) elucida elementos importantes, envolvendo inúmeras dimensões que os compõem, ou seja, a complexidade de relações que os influenciam.

As diversas manifestações do espaço, permitem situações capazes de simulação e análise que viabilizam maior compreensão da situação contraditória quando se discute a ação das diversas formas de intervenção

¹ De modo a explicitar os conceitos de valor de uso e de valor de troca, recorre-se às definições de Marx (1982). Para o autor, uma mercadoria possui duas características essenciais: primeiramente, tem-se o valor de uso da mercadoria, destacada através das qualidades físicas, que satisfazem as necessidades humanas e não tendo nenhuma ligação definida com a quantidade de trabalho necessário para a apropriação de suas qualidades úteis; e valor de troca da mercadoria, que se exprime em seus preços uma dimensão quantitativa, em virtude da qual comparações podem existir, pressupondo um elemento comum a todas as mercadorias.

² Sobre esta questão fica evidente o conflito de classes sociais existente na nossa sociedade, onde as pessoas que podem pagar pelos serviços de infra-estrutura (capazes de garantir uma vida digna aos habitantes da cidade), são os que possuem esses serviços, condicionando os demais à exclusão das políticas urbanas.

do e no espaço, sobressaindo-se especialmente a do Estado, preferencialmente, no que tange à oferta de itens na maioria das vezes tratados como externalidades, estejam elas vinculadas à infra-estrutura, a equipamentos e serviços que podem ou não aguçar o quadro de desigualdade de um determinado espaço. Emprestando e facilitando a análise do quadro espacial, a cidade permite verificar esse caráter contraditório nas múltiplas formas de como se estabelece o jogo dialético (p.42).

Assim, hoje, nas cidades, verifica-se que o “jogo dialético”, atrelado à infra-estrutura urbana, manifesta relações extremamente complexas, exigindo-se uma profunda reflexão sobre os elementos que interagem direta ou indiretamente sobre estes equipamentos de infra-estrutura urbana (SILVA, 1999).

2.2. A Cidade como Palco de Relações Sociais Complexas: O Valor da Localização

A cidade é o resultado da ação de seus agentes, que expressam espacialmente suas relações, que são de natureza social, e que se manifestam concretamente no espaço. Mas, mesmo o espaço sendo produzido socialmente, ele não é necessariamente apropriado de maneira igual pelos grupos ou indivíduos, tendo em vista os limites das relações sociais existentes (DAMIANI, 1999b). Portanto, como resultado destas relações que se estabelecem nas cidades, tem-se o espaço urbano com um comportamento fragmentado, o que conseqüentemente remete à própria sociedade estabelecida em classes.

O espaço urbano é o local onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem, refletindo uma sociedade capitalista de classes e caracterizando-se de uma forma muito desigual e fragmentada. O espaço urbano, desta maneira, é o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos (CORRÊA, 1993).

Observando a realidade complexa das cidades destaca-se o envolvimento de inúmeros elementos/agentes antagônicos, cada qual com uma necessidade social distinta, que vão reproduzir nas cidades sucessivos acontecimentos que as constroem/destroem/reconstroem. Assim, a dinâmica urbana se manifesta através de interesses conflitantes, cujo resultado se traduz, espacialmente, através de processos complexos (RIBEIRO; CARDOSO, 1996).

Do mesmo modo, para Lojkin (1997) a aglomeração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades; enfim, a cidade, não se caracteriza como um fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento distintas das leis da acumulação capitalista, não podendo dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a produção.

Sob a ótica capitalista a cidade deve ser considerada como um processo dinâmico delineado por este sistema, que tende sempre a dividi-la. A estruturação de uma cidade, tratando-se dos moldes da sociedade capitalista que a compõe, não pode ser dissociada das práticas sociais e dos conflitos existentes entre as classes urbanas. Como resultado deste conflito de classes, também há o conflito pelo domínio do espaço, pois nas cidades capitalistas predomina o poder sobre o espaço nas mãos de poucos, agravando ainda mais as diferenças existentes entre as diversas classes que compõem as cidades (ABREU, 1987).

Diante do exposto, entende-se que as estruturas urbanas pressupõem determinadas condições que são específicas, no sentido de que, “historicamente, essas estruturas são extremamente dependentes da divisão de trabalho que acompanhou o desenvolvimento da sociedade capitalista. Os elementos que constituem as estruturas urbanas devem ser compreendidos como os componentes mais básicos das entidades urbanas existentes, tais como os processos da produção material, a luta de classes, e assim por diante” (SCHMIDT, 1983, p.41). Portanto, na dinâmica espacial é importante considerar o modo de produção dominante, uma vez que este produz uma formação social complexa, estabelecendo um padrão próprio nas relações sociais de produção.

Semelhante pensamento é o de Gottdiener (1997), pois, para ele, nas cidades, as mudanças sócio-espaciais são reguladas pela lógica da acumulação de capital, e a consequência disso é o aparecimento de injustiças sociais, que são distribuídas espacialmente. Nesse sentido, este fenômeno é produto do processo de construção da cidade sob relações sociais capitalistas, ou seja, o crescimento desigual é próprio da natureza capitalista.

Do mesmo modo, as cidades são o lugar onde se materializam os processos sociais complexos, sendo que, para Santos (1997):

As condições atuais do crescimento capitalista criaram uma forma particular de organização do espaço, indispensável à reprodução das relações econômicas, sociais e políticas. A forma como atualmente se distribuem as infra-estruturas, os instrumentos de produção, os homens – enfim, as forças produtivas – possui até um certo ponto um caráter de permanência, isto é,

de reprodução ampliada amparadas exatamente, na longevidade de um grande número de investimentos fixos. Tudo, pois, conspira para que a organização do espaço se perpetue com as mesmas características, favorecendo o crescimento capitalista e suas distorções (p.53).

No sentido de analisar esta realidade, Carlos (1992) enfatiza que hoje o espaço urbano, enquanto espaço produzido através das aspirações e necessidades de uma sociedade de classes, faz dele um campo de lutas onde os interesses e as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais. O espaço urbano é visto como uma obra histórica que se produz continuamente, a partir das contradições da sociedade, inerente ao modo de produção capitalista. Complementando este pensamento, Gottdiener (1997) afirma que, em suma, o espaço urbano é uma construção social em todas as suas dimensões.

Sobre isso, Corrêa (1993, p.8) comenta que “o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente”.

Igualmente, o espaço urbano pode ser caracterizado como “uma arena onde se defrontam interesses diferenciados em luta pela apropriação de benefícios em termos de geração de rendas e obtenção de ganhos de origem produtiva ou comercial, por um lado, e em termos de melhores condições materiais e simbólicas de vida, por outro” (RIBEIRO; CARDOSO, 1996, p.82).

Sobre os inúmeros agentes produtores do espaço urbano, têm-se os proprietários dos meios de produção (industriais e proprietários de empresas comerciais); os proprietários fundiários (proprietários de terras rurais e urbanas); os promotores imobiliários (incorporadores de construções de imóveis, objetivando torná-los mercadoria); o Estado (compreendendo as suas três esferas de ação); e a população excluída (CORRÊA, 1993).

Os diversos agentes que produzem o espaço urbano atuam de forma diferenciada nas cidades, cada um de acordo com os seus interesses, que são conflitantes entre si. E, entre estes agentes, destaca-se o Estado, que tem presença marcante na produção, distribuição e gestão dos equipamentos de consumo coletivos necessários à vida nas cidades (RODRIGUES, 1997).

E, analisando as diferenças sociais produzidas pela segregação urbana e as suas contradições, Santos (1997) afirma que:

Cada homem vale pelo lugar em que está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai

mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, freqüência, preço) independentes de sua própria condição... Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está (p.81).

Nessa batalha pelo espaço urbano, observa-se de um lado, as classes privilegiadas que modelam o espaço, e de outro, as classes mais empobrecidas, que nesta luta acabam sempre sendo anuladas, aumentando cada vez mais a distância social entre estas duas classes, e isso, contribuindo para o processo de estratificação da sociedade. E as classes populares, que possuem como marca a não inserção no processo de produção e de distribuição da riqueza social, prevalecendo, assim, suas precárias condições de sobrevivência, que por conseqüência, dificultam a sua mobilidade na cidade.

2.3. Contradições da Sociedade Manifestadas Através da Segregação Urbana

No âmbito da sociedade capitalista, na qual o componente da estratificação das classes sociais é algo nítido, evidencia-se, portanto, as conseqüências desta realidade, no que se refere à distribuição destas classes sociais na cidade. A partir disso, as discontinuidades ocorridas no espaço urbano, sendo vistas, principalmente, sob os aspectos espaciais e sociais, apresentam-se como “determinantes do processo de fragmentação da cidade, que é, na essência, uma das formas contemporâneas através das quais se origina ou se acentua a segregação sócio-espacial” (SPOSITO, 1996, p.79). A dinâmica urbana caracteriza-se por uma multiplicidade de processos construtivos, agentes e interesses, cuja expressão evidente é a segregação sócio-espacial (RIBEIRO; CARDOSO, 1996).

Assim, o que se vê é que, atualmente, as cidades apresentam sérios problemas no que diz respeito, entre outras coisas, ao aspecto da segregação, em seu sentido mais amplo. Sobre segregação urbana, Castells (1983, p.210), a entende como “a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia”. Neste mesmo enfoque, Villaça (1998, p.142) aborda que segregação “é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”.

Por sua vez, Sposito (1996, p.74) enfatiza que “a segregação espacial pode, então, ser compreendida como resultado de um processo de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva, na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre sub-espacos, do diálogo entre as diferenças, enfim, conduz à fragmentação do espaço urbano”.

Além disso, a segregação urbana, empregada no seu sentido mais amplo, pode ser entendida como afastamento e isolamento, expressando espacialmente um processo de diferenciação social, ou mesmo de acentuação da divisão social do espaço no interior da cidade. A partir desse enfoque, a autora evidencia que:

No termo segregação se observa pelo menos duas dimensões do processo, a social e a espacial, sendo a segunda muitas vezes compreendida como decorrência da primeira. Ou seja, na medida em que observamos a ocorrência de processos de discriminação social ou de diferenciação social, é possível verificar a ocorrência de arranjos espaciais que expressam em nível do território esta discriminação ou diferenciação (SPOSITO, 1996, p.72).

Ainda com o objetivo de tentar caracterizar o processo de segregação urbana, tem-se a conceituação de Lojkine (1997), que a entende e a caracteriza de três maneiras:

- 1) Uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é o mais alto, e a periferia. O papel-chave dos efeitos da aglomeração explica, a nosso ver, a importância dessa “renda de acordo com a localização”.
- 2) Uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular.
- 3) Um esfacelamento generalizado das “funções urbanas”, disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradia, etc. É o que a política urbana sistematizou sob o nome de zoneamento (p.189).

A partir dessa concepção, observa-se que para este autor um fator é extremamente relevante, se não o principal, que é a divisão monopolista do trabalho, que determina a ocorrência e a intensidade deste processo, que se configura de forma diferente no espaço, através das contradições sociais existentes. E, além de tudo, Lojkine (1997, p.190) “não rejeita a oposição real entre as camadas sociais não monopolistas segundo seu acesso desigual aos meios de consumo coletivos, mas procura subordinar essa estratificação

urbana a uma segregação social que seria a forma atualmente determinante de relação das diferentes classes sociais com os valores de uso urbanos”.

Em se tratando dessa oposição entre as classes sociais, atualmente materializada através da segregação, que produz um modelo espacial dicotômico, principalmente nas grandes cidades, que se configuram entre um núcleo hipertrofiado e rico, em termos de renda e de oferta de meios de consumo coletivo, e outro, por periferias cada vez mais pobres e carentes desses serviços urbanos (ABREU, 1987).

E, para piorar, estas disparidades aumentam cada vez mais, pois não há grandes melhorias nas regiões menos equipadas em infra-estruturas urbanas (meios de circulação materiais e meios de consumo coletivos). Desse modo, sucessivamente continuará a se reproduzir “o mesmo processo de diferenciação espacial entre as zonas bem mais equipadas que o serão cada vez mais – centros de negócios, zonas residenciais das classes dominantes – e as zonas menos equipadas, cuja distância em relação às primeiras tende sempre a crescer” (LOJKINE, 1997, p.185).

Lojkine (1997) entende também que é fundamental pensar na proposição de uma segregação espacial e social. Esta proposta é importante, no sentido da dualidade da segregação como processo, pois as cidades configuram-se, através de um espaço mais “central”, que monopoliza as atividades dos grandes grupos capitalistas e do Estado e as zonas periféricas, que estão as atividades de execução, assim como os meios de reprodução empobrecidos, mutilados, da força de trabalho.

Sob o ponto de vista de Rolnik (1988, p.51) a questão da segregação “ganha um conteúdo político, de conflito: a luta pelo espaço urbano. Para os membros da classe dominante, a proximidade do território popular representa um risco permanente de contaminação, de desordem. Por isso, deve ser, no mínimo, evitado”. Por outro lado, este processo de segregação pode, no entanto, propiciar a organização de uma base popular, de luta pela apropriação da cidade.

Contudo, aliado a esta situação, não há como não se lembrar daqueles que estão submetidos às práticas segregativas, que excluem grande parte da população aos serviços urbanos básicos, mas também ao acesso à cidade como um todo. Diante destes problemas, Santos (1991) destaca que é necessário pensar no cotidiano destas pessoas que jamais tiveram acesso à infra-estrutura, ressaltando que:

Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão (p.129).

Nas cidades, olhando-se para a atual realidade, há cidadãos de diversas ordens ou classes, havendo os que, possuindo recursos, podem utilizar a cidade como um todo, havendo também, pela falta destes recursos, os que a utilizam apenas parcialmente. Para estes últimos, a rede urbana existente e a rede de serviços não fazem parte da sua realidade, e por isso, sentem-se numa condição inferior como cidadãos. Estas contradições contribuem para que os habitantes da cidade passem, literalmente, a valer de acordo com o lugar onde ele vive, sendo que as condições existentes nesta ou naquela região determinam o valor de cada pessoa (SANTOS, 1996).

O que chama atenção é que a contradição estabelecida entre a propriedade privada, de um lado, e a socialização do capital, de outro, está relacionada à ação do Estado, que geralmente não está voltado para a resolução dessa contradição, e sim para a produção de novos e mais altos níveis de acumulação. E isso reflete na segregação urbana e na precarização dos equipamentos urbanos, sendo estas algumas das conseqüências do desenvolvimento capitalista, que, cada vez mais, produz cidades cheias de problemas de difícil solução (SCHMIDT, 1983).

Quanto à segregação do espaço urbano, não há como não correlacioná-la com as práticas institucionais, através do aparelho do Estado. Nesse sentido, este deveria promover uma igual distribuição dos equipamentos de infra-estrutura urbana, porém muitas vezes sua prática dá-se de maneira contrária, estabelecendo-se assim, maiores diferenciações nos espaços urbanos.

Nesse sentido, Singer (1982, p.35) comenta que a distribuição dos serviços urbanos encontra-se, muitas vezes, apenas à disposição de um grupo específico da sociedade. Quanto aos equipamentos urbanos, que são de responsabilidade do Estado, o autor ainda comenta que “quanto menor a renda da população, tanto mais escassos são os referidos serviços. Isto poderia despertar a suspeita de que o Estado agrava sistematicamente os desníveis econômicos e sociais, ao dotar somente as parcelas da população que já são privilegiadas de serviços urbanos, dos quais as parcelas mais pobres possivelmente carecem mais”.

Ao se referir ao Estado, como agente principal da distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos para as diferentes classes e frações de classe, Lojkine (1997, p.193) salienta que “o Estado monopolista vai, portanto, refletir ativamente as contradições e as lutas de classe geradas pela segregação social dos valores de uso urbanos. Longe de unificar o aparelho de Estado, a subordinação de sua política à fração monopolista do capital vai, pelo contrário, agravar as fissuras, as contradições entre segmentos estatais, suportes de funções sociais contraditórias”.

2.4. O Estado como Agente do Espaço Urbano

A partir da realidade complexa das cidades, diversos agentes contribuem para a sua dinâmica, e mesmo apreendendo a importância da ação exercida por outros agentes que modelam o espaço urbano, aborda-se o Estado³, buscando entender o seu papel na configuração atual das cidades. Entendendo o Estado como uma relação de forças sociais, em que atuam as contradições e os conflitos de classe, fazem-se algumas considerações de modo a caracterizá-lo.

O Estado orienta suas atividades dentro de limites inseridos no modo de produção de capital. Essa orientação revela que o Estado, além de produto, é ingrediente importante das relações de classe, exprimindo, conseqüentemente, as deliberações do sistema, tanto em seus sentidos básicos, como em sua estrutura de funcionamento (IANNI, 1989).

Sobre este aspecto Ianni (1989, p.264) afirma que “assim se configura o reiterado divórcio entre as tendências que predominam no Estado e as que predominam na sociedade. Esse é o âmbito das contradições que minam as relações entre grande parte da sociedade, compreendendo principalmente os grupos e as classes subordinadas, e o Estado, no qual prevalecem principalmente os interesses dos grupos e classes dominantes”.

Para Poulantzas (1977, p.47) “o Estado está em relação com as contradições próprias dos diversos níveis de uma formação, mas, na medida em que representa o lugar onde se reflete a articulação destes níveis e o ponto de condensação das suas contradições, ele é o testemunho da contradição da sociedade consigo própria”.

Certamente, o Estado preenche o seu papel como fator de coesão de uma determinada formação social, ou seja, nesta formação social ele faz o seu papel, que é de regular e organizar, mas isso não é distinto de suas funções, no que se refere à luta entre as classes sociais, e sim, a manifestação concentrada da hegemonia de classe (POULANTZAS, 1975).

Para Schäfer (1990) e Hirsch (1990) o Estado está enraizado nas estruturas e leis e também nas condições sociais específicas, fruto do modo de produção, às quais o próprio Estado está inserido. Verifica-se no Estado estruturas de interesse e posições de influência, manifestadas através das estratégias concretas do capital e através das disputas entre classes sociais.

Ao pensar sobre o Estado capitalista, Schmidt (1983) afirma que é necessário entender os inúmeros elementos que o constituem, além do papel e da função que cada um destes elementos desempenha. “Esses elementos e funções coexistem num contexto de

³ O Estado, visto como capitalista, refere-se para Offe (1984, p.123) como sendo “uma forma institucional do poder público em sua relação com a produção material”. A forma institucional do Estado capitalista está caracterizada através das seguintes determinações: privatização da produção, dependência dos impostos, acumulação como referência e a legitimação democrática.

contradições permanentes, produzidas pelas condições materiais e sociais de vida dentro de uma sociedade caracterizada pela tendência constante à expansão da produção de mercadorias sob um sistema de propriedade privada” (p.23).

Em relação à unidade contraditória do Estado, Lojkine (1997) coloca como ponto importante, não apenas o aspecto do seu efeito social, mas também o nível da função social do conjunto do aparelho do Estado. Assim, para o autor:

O conjunto da máquina administrativa “produz” uma distribuição segregativa dos equipamentos urbanos, conforme procedam eles da reprodução do trabalho vivo ou da reprodução do trabalho cristalizado... Na medida em que – de acordo com nossa hipótese – se a resultante política unifica a função e a estrutura do Estado capitalista, nem por isso suprime as contradições. Longe de suprimir as contradições que estão na base de sua intervenção, a política urbana só as exacerba: a socialização estatal das condições gerais da produção permanece, com efeito, uma socialização capitalista e, nesse sentido, concorre apenas para levar ao auge a contradição entre a reprodução da força de trabalho e a reprodução do capital e, hoje mais ainda, a contradição entre a reprodução do conjunto das camadas não monopolistas e a do capital monopolista (LOJKINE, 1997, p.194 e 195).

Portanto, após essa caracterização do Estado, tem-se mais especificamente, algumas observações no que diz respeito à sua atuação, que ao longo do tempo, vem desempenhando um papel de exceção, através de suas práticas. De tal modo, para Santos (1997a), o Estado restringindo a sua intervenção ao nível econômico, faz com que os outros níveis, que também precisam de intervenção, como saúde, educação, lazer e outros, passam, assim, a ser são organizados pela lei de mercado.

Sem dúvida, o que se tem é um gradativo processo de corporativização da política nacional, onde imperam os interesses corporativos. Do ponto de vista da estrutura do Estado capitalista, esta unidade política é um elemento importante, sendo necessário, ao se pensar nela, reportar-se aos conceitos de blocos de poder e hegemonia. Ela é também um elemento fundamental da ordem política no capitalismo, pois permite a constituição e o funcionamento do poder institucionalizado (SCHMIDT, 1983).

Presume-se que a atuação do Estado sobre a estrutura urbana, ao longo do tempo, teria contribuído para a construção de um modelo espacial dicotômico, que hoje caracteriza grande parte das cidades brasileiras. Essa realidade é advinda da atuação do Estado, que tende a buscar a eficiência econômica e atuar de forma empresarial nos seus setores de atuação, mesmo que isto tenha conseqüências negativas no que tange às políticas sociais.

A atuação do Estado, no contexto urbano, de acordo com Damiani (1999a) e Abreu (1987) não ocorre de forma neutra. Muitas vezes, o papel desempenhado pelo Estado dá-se, através da criação de condições que favoreçam a presença de um modelo segregativo nas cidades, seja através do estabelecimento de políticas públicas que, embora tentando regular os conflitos, acabam beneficiando alguns em detrimento de outros, ou ainda pela sua omissão.

Com essa situação, gradativamente, as políticas sociais básicas (serviços urbanos básicos) não têm tido um caráter prioritário nas ações do Estado. Essa sua atitude resulta em que as políticas e investimentos públicos acabem privilegiando apenas os locais que oferecem algum retorno financeiro ao capital investido, ou melhor, as áreas mais ricas da cidade, minimizando, cada vez mais, os recursos voltados aos interesses sociais (ABREU, 1987) e (SANTOS, 1997c).

De fato, o que ocorre é que o Estado tem apoiado os interesses e privilégios das classes e grupos sociais dominantes, através das suas ações e políticas, que por conseqüência são discriminatórias e elitistas. Evidentemente, esta prática de atuação concentradora e antidistributiva, acaba aumentando as disparidades intra-urbanas, fazendo crescer a elitização dos espaços urbanos ocupados pela classe mais rica, aumentando igualmente, a periferização da classe mais pobre (ABREU, 1987).

No Brasil, o Estado vem agindo como um produtor de práticas segregativas, sendo isto mostrado através de Abreu (1987):

Daí é de se esperar que a ação pública venha a contribuir efetivamente para a construção diferenciada do espaço, provendo as áreas de interesse do capital e das classes dominantes de benefícios que são negados às demais classes e setores da sociedade. A experiência recente do Brasil fortalece esta afirmação plenamente. Com efeito, apesar de se constituir em agente distinto do capital, o papel do Estado no campo econômico tem sido o de garantir ao máximo a reprodução do capital, fazendo concessões apenas quando estas se evidenciam necessárias, ou seja, para assegurar as condições mínimas de reprodução da força de trabalho (p.16).

Nesse enfoque, a partir destas diferenciações existentes no espaço urbano, Sposito (1988, p.74) ressalta que “o poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo; ou que poderão ser vendidos e ocupados por estes segmentos, pois é preciso valorizar as áreas. Os lugares da pobreza, os mais afastados, os mais densamente ocupados vão ficando no abandono”.

Desta maneira, sobre a prática de gestão adotada pelo Estado, Carlos (1992) diz que as desigualdades não podem ser mais ignoradas, não se pode desenvolver uma gestão para as cidades forjando uma unanimidade. O aumento das contradições urbanas, conseqüência do crescimento rápido, no qual o Estado se coloca a serviço da reprodução ampliada do capital, é um fato incontestável. O espaço urbano se reproduz, reproduzindo a segregação, privilegiando, com isso, somente uma parcela da população.

2.5. A Crise do Estado e a sua Repercussão nas Administrações Municipais

Além das questões já abordadas, atualmente, percebe-se que inúmeras mudanças ocorreram no Estado, exibindo um intenso processo de transformação no que concerne à participação e ao papel do Estado. Assim, com a inserção de políticas neoliberais no Brasil, principalmente a partir de meados da década de 90, revela-se uma desarticulação da capacidade de governar por parte do Estado, ou seja, uma crise no desempenho estatal. Essa crise do Estado, segundo Bava (2000) caracteriza-se pela:

Desregulamentação da economia, pelo dismantelamento do papel regulador do Estado, pela abertura indiscriminada de nosso mercado para as empresas estrangeiras, pela desarticulação da indústria nacional, pela privatização das empresas estatais, pelo aumento dos juros, pelo crescimento do desemprego, pela redução das atividades econômicas a taxas de crescimento inferiores à década de 80, considerada a "década perdida" (p.1).

Na prática, com base neste novo paradigma, os recursos destinados às políticas sociais e à remuneração do funcionalismo público têm sido, progressivamente, reduzidos. Todas as poucas conquistas sociais foram postas em causa. O álibi da modernização liberal serviu e serve para encobrir e mesmo ampliar velhas práticas de privatização do Estado, onde grande parte da capacidade de planejamento e da competitividade da economia nacional foi drasticamente reduzida (BAVA, 2000).

Dando início às inúmeras transformações do Estado, a Constituição Brasileira, promulgada em 1988, contribuiu gradualmente com o movimento de descentralização do Estado, que deu abertura à descentralização fiscal e a implementação de um novo sistema tributário. Ao mesmo tempo, com o movimento de transformação do Estado e com o processo de redemocratização do país, os municípios passaram a ter o papel de protagonistas, diante do processo de descentralização das atribuições e deveres sociais (BRAGA, 2004).

Assim, a Constituição Brasileira alterou a composição dos recursos entre as três esferas de governo, ampliando as receitas, sobretudo dos municípios, que passaram a ter autonomia administrativa e financeira, para fazer frente às suas novas atribuições. Entretanto, não foram estabelecidas de maneira clara e concreta as atribuições das diferentes esferas de governo e como seriam financiadas essas mudanças (RÜCKERT; BORSATTO; RABELO, 2000).

Os municípios passaram então a assumir novas funções e gastos, principalmente nas áreas de educação, assistência, saúde e segurança pública. Diante dessa nova realidade, como complicador, teve-se o aumento da dependência dos municípios, com sua perda de autonomia financeira e política, na medida em que estes tendem a depender cada vez mais das transferências fiscais da União e dos Estados (BRAGA, 2004).

Portanto, o processo de descentralização de encargos e competências (que vem sendo seguido no país) representou a perspectiva de municipalizar os serviços urbanos, com base no pensamento de que quanto mais perto dos cidadãos estiverem os recursos e a responsabilidade pela prestação dos serviços, melhor eles poderão ser controlados (RÜCKERT, 2002) e (LUBAMBO, 2002). Com esta idéia de controle desses serviços urbanos, entende-se ser de fundamental importância, tanto a participação da população, quanto a participação das instâncias políticas de âmbito local, como prefeitos, secretários municipais, vereadores, etc.

Além disso, o aumento de responsabilidades e encargos dos municípios sobre programas antes executados pelo governo federal e pelos governos estaduais, juntamente com a criação de novos municípios (com suas respectivas estruturas administrativas), aumentaram as despesas e diminuíram drasticamente a posição relativamente cômoda desses municípios. Assim, os municípios consideram-se prejudicados pela guerra fiscal entre os estados, entendendo que estes lhes impõem, supostamente, pesadas renúncias (MACIEL, 1998).

Além disso, Bava (2000) destaca que:

Não bastasse essa tímida descentralização financeira, com um repasse simultâneo de responsabilidades muito maior do que os recursos disponíveis, nós temos hoje uma reconcentração da receita a nível federal. A descentralização, nos moldes de como foi realizada, é considerada abusiva pelo governo federal, que passa a reconcentrar os recursos públicos nos anos recentes, premido pelas necessidades de caixa para pagamento do serviço da dívida externa brasileira (p.11).

Para Kerbauy (2002, p.11) as prefeituras municipais convivem hoje com impasses, como por exemplo: "Como conciliar a Lei de Responsabilidade Fiscal⁴ com investimentos em Políticas Públicas. A questão primeira é adequar o orçamento municipal à legislação e depois buscar formas de investir e alavancar o desenvolvimento dos municípios". E, dada esta nova realidade, os governos municipais tentam compreender a mudança institucional e procuram se adaptar a nova situação financeira.

Mas, com a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, a crise financeira dos municípios brasileiros é grave e vem crescendo cada vez mais⁵, e, diminuindo, desse modo, as perspectivas de aumento da capacidade de investimento dos governos locais na política urbana (BRAGA, 2004).

O esvaziamento da capacidade de investimento dos municípios na política urbana dá-se pelo fato destes municípios gastarem, proporcionalmente, cada vez menos com habitação e urbanismo e cada vez mais com saúde, educação e segurança, sem que nenhuma dessas últimas áreas apresente melhorias significativas, devido ao esvaziamento da ação do governo federal nesses setores.

Portanto, o aumento da participação e responsabilidade dos municípios não consegue suprir a lacuna, dada sua baixa capacidade fiscal, além de outros fatores estruturais. Isso compromete a possibilidade do poder local em dar uma resposta adequada à problemática urbana, ocasionando duras conseqüências à implantação e aplicação do Estatuto da Cidade (BRAGA, 2004).

Mesmo com todos os aspectos ligados à baixa capacidade de intervenção do Estado, no caso a esfera municipal, na resolução dos problemas das cidades, a idéia é que o Estado continua e continuará sendo o elemento de coesão da sociedade civil, conforme o que destaca Oliveira (1995, p.7) "a crise do Estado, não tem a ver, portanto, com a sua exaustão, como dizem os liberais".

Destaca-se, ainda, que esta crise do Estado não se projetou de forma devastadora sobre a sociedade, o que era de se esperar, numa primeira análise. O que se viu no Brasil foi outra realidade, com uma movimentação e organização de novos atores coletivos dentro da sociedade. E esta crise do Estado fez exprimir uma mudança qualitativa nas relações entre sociedade e Estado (OLIVEIRA, 1995). Portanto, de acordo com Oliveira (1982), aponta-se para uma nova proposição na discussão dos problemas enfrentados pelas

⁴ A Lei de Responsabilidade Fiscal, de 04 de Maio de 2000, tem como propósito a introdução de mais eficiência e probidade na gestão dos recursos públicos, ou seja, limitar as despesas com pessoal e as despesas que devem ser salgadas até o fim do exercício fiscal, e estabelece punições penais como reclusão e multas para àqueles que a descumprirem (KERBAUY, 2002).

⁵ Ainda sobre a situação atual dos municípios, Braga (2004) ainda revela que o percentual dos municípios brasileiros em situação de déficit fiscal aumentou de 31,5% em 2001, para 44% em 2002, com perspectivas de agravamento desta situação para os próximos anos.

idades, levando-se em consideração, as relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade.

Os governos municipais, em decorrência de novas regras que regulam as relações intergovernamentais e com o redesenho do seu papel no processo de desenvolvimento, vivenciam um período de reconfiguração da arena decisória e dos processos de tomada de decisão (KERBAUY, 2002). Assim, constata-se que a descentralização do poder “é fruto de um poderoso movimento da sociedade civil que redefine o papel do Estado, suas competências, seu tamanho. Estamos assistindo a um processo de reforma do Estado a partir de iniciativas da sociedade civil” (BAVA, 2000, p.12).

2.6. Novos Atores Sociais Comprometidos com a Problemática Urbana

Os habitantes das cidades são agentes que produzem o espaço urbano, ou seja, são atores de fundamental importância para a dinâmica das cidades, a ponto de, muitas vezes, transformar o quadro de exclusão social em que se encontram. Claro, que os inúmeros condicionantes do sistema capitalista, já caracterizados, não são a partir de agora tomados como irrelevantes no contexto das cidades. O que se pretende ressaltar é que, dada essa situação, talvez mais fácil seria pensar que nada é possível fazer para alterar este quadro de exclusão, mas também não fazer nada, não significará, de nenhum modo, alteração desta condição (OLIVEIRA, 2001).

Partindo-se dessa idéia, isto se torna extremamente oportuno, pois é na cidade que se acirra o campo de lutas, sendo elas, então, para Santos (1997b, p.108) “o lugar da revolta, da rebelião, do encontro com o que parecia impossível”. E esta nova concepção frente à condição urbana, ou seja, condição esta dada pela racionalidade imposta, sugere uma contra-racionalidade. Essa contra-racionalidade é representada pela população que se encontra na situação de exclusão social e podem ser assim definidas por sua incapacidade de subordinar-se por completo às racionalidades hegemônicas (SANTOS, 1997b).

E isto é fundamental, pois não há processo de descentralização de poder ou de formulação de políticas sociais sem movimentos sociais que pressionem em busca de mudanças (BAVA, 2000). E assim, é oportuno dizer que os “investimentos urbanos estão em grande parte relacionados com a distribuição da estrutura social no espaço e com a ação política, potencial ou real dos grupos moradores de cada região” (MARQUES, 2000, p.129). Ou ainda, “mais que decisões técnicas, a localização e distribuição dos investimentos públicos envolvem decisões políticas” (SUGAI, 2002, p.168).

O envolvimento da população no processo de inserção, nas questões relativas à cidade, ao longo do tempo, vai ficando mais forte e fazendo com que um maior número de pessoas se envolvam. A mudança é gradativa e, aos poucos, a população vai se inserindo

neste processo e percebendo que a solução dos problemas urbanos são também de sua responsabilidade, conforme ressalta Campos Filho (1999):

Em um certo momento de nossa história, os movimentos sociais urbanos que envolvem a classe média e as famílias pobres começam a se desenvolver. Inicialmente, são reivindicações pontuais rua a rua, bairro a bairro, alguns querem água apenas para o seu trecho de rua, e, portanto, nem ao menos a reivindicação é para a rua toda, outros querem luz, esgoto, escola, creche, etc. À medida que vão tomando consciência de que a reivindicação pontual ajuda o clientelismo que os mantém manietados, começam a se organizar em movimentos coletivos mais amplos e passam a fazer reivindicações também de amplitude maior, chegando pouco a pouco às causas maiores dos problemas que enfrentam com condições políticas, portanto, melhores para resolvê-los (p.42).

Então, com o agravamento dos problemas nas cidades o que se vê, é o desenvolvimento de uma cultura de inserção de novos atores sociais, que podem e devem contribuir para solucionar, ou simplesmente, amenizar a problemática urbana. Assim, movimentos sociais, junto com outros setores democráticos vão conquistando espaços que antes não eram ocupados. Por outro lado, lentamente, o Estado acaba tornando-se permeável à participação de novos atores sociais, que, por sua vez, articulam-se na constituição dos espaços públicos, nos quais reivindicam e opinam, interferindo sobre a política e sobre a gestão das cidades (BAVA, 2000).

Pensar numa cidade melhor para seus habitantes, num novo espaço urbano, significa superar a atual ordem econômica, social, jurídica, política e ideológica, a partir da participação de toda a sociedade, de maneira a ampliar os espaços de representação. Portanto, as conquistas democráticas colocam-se como fundamentais para o avanço de um projeto de desenvolvimento que atenda às necessidades da maioria da população (CARLOS, 1992), (ROLNIK; NAKANO, 2001) e (SILVA, 1994).

A organização e a mobilização da sociedade dão-se através de várias estruturas como: existência de movimentos sociais, de ONGs, o surgimento de uma infinidade de fóruns em torno de temas específicos, existência de vários conselhos, de diversos tipos, consórcios municipais, do crescimento dos movimentos populares que lutam por inúmeras questões, o aparecimento de inúmeras cooperativas, com finalidades diversas, entre outros.

Esta estruturação dos movimentos sociais e o seu gradativo fortalecimento deram-se principalmente, pelas mudanças ocorridas na estrutura sócio-econômica do país nestes

últimos tempos. Por conseqüência dos efeitos devastadores da globalização, criaram-se, no espaço urbano atual, novas forças de resistência, que colocam no pano de luta o reconhecimento dos direitos sociais, econômicos e políticos da camada mais empobrecida da população.

Assim, deve-se buscar articular processos capazes de promover a integração social da população excluída do processo de desenvolvimento, a fim de proporcionar uma conquista coletiva, isto é, de amadurecimento das relações políticas e socioculturais dos usuários do espaço urbano. Isso significa, criar uma nova cultura política na sociedade, retirando a cidadania do patamar meramente jurídico-formal, para colocá-la como uma expressão política, capaz de direcionar os movimentos do Estado.

Além disso, Bava (2001) entende que a democratização e a descentralização da gestão das cidades são uma resposta à crise de governabilidade que o predomínio da lógica de mercado impôs, nestes últimos tempos, aos governos e à sociedade. Elas se propõem a reconhecer as particularidades das relações da cidadania com seus territórios, as modificações que as cidades vêm sofrendo nas últimas décadas, em termos de tendências econômicas, configuração dos espaços urbanos, das suas novas centralidades regionais, suas dinâmicas sociais e culturais, e recuperar a capacidade de intervenção dos cidadãos, enquanto atores coletivos, e do poder público enquanto regulador da vida social.

E o que realmente se pretende com a democratização e com a descentralização da gestão das cidades é o estabelecimento de novas relações do Estado com a sociedade civil, recuperando-se a capacidade do Estado em impulsionar os processos de negociação entre distintos atores e forças sociais presentes nas cidades, com vistas a afirmar-se o predomínio dos interesses públicos sobre os interesses privados e corporativos.

Evidentemente, esses exemplos não estão sendo utilizados para afirmar que essas articulações da sociedade civil têm o propósito de substituir o Estado, como querem os defensores do Estado mínimo. Ao contrário, atestam a possibilidade de que a sociedade organizada tenha o papel de exercer a crítica à ação do Estado e propor políticas alternativas para que este as assuma.

E, sobre todas estas questões, Oliveira (1995) ainda complementa, enfatizando a importância da sociedade como regulador das ações do Estado:

No que se refere ao Estado, essa modernização passa pela democratização do poder através de formas de representação cidadã em cada instância de decisão, de modo que um novo diálogo seja estabelecido entre Estado e sociedade. Pensar um novo Estado é pensar essa nova relação. É certo

que a formatação e institucionalização dessa nova relação é uma coisa complicada e exigirá muito tempo, décadas talvez, para ser efetivada. Não há nenhuma fórmula pronta para isso. Mas a principal redefinição do Estado é aquela que se dá ou se dará no momento em que a sociedade civil for capaz, ela mesma, de dizer qual Estado quer, que tamanho deve ter, onde deve atuar. A redefinição do Estado começará quando esses atores sociais forem capazes de pensar estrategicamente. E isso significa ultrapassar o seu particularismo ou a sua condição corporativa e dizer o que querem na sua relação com o Estado (p.10).

3. METODOLOGIA

A questão central do trabalho está baseada, fundamentalmente, em uma investigação sobre o papel do poder público no atendimento da infra-estrutura urbana na cidade de Santa Maria/RS. Assim, a pesquisa se insere num estudo de caso, uma vez que procura realizar uma análise profunda de informações de um caso particular⁶.

Além disso, propõe-se no trabalho verificar a realidade encontrada nos bairros da cidade de Santa Maria/RS relativa à infra-estrutura urbana, mostrando esta situação espacialmente, e também, verificando se essa distribuição espacial está relacionada à distribuição da renda da população. Portanto, tentando compreender a realidade da temática proposta, têm-se os seguintes objetivos:

3.1. Objetivo Principal

- Analisar o papel do poder público no atendimento das diversas solicitações por infra-estrutura urbana na cidade de Santa Maria/RS, considerando as diferenças sócio-espaciais.

3.2. Objetivos Específicos

- Identificar a distribuição espacial da infra-estrutura urbana na cidade de Santa Maria/RS.
- Averiguar os bairros que dispõem e os que se encontram carentes de infra-estrutura de equipamentos urbanos, na cidade de Santa Maria/RS.
- Verificar a relação da distribuição dos equipamentos de infra-estrutura urbana com o nível de renda da população da cidade de Santa Maria/RS.

3.3. Definição das Categorias Analíticas

Dada a proposta de trabalho, é essencial explicitar quais as categorias de análise que nortearam o desenvolvimento do trabalho, assim segue:

- **Delimitação da área de estudo:** para o desenvolvimento do trabalho escolheu-se analisar a cidade de Santa Maria/RS.

⁶ O estudo de caso reúne informações numerosas e detalhadas, a fim de compreender a totalidade de uma situação (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1982).

- **Delimitação da unidade de análise:** escolheram-se os bairros como referencial para a análise da distribuição dos equipamentos urbanos em Santa Maria/RS.
- **Definição de Estado:** compreende-se o Estado como um conjunto de forças sociais, em que atuam as contradições e os conflitos de classe, sendo a sua atuação um importante componente que aumenta as distorções entre as diferentes classes sociais.
- **Definição da atuação do Estado:** definiu-se a atuação do Estado como sendo as ações do poder público executivo nas suas três esferas, ou seja, compreendendo seus três níveis (municipal, estadual e federal).
- **Definição de equipamento de infra-estrutura urbana⁷:** escolheu-se, como equipamento de infra-estrutura urbana, a água, o saneamento, a energia elétrica, a circulação, a saúde, a educação e as áreas de lazer.
- **Definição do equipamento energia elétrica:** compreende-se o conjunto de unidades consumidoras residenciais que utilizam o serviço de energia elétrica.
- **Definição do equipamento de água e saneamento:** compreende-se o conjunto de unidades residenciais que usam os serviços de água e/ou esgoto.
- **Definição do equipamento circulação:** compreendem-se as vias de circulação existentes, sob responsabilidade do poder público em suas 3 esferas.
- **Definição do equipamento de saúde:** compreendem-se todas as unidades sanitárias da Prefeitura Municipal de Santa Maria, com articulação com o Sistema Único de Saúde (SUS).
- **Definição do equipamento de educação:** compreendem-se todas as escolas públicas com ensino fundamental, no nível municipal e estadual⁸.
- **Definição do equipamento de lazer:** compreende-se toda área pública que possa ser utilizada com alguma atividade de lazer.

3.4. Hipótese de Trabalho

Buscando responder à questão de pesquisa colocada na introdução, ao objetivo principal e aos objetivos específicos da pesquisa tem-se a seguinte hipótese de trabalho:

⁷ Mesmo entendendo que o conceito de infra-estrutura urbana é mais amplo e compreende um maior número de equipamentos urbanos, por questões de recorte, escolheu-se trabalhar apenas com esses sete equipamentos urbanos.

⁸ Para as escolas, excluem-se as de nível federal, pois não há atendimento com ensino fundamental sob responsabilidade do Governo Federal.

- A diferenciação sócio-espacial na cidade de Santa Maria/RS é reforçada pelo atendimento desigual por parte do Estado (poder público) às diferentes solicitações por infra-estrutura urbana.

Dessa maneira, de acordo com Quivy; Campenhoudt (1992) o conjunto estruturado, formado pelos conceitos e pelas hipóteses articuladas entre si, constitui-se no modelo de análise da investigação. Assim, ao se propor analisar a desigual distribuição dos equipamentos urbanos, trabalhou-se com determinados indicadores.

3.5. Delimitação dos Indicadores de Infra-Estrutura Urbana

Para medir a desigual distribuição dos equipamentos de infra-estrutura urbana em Santa Maria/RS, caracterizando a existência de uma diferenciação sócio-espacial, conforme Quivy; Campenhoudt (1992), definiu-se indicadores que delimitam estas manifestações, objetivamente observáveis e mensuráveis. Assim, os indicadores de infra-estrutura urbana abordados no trabalho são os seguintes:

- **Água e Saneamento:** % de residências atendidas com este serviço.
- **Energia Elétrica:** % de residências atendidas com este serviço.
- **Circulação:** estado de conservação das vias.
- **Equipamentos de saúde:** número e distância dos postos de saúde.
- **Educação:** número e distância dos estabelecimentos de ensino.
- **Áreas de lazer:** número e distância de áreas de lazer.

3.6. Revisão de Literatura

A pesquisa foi iniciada por uma revisão da literatura, a respeito dos temas envolvidos na problemática de estudo, englobando questões sobre: os equipamentos urbanos; as relações sociais complexas estabelecidas nas cidades; a segregação urbana; a influência da atuação do Estado na distribuição dos equipamentos urbanos; a crise financeira do Estado; além da discussão sobre a importância da inserção da população na discussão dos problemas das cidades. Além disso, procurou-se levantar bibliografias e trabalhos realizados, referentes à cidade de Santa Maria, e também, trabalhos com a mesma problemática. E, sobre esta procura por literaturas que tivessem ligação com a

problemática da pesquisa, comenta-se que estes se constituíram nas fontes secundárias⁹ do trabalho.

3.7. Levantamento de Dados

Os dados referentes à infra-estrutura urbana foram coletados basicamente através de informações primárias¹⁰, em instituições públicas e privadas, responsáveis pela distribuição dos serviços urbanos na cidade de Santa Maria/RS.

De acordo com cada equipamento urbano, as informações foram obtidas em locais variados, sendo mostrado a seguir, a obtenção destes dados e as dificuldades encontradas para conseguí-los.

· **Água e Esgoto:** primeiramente, os dados foram buscados na Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), o que, ao longo do tempo, viu-se que seria impossível esperar por estes dados. A CORSAN também não dispunha os dados referentes ao número de consumidores de água e número de residências atendidas com esgoto, separados por bairro. Nos dados fornecidos constavam apenas o nome da rua e número da casa, para então, serem separados por bairros. Mas, esses dados sobre a água e esgoto se apresentavam num programa de computador próprio da CORSAN, que não era possível de ser disponibilizado, tornando inviável o acesso a essas informações, pelo fato de que todo este material deveria ser impresso por um funcionário da CORSAN.

Após muitos meses de espera por estes dados, optou-se então, por adotar os dados do IBGE (2000), Dados do Censo Demográfico, que continham informações sobre o abastecimento de água e sobre o atendimento de rede de esgoto, separados por bairros.

· **Energia Elétrica:** os dados foram disponibilizados através da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (AES Sul)¹¹.

Os dados coletados referiam-se ao cadastro de consumidores residenciais de energia elétrica da empresa, disponibilizados em arquivo do programa Excel, contendo mais de 75.000 consumidores de energia elétrica. Após conseguir estes dados, estes não se

⁹ Ainda sobre a forma de coleta de dados, Ferrari (1982, p.227) ainda comenta que dados secundários são “aquelas contribuições provenientes da documentação já analisada e publicada”.

¹⁰ Para Ferrari (1982, p.225), “dados primários são aqueles que foram recolhidos e organizados pelo pesquisador”.

¹¹ Sobre a obtenção destes dados, há que comentar a demora para se ter acesso a estes dados, pois se esperou por muito tempo (aproximadamente 6 meses), para conseguí-los, após muitos retornos na empresa.

encontravam na forma como se precisava para o desenvolvimento da pesquisa, pois a empresa não possui seus dados organizados por bairros. A AES Sul, para fins de seu planejamento, utiliza o critério de divisão da cidade através de setores e não através dos bairros.

Assim, com os dados organizados e separados por bairros, o que até então os dados não se encontravam, o passo seguinte foi organizá-los, a fim de que se adequassem aos objetivos do trabalho. Os dados referentes à energia elétrica foram apresentados pela concessionária de energia elétrica com vários componentes, sendo importante para o trabalho, filtrar apenas os dados referentes a cada cliente, ou seja, o seu endereço (nome da rua) e número da sua residência.

Desse modo, processou-se os dados rua por rua, e posteriormente, sabendo-se cada rua que compõem cada bairro, foi possível saber a qual bairro cada residência pertencia. Mas a demora ao processar esses dados não foi o único inconveniente nesta etapa, a maior dificuldade encontrava-se em ruas que pertencem a vários bairros. Nessa situação foram encontradas 57 ruas que pertencem a mais de um bairro, sendo assim necessária a realização de trabalho de campo.

No trabalho de campo, primeiramente, partiu-se do princípio de analisar cada rua através da numeração das casas, o que posteriormente, viu-se impossível, pois a numeração das casas em grande parte das ruas em que esta situação aparece é totalmente irregular¹². Na realidade, verificou-se que, na grande maioria destas 57 ruas, não há uma seqüência crescente ou decrescente de numeração das casas, ou ainda, também não se verificou o que comumente ocorre, um lado da rua com números pares e o outro lado da rua com números ímpares.

Então, verificando-se que, com a numeração das casas, não seria possível identificar em qual bairro essas se encontravam, o próximo passo foi fazer a contagem das casas, baseando-se na quantidade de entradas de energia elétrica em cada terreno. Com isso, fazendo essa contagem, na medida do possível, conseguiu-se contabilizar quantas residências pertencem a cada bairro.

Após essa etapa, com o número de consumidores residenciais de energia elétrica em cada bairro, o passo seguinte seria o de verificar a porcentagem de residências atendidas com este serviço, o que não foi possível. Isso ocorreu porque não se encontrou

¹² Sobre esta questão da numeração das casas em várias ruas da cidade estar totalmente desorganizada, na reportagem do jornal A Razão de 09/03/2004, fala-se especificamente sobre esta problemática, onde em muitas ruas os carteiros não conseguem entregar as correspondências, havendo a situação de, numa mesma rua, ter várias casas com o mesmo número, além da numeração não estabelecer uma ordem de números crescentes ou decrescentes. Na reportagem, ainda se comenta que, em muitas ruas, para amenizar esta situação e na tentativa de diminuir as entregas erradas de correspondências, os carteiros identificam as correspondências pelo nome dos destinatários, e não pelo endereço, como é o comum.

outro dado que pudesse ser comparado, ou seja, não se conseguiu a informação do número total de residências em cada bairro.

- **Circulação:** os dados foram disponibilizados na prefeitura municipal de Santa Maria, através da Secretaria Municipal de Planejamento. Ressalta-se sobre o equipamento urbano circulação, que os dados utilizados e disponibilizados pela prefeitura municipal são bastante defasados. A prefeitura municipal não mantém atualizado o seu material cartográfico sobre o tipo de pavimentação existente nas vias da cidade.

- **Equipamentos de saúde:** referente aos dados das unidades sanitárias da prefeitura municipal, os dados foram disponibilizados na prefeitura municipal de Santa Maria, através da Secretaria Municipal de Saúde, e sobre os hospitais existentes na cidade buscou-se informações no Conselho Municipal de Saúde. Em relação às informações das unidades de saúde da prefeitura municipal, há que se comentar que a Secretaria de Saúde, apesar de todo o esforço para fornecer os dados, não conseguiu disponibilizá-los de maneira completa. Isto é comentado, pois se notou que a Secretaria de Saúde não possui os seus dados organizados, sendo que muitas informações foram entregues de forma bastante incompleta.

- **Educação:** os dados foram disponibilizados na prefeitura municipal de Santa Maria, através da Secretaria Municipal de Educação, e do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da 8ª Coordenadoria de Educação. Sobre esses dados, ressalta-se que todas as informações buscadas foram disponibilizadas com bastante rapidez, pois, tanto os dados das escolas municipais, quanto os dados das escolas estaduais, encontravam-se bastante organizados.

- **Áreas de lazer:** os dados foram disponibilizados na prefeitura municipal de Santa Maria, através da Secretaria Municipal de Gestão Ambiental e da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Os dados referentes às praças, parques e largos foram obtidos na Secretaria Municipal de Gestão Ambiental. Mas, sobre estes dados, teve-se que fazer uma pesquisa minuciosa no site da Câmara Municipal de Vereadores, para buscar todas as leis de criação destes equipamentos de lazer, pois a prefeitura desconhece as informações sobre suas próprias áreas de lazer, uma vez que, em muitas situações, as caracteriza com um determinado nome que não existe na lei de criação de praças e parques. Além disso, há um certo desconhecimento por parte da Secretaria de Gestão Ambiental, sobre o estado de

conservação em que se encontram as praças da cidade, e que são de responsabilidade dessa secretaria.

Já os dados referentes às áreas de lazer com finalidade esportiva, foram obtidos na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, onde foi feita uma entrevista (com a coordenadora geral da Secretaria de Esporte e Lazer) para a obtê-los. A entrevista, fez-se necessária porque a secretaria não possui esses dados em nenhum arquivo, de maneira que não estão organizados.

Além dos dados já apresentados, referentes a cada equipamento urbano, há que se comentar os mapas em forma digital, conseguidos na Secretaria Municipal de Planejamento:

- Mapa da Distribuição e Localização dos Bairros de Santa Maria (2003), com escala de 1:25.000, utilizado no trabalho como base para todos os mapas confeccionados, onde a divisão entre os bairros adotadas no trabalho, segue a mesma adotada pela prefeitura.
- Mapa de Tipo de Pavimentação Encontrada na Cidade de Santa Maria (2003), com escala de 1:25.000, que serviu como base para o mapa confeccionado no trabalho, sobre o tipo de pavimentação predominante em cada bairro da cidade.
- Mapa das Áreas Verdes (2003), com escala de 1:25.000.

Enfim, sobre esta coleta de dados, há que se comentar a dificuldade encontrada quanto à diferença de critérios em relação à separação e limites dos bairros da cidade. Como o critério de análise do trabalho está baseado nos bairros, todas as informações buscadas deveriam conter as informações separadas por bairros. O problema ocorreu pelo fato de que, cada órgão entende a configuração dos bairros de maneira diferente, não havendo um critério único para a classificação dos 24 bairros da cidade.

Não há na cidade o entendimento de que é necessário ter uma base cartográfica atualizada, que contenha todas as informações sobre a cidade. Pois, se isto ocorresse, todos utilizariam a mesma base de dados, evitando problemas de informações equivocadas sobre à cidade.

3.8. Análise dos Dados

De forma a apresentar as diferenciações na distribuição dos equipamentos de infraestrutura urbana na cidade de Santa Maria/RS, foram confeccionados mapas de distribuição

espacial dos equipamentos urbanos estudados¹³, de modo a fazer as comparações entre os diferentes bairros da cidade.

Com base nas informações levantadas, foram confeccionados os mapas para a posterior análise dos dados do trabalho, no programa computacional AutoCAD (2002) e no programa CorelDraw (10):

- Mapa de Localização de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul;
- Mapa de Distribuição e Localização dos Bairros no Perímetro Urbano de Santa Maria/RS;
- Mapa de Distribuição Espacial da Renda Nominal Média Mensal das Pessoas com Rendimento e Responsáveis pelos Domicílios Particulares Permanentes na Cidade de Santa Maria/RS;
- Mapa de Distribuição Espacial Percentual de Residências com Abastecimento de Água pela CORSAN na Cidade de Santa Maria/RS;
- Mapa de Distribuição Espacial Percentual de Residências com Atendimento de Rede de Esgoto pela CORSAN na Cidade de Santa Maria/RS;
- Mapa de Distribuição Espacial do Tipo Predominante de Pavimentação Encontrada na cidade de Santa Maria/RS;
- Mapa de Distribuição Espacial das Unidades de Saúde Públicas e Particulares na Cidade de Santa Maria/RS;
- Mapa de Distribuição Espacial das Escolas Públicas e das Escolas Particulares com Ensino Fundamental na Cidade de Santa Maria/RS;
- Mapa de Distribuição Espacial das Áreas de Lazer Públicas Existentes na Cidade de Santa Maria/RS.

Com essa espacialização dos equipamentos urbanos, compôs-se um quadro onde pode ser observada a distribuição de serviços urbanos na cidade de Santa Maria/RS, considerando a diferenciação sócio-espacial. Nesta análise, é possível mostrar a situação dos bairros quanto à distribuição dos equipamentos urbanos, tentando entender os elementos que estão relacionados à essa realidade.

¹³ Salienta-se que não foi possível confeccionar o mapa referente ao equipamento energia elétrica, pois os dados obtidos continham apenas o número de residências com energia elétrica em cada bairro, fornecido pela empresa concessionária de energia, sendo então, impossível confeccionar um mapa, sem ter outro dado para fazer a comparação.

4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1. Localização Geográfica de Santa Maria

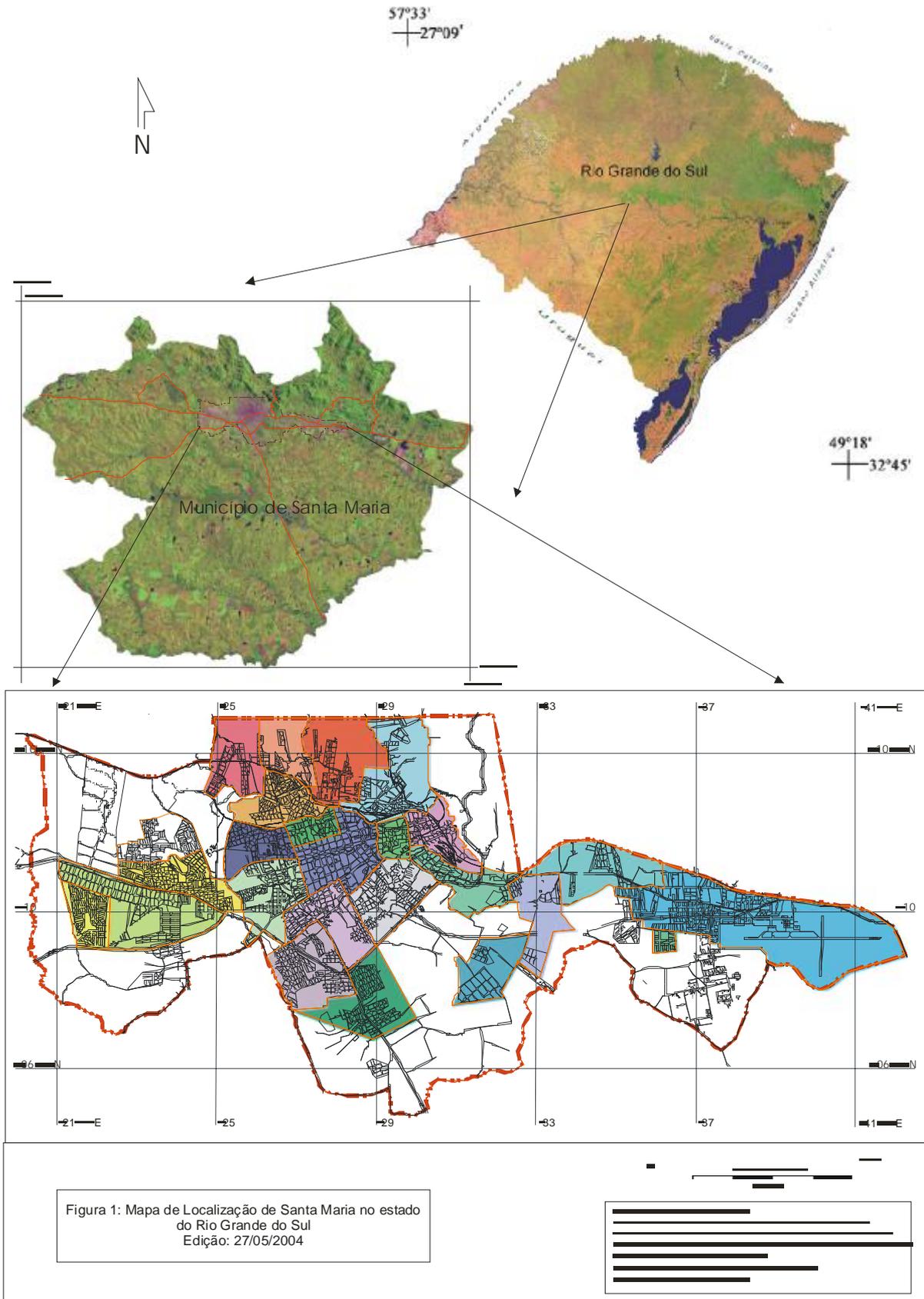
O município de Santa Maria localiza-se no centro do estado do Rio Grande do Sul, entre as coordenadas geográficas de 53°30'22" e 54°05'42" de Longitude Oeste e 29°33'00" e 30°00'25" de Latitude Sul, correspondendo aproximadamente a uma área de 1.793 Km². Já o perímetro urbano de Santa Maria corresponde a uma área aproximada de 120 Km², entre as coordenadas geográficas de 53°39'42" e 53°52'30" de Longitude Oeste e 29°36'27" e 29°45'00" de Latitude Sul (FIGURA 1).

O início da ocupação de Santa Maria deu-se na época do Brasil Colonial, onde o Rio Grande do Sul era, nesses tempos, uma área em litígio, devido às disputas de terras entre as Coroas Portuguesa e Espanhola. Pelo motivo da passagem da Comissão Mista Demarcadora de Limites, um acampamento militar foi formado para a instalação desta comissão, contribuindo indiretamente para a fundação de Santa Maria (BELÉM, 2000).

Hoje, passados 218 anos desde o início de sua ocupação¹⁴, Santa Maria é uma cidade importante para a região central do estado, exercendo uma influência de caráter regional. De acordo com o IBGE (2000), o município de Santa Maria apresenta-se como a principal cidade da microrregião de Santa Maria (composta por 13 municípios) e, que por sua vez, está compreendida na mesorregião centro-ocidental rio-grandense.

Perante o estado do Rio Grande do Sul, o município de Santa Maria apresenta-se, em termos populacionais, na 5ª posição com um total de 243.611 habitantes, atrás apenas de Porto Alegre, a capital do estado, com 1.360.590 habitantes, seguida por Caxias do Sul, com 360.419 habitantes, por Pelotas, com 323.158 habitantes, e por Canoas, com 306.093 habitantes (IBGE, 2000).

¹⁴ Santa Maria desde o início de sua ocupação teve um crescimento gradativo e passou por diferentes fases. Primeiramente, ela foi um acampamento militar (1787), depois povoado (em 1801), curato (em 1812), distrito (em 1819), freguesia (em 1837), vila (em 1857) e, finalmente, teve sua emancipação político-administrativa em 1876, se elevando à categoria de cidade.



4.2. Elementos que contribuem para a configuração espacial de Santa Maria

Quanto aos seus aspectos físicos, partindo-se do quadro morfológico estadual, pode-se dizer que Santa Maria está situada na Depressão Periférica Sul Riograndense, também chamada de Depressão Central. Esta depressão, na qual a cidade está inserida, compreende uma faixa deprimida entre relevos mais elevados, representados ao Norte, pela escarpa da Serra Geral, e ao Sul, pelo Escudo Sul Riograndense (SARTORI, 1979).

As suas características físicas são importantes, pelo fato de que sua expansão urbana esbarra nos condicionantes da Encosta da Serra Geral, ao norte da cidade. Nestas Encostas da Serra, encontram-se áreas de risco devido à forte declividade, com cotas de até 500 metros, dificultando a ocupação e a expansão urbana para este setor da cidade (BOLFE, 1997) e (BEVILACQUA, 1994).

Este limitador natural da expansão urbana em direção ao norte da cidade, pode ser vista através da Foto 1, sendo possível visualizar o rebordo do planalto.



Figura 2: Vista do rebordo do planalto no bairro Centro, sendo a foto tirada no sentido SW-NE.

Além desse rebordo do planalto, localizado ao norte da cidade e que se dispõe no sentido leste-oeste, verifica-se um relevo residual, chamado de morro testemunho¹⁵. Em Santa Maria encontram-se dois morros testemunhos a sudeste (tendo-se o bairro Centro como referência), sendo eles o Morro Mariano da Rocha e o Morro do Cerrito (NETO, 1990). Igualmente aos condicionantes do rebordo do planalto, estes morros testemunhos também dificultam a ocupação urbana em determinados setores da cidade.

Os morros Mariano da Rocha e Cerrito exercem uma certa influência sobre o crescimento e conseguinte expansão de alguns bairros. O Morro Mariano da Rocha tem influência sob a porção Leste do bairro Tomazzetti e sob a porção Oeste do bairro Cerrito. E o Morro Cerrito contribui para esbarrar o crescimento de parte do bairro Nossa Senhora de Lourdes e de parte do bairro Km Três (MAPA DAS ÁREAS VERDES, 2003). Essa situação mencionada acima pode ser observada através da foto do Morro Cerrito (à esquerda na foto) e do Morro Mariano da Rocha (à direita na foto), que retrata claramente a contribuição dos morros testemunhos como limitador da expansão urbana.



Figura 3: Vista parcial da cidade mostrando ao fundo o Morro Cerrito e o Morro Mariano da Rocha, sendo a foto tirada no sentido N-S.

¹⁵ Estes morros testemunhos, juntamente com o rebordo do planalto são originados de derrames vulcânicos. O processo de erosão moldou a Serra, formando um relevo residual resistente à erosão, formando-se assim, os morros testemunhos.

Além dos condicionantes físicos, acontecimentos importantes vivenciados no passado em Santa Maria, também contribuíram para justificar a sua ocupação, predominantemente, no sentido leste-oeste.

Em 1889, com a criação da estrada de ferro que ligava a cidade de Santa Maria à capital da Província, Porto Alegre, o município foi muito beneficiado, desenvolvendo-se consideravelmente. Para Belém (2000, p.165) “após a inauguração da via férrea, a cidade viu seu comércio estender-se por toda zona urbana, tornando-se, além disso, um obrigatório entreposto das praças comerciais da fronteira e da região serrana com a de Porto Alegre”.

A partir daí, com esta situação criada pela ferrovia, a cidade torna-se nesses tempos, um importante entroncamento ferroviário do Rio Grande do Sul, fazendo desenvolver a economia do município, uma vez que junto à Estação Ferroviária, vários pontos comerciais foram instalados, como hotéis, restaurantes, lojas, com o objetivo de atender aos usuários desse transporte (BOLFE, 1997).

Com isso, conseqüentemente, houve melhorias nos serviços de infra-estrutura urbana, com o calçamento das ruas, instalação de luz elétrica, serviços de entrega de postais, implantação da rede telefônica, calçamento de pedra irregular das ruas centrais, etc. (BEVILACQUA, 1994).

Nesse aspecto, ainda para Bevilacqua (1994), a ferrovia teve um papel fundamental no desenvolvimento de Santa Maria, uma vez que este entroncamento ferroviário representou o ponto de partida para o seu crescimento econômico. Ao longo do tempo, o comércio santa-mariense foi sendo ampliado, o que futuramente, faria denotar a importância deste setor para o município.

Sendo assim, com o advento da via férrea, a Estação Ferroviária acabou provocando alterações na área central, de modo que, começa ocorrer a expansão da malha urbana (BEVILACQUA, 1994). Sem dúvida, a ferrovia teve um papel muito importante para o desenvolvimento urbano de Santa Maria, pois no entorno da linha férrea, famílias estabeleceram-se, e conseqüentemente, bairros foram sendo formados.

Por volta de 1920 a cidade já possuía meios de transportes coletivos, e características de um centro comercial, educacional, militar e religioso. Assim, em 1946, a malha urbana expandiu-se de acordo com as suas barreiras físicas, denotando a tendência de ocupação urbana no sentido leste-oeste.

Em meados da década de 50, o processo de urbanização de Santa Maria foi intensificado, devido ao processo migratório campo-cidade, começando-se a partir daí a manifestar um caráter eminentemente urbano.

Contribuindo para a expansão urbana para o setor leste, verificou-se a implantação, em 1960, da Universidade Federal de Santa Maria¹⁶ (UFSM) e, na década de 70, a construção da Base Aérea de Santa Maria (BASM) e do Aeroporto Civil de Santa Maria, que conseqüentemente impulsionaram a expansão urbana para o setor leste da cidade de Santa Maria.

Posteriormente, no setor oeste, observou-se, em 1975, a construção de dois Conjuntos Habitacionais (COHAB's) – Santa Marta e Passo da Ferreira –, e a implantação do Distrito Industrial de Santa Maria, que impulsionaram a sua expansão para este sentido. Esses acontecimentos foram muito importantes para impulsionar o crescimento populacional para a região oeste, uma vez que estas duas COHAB's foram as maiores construídas em Santa Maria.

Além disso, outros fatores também contribuíram para esta configuração do crescimento da cidade. A posição de guarnição militar, que utiliza extensas áreas para treinamento e instalações militares, também participa como barreira ao crescimento urbano para o setor sul da cidade (BEVILACQUA, 1994).

As rodovias também foram/são elementos que estimulam o crescimento urbano. Por Santa Maria passam duas rodovias estaduais e três rodovias federais. Quanto às rodovias estaduais, a RS-509, que corta a cidade no sentido leste-oeste, foi inaugurada em 1968 e a rodovia RST-287, que também corta a cidade no sentido leste-oeste, foi inaugurada em 1988 (DNIT¹⁷, 2004).

Quanto às rodovias federais, a BR-392, que corta a cidade no sentido norte-sul, foi inaugurada no ano de 1972. Já no ano de 1974, foi inaugurado o primeiro trecho da BR-158, que corta a cidade no sentido nordeste-sudoeste. O segundo trecho da rodovia federal BR-158, que se inicia a partir do entroncamento com a BR-287, corta a cidade no sentido leste-oeste e teve seu início no ano de 1978¹⁸. A BR-287, que corta a cidade no sentido leste-oeste, foi inaugurada em 1978, interligando-se com as BR-158 e BR-392 e, assim, completando o sistema rodoviário federal existente em Santa Maria (DNIT, 2004).

A respeito dessas rodovias estaduais e federais que influenciaram/influenciam no crescimento urbano da cidade, Bevilacqua (1994) discorre que:

¹⁶ Pode-se afirmar que a Universidade Federal de Santa Maria foi a primeira universidade federal implantada no interior do país, contribuindo para a formação de um pólo educacional interiorizado. Portanto, a UFSM atraiu um grande número de pessoas para a cidade, incentivados, particularmente, por maiores possibilidades de acesso ao ensino superior.

¹⁷ Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes

¹⁸ Apesar de já se passarem 27 anos, esta rodovia ainda não está completamente terminada, sendo que ela é asfaltada na parte que abrange o perímetro urbano de Santa Maria, tendo ainda determinados trechos inacabados (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 27/10/2004) e (A RAZÃO, 19/10/2004).

Estas rodovias possibilitam a acessibilidade, para que novas áreas sejam atingidas, o que representa uma alternativa para os investimentos e promotores de loteamentos. As facilidades que estas vias proporcionam, em termos de acessibilidade a áreas mais adequadas para ocupação urbana, também contribuem para a expansão de novos assentamentos e, desta forma, produzem alterações na configuração da estrutura urbana da cidade (p.222).

Neste sentido, sobre todas estas questões, Bolfe (1997) comenta sobre os condicionantes que orientaram/orientam a expansão urbana do município de Santa Maria:

De 1946 até hoje, a mancha urbana é expandida para áreas mais planas, em torno de 100 metros de altitude, pois a barreira da encosta da Serra Geral, ao norte e os morros a sudeste impedem a ocupação. Outro fator a orientar o sítio urbano de Santa Maria são as áreas institucionais. Seu sítio abrange uma área, que se estende até as encostas ao norte, a noroeste e sudoeste segue até encontrar as unidades militares, a sudeste pela presença de morros testemunhos, e a leste, a expansão segue até encontrar a Base Aérea e Aeroporto, além da universidade (p.70).

4.3. Aspectos Atuais do Município de Santa Maria

Com relação ao processo de urbanização do município, pode-se dizer que as suas funções, tanto no passado, a partir da influência da ferrovia, quanto no presente, com as funções militares, educacionais, comerciais e de serviços, contribuíram significativamente para o aumento da sua população urbana ao longo dos anos, de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1: Evolução da população do município de Santa Maria/RS, de 1940 a 2000.

Anos	População Rural	População Urbana	População Total
1940	33.909	41.688	75.597
1950	35.097	47.904	83.001
1960	34.668	85.014	119.682
1970	32.473	124.136	156.609
1980	27.014	154.565	181.579
1991	35.533	182.982	218.515
1996	13.646	212.417	226.063
2000	12.915	230.696	243.611

Fonte: IBGE (2000) – Dados do Censo Demográfico/Resultados do Universo
Organização: Rossini, C. C.

De acordo com a Tabela 1, observa-se um acréscimo de população urbana ao longo dos anos, de modo que a taxa de urbanização de Santa Maria foi aumentando gradativamente. No ano de 1940, a taxa de urbanização da cidade era de 55,14%, já em 1960, era de 71,03%, e em 1980, alcançava os 85,12%.

Em 2000, o município de Santa Maria, possuía uma população total de 243.611 habitantes, sendo que destes, 230.696 viviam na zona urbana, o que corresponde a uma taxa de urbanização de 94,6% (IBGE, 2000).

Atualmente, de acordo com Beber (1998), o município revela a importância do setor terciário, sendo este responsável por 70% da economia, destacando-se o comércio, os serviços públicos, incluindo os da Universidade Federal de Santa Maria, e das organizações militares sediadas na cidade¹⁹.

Ainda sob o aspecto econômico, aparece em segundo lugar o setor primário (agropecuário) e em terceiro lugar, o setor secundário, que no geral são indústrias de pequeno e médio porte voltadas principalmente para o beneficiamento de produtos agrícolas, mobiliários, calçados, laticínios, etc. (BEBER, 1998).

Certamente, a circulação de moeda na cidade de Santa Maria depende fundamentalmente do serviço público (BEBER, 1998). Destaca-se na região e no estado como cidade portadora das seguintes funções relacionadas a prestação de serviços: comercial, educacional, médico-hospitalar.

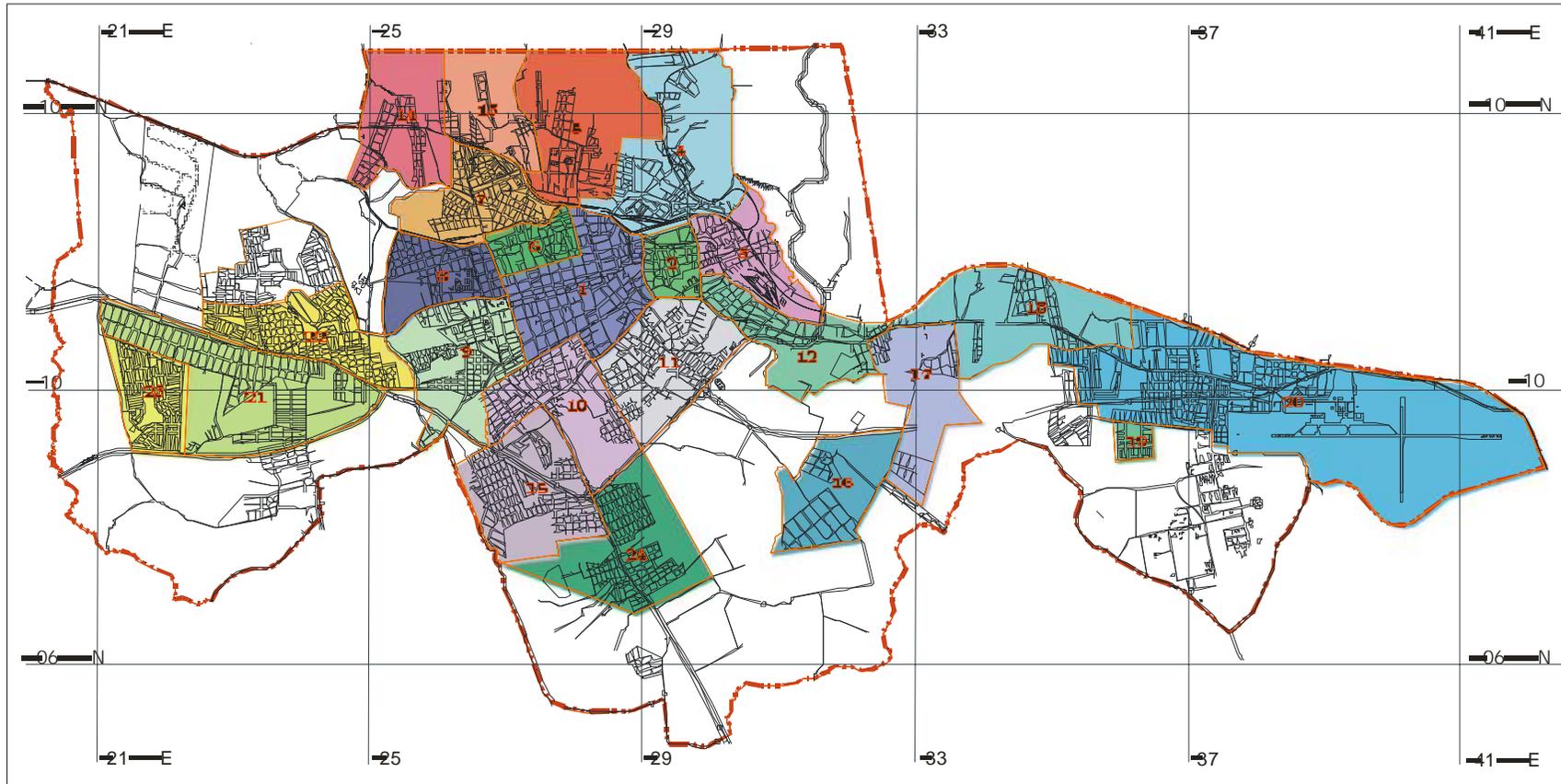
No que se refere a sua função de centro educacional, compreendendo o ensino superior, além da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), há outras instituições de ensino superior, que também contribuem para esta situação, como a Universidade Franciscana (UNIFRA), a Faculdade Metodista (FAMES), a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), a Faculdade Pallottina (FAPAS) e a Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA).

A zona urbana de Santa Maria está hoje dividida em 24 bairros (IBGE, 2000), e estes sendo constituídos por vilas, parques residenciais e Conjuntos Habitacionais (COHAB's). Destaca-se que existem na cidade três conjuntos habitacionais, a saber, a Cohab Passo da Ferreira e Cohab Santa Marta (na zona oeste) e a Cohab Camobi (na zona leste)²⁰.

¹⁹ Santa Maria apresenta-se com várias unidades do Exército e da Aeronáutica, que compõem a 3ª Divisão do Exército e a 6ª Brigada de Infantaria Blindada e a Base Aérea de Santa Maria, sendo atualmente, o segundo maior contingente militar do país, perdendo apenas para a cidade do Rio de Janeiro. E, além disso, também se destaca a guarnição da Brigada Militar, com suas diversas unidades militares.

²⁰ Como esclarecimento, a Cohab Passo da Ferreira está localizada no bairro Cohab Passo da Ferreira; a Cohab Santa Marta está localizada no bairro Juscelino Kubitscheck; e a Cohab Camobi está localizada no bairro Cohab Camobi.

A atual distribuição dos bairros em Santa Maria, de acordo com a prefeitura municipal, pode ser verificada através do Mapa de Distribuição e Localização dos Bairros no Perímetro Urbano de Santa Maria/RS, que mostra espacialmente esta configuração, conforme o trabalho que vem sendo desenvolvido para o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) da cidade, que está sendo discutido na esfera municipal, com o objetivo de sua aprovação.



Bairros		Legenda	
1 Centro	9 Patronato	17 São José	Sem Especificação
2 N. S. das Dores	10 Medianeira	18 Pé de Plátano	Convenções
3 Presidente João Goulart	11 N. S. de Lourdes	19 Cohab Camobi	Perímetro Urbano
4 Itararé	12 KM Três	20 Camobi	Limite de Bairros
5 N. S. do Perpétuo Socorro	13 Chácara das Flores	21 Parque Pinheiro Machado	Arruamentos
6 N. S. do Rosário	14 Caturrita	22 Juscelino Kubitschek	
7 Salgado Filho	15 Urúndia	23 Cohab Passo da Ferreira	
8 Passo D'Areia	16 Cerrito	24 Tomazzetti	

0 **ESCALA GRÁFICA** 4000
Metros

Mapa de Distribuição e Localização dos Bairros no Perímetro Urbano de Santa Maria/RS
Edição: 27/05/2004

Em relação à distribuição da população urbana, apresenta-se a seguir os 24 bairros da cidade e a população residente em cada bairro, de acordo com o Quadro 1 abaixo.

Quadro 1: População Total dos Bairros de Santa Maria/RS, no ano de 2000.

Bairro	População Total
Camobi	13.334
Caturrita	3.076
Centro	29.330
Cerrito	815
Chácara das Flores	3.486
Cohab Camobi	2.460
Cohab Passo da Ferreira	11.714
Itararé	10.123
Juscelino Kubitschek	12.606
Km Três	4.678
Medianeira	11.903
Nossa Senhora das Dores	6.109
Nossa Senhora de Lourdes	12.896
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	6.360
Nossa Senhora do Rosário	7.185
Parque Pinheiro Machado	11.334
Passo D'Areia	7.745
Patronato	10.563
Pé de Plátano	2.913
Presidente João Goulart	6.015
Salgado Filho	14.178
São José	3.815
Tomazzetti	6.803
Urlândia	9.969
Sem Especificação ²¹	34.201

Fonte: IBGE (2000) – Dados do Censo Demográfico/Resultados do Universo
Organização: Rossini, C. C.

²¹ Para o IBGE (2000), a denominação “sem especificação” compreende todos os locais que ainda apresentam dúvida quanto à classificação, como locais que se encontram fora do perímetro urbano e locais inseridos dentro do perímetro urbano, mas fora dos limites dos bairros.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Santa Maria, através da Lei Municipal nº 2770/86²², os bairros têm a seguinte constituição:

Bairro Camobi: Vila Soares do Canto, Parque Residencial Universitário, Parque Residencial Fiori D'Itália, Vila Operária, Vila Santa Helena, Vila Assunção, Vila Tereza, Vila Santos Dumont, Base Aérea de Santa Maria, Condomínio Vila Verde, Parque Alto da Colina, Petit Village e Vila Jardim.

Bairro Caturrita: Vila Negrine, Vila Bela União, Vila Jordânia, Vila Santa Rita, Vila São José e Vila Conceição.

Bairro Centro: Centro da cidade e Vila Major Duarte.

Bairro Cerrito: Vila Cerrito e Jardim Berleze.

Bairro Chácara das Flores: Vila Santa Terezinha, Vila Sant'Anna, Vila Dona Ana, Vila das Flores, Vila São Rafael e Vila Vitória.

Bairro Cohab Camobi: Núcleo Habitacional Fernando Ferrari.

Bairro Cohab Passo da Ferreira: Núcleo Habitacional Tancredo de Almeida Neves.

Bairro Itararé: Vila Menino Deus e Vila Bela Vista.

Bairro Juscelino Kubitschek: Vila Jóquei Clube, Vila Caramelo, Vila Rigão, Vila Prado, Conjunto Habitacional Santa Marta e Loteamento Novo Horizonte.

Bairro Km Três: Vila Tombesi, Vila Rossato, Vila Dr. Wautier, Fósseis da Alemoa, Vila Sinhá, Vila Palmares, e Vila Pinheiro.

Bairro Medianeira: Vila Plátano, Vila Holtemann, Vila Selemer, Vila Zulmira, Vila Bazégio, Vila Medianeira, Núcleo Presidente Vargas, Vila Limeira, Parque Residencial Duque de Caxias e Vila Imembuí.

Bairro Nossa Senhora das Dores: Vila Operária e adjacências.

Bairro Nossa Senhora de Lourdes: Vila São Luiz, Vila Roemer, Vila Rolim, Vila Nonoai, Vila Ana Maria, Vila Belém, Parque Residencial Nossa Senhora da Saúde e o Núcleo Nossa Senhora de Lourdes.

Bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro: Vila do Carmo, Vila Jane, Vila Neumaier e Vila Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Bairro Nossa Senhora do Rosário: Nossa Senhora do Rosário

Bairro Parque Pinheiro Machado: Vila Schmidt, Vila São João, Vila Santa Catarina, Vila Rossi, Vila Cauduro e Parque Residencial Pinheiro Machado.

Bairro Passo D'Areia: Vila Oliveira e Vila Mallet.

²² Esta Lei Municipal é de 02/07/1986 e têm a finalidade de alterar o perímetro urbano, os limites distritais e dispõe sobre as denominações de bairros urbanos de Santa Maria. Apesar da vigência desta Lei Municipal, atualmente existem situações em que a quantidade de bairros, de vilas, parques residenciais, entre outros, encontra-se completamente alterada, devido ao crescimento da cidade.

Bairro Patronato: Vila Rhode, Vila San Martin, Vila Kozoroski, Vila Militar, Parque Residencial Padre Caetano, Cemitério Ecumênico Municipal, Vila Guarani, Vila Noal, Patronato Agrícola Antonio Alves Ramos e Vila Renascença.

Bairro Pé de Plátano: Vila Presidente Vargas, Vila Almeida, Vila “B” dos Sargentos da Base Aérea e Jardim Lindóia.

Bairro Presidente João Goulart: Vila Presidente João Goulart, Vila Schirmer, Vila Fredolina e Vila Nova.

Bairro Salgado Filho: Vila Brasília, Vila Salgado Filho, Vila Valdemar Rodrigues, Vila Carolina, Vila São João Batista, Vila Brenner, Vila Norte, Vila Nossa Senhora do Trabalho e Vila Kennedy.

Bairro São José: Cemitério São José, Vila Figuera, Vila Sargento Dorneles, Vila Farroupilha, Vila Sarandi e Vila Maringá.

Bairro Tomazzetti: Vila Tomaz, Vila Bom Jesus, Vila Santa Rita de Cássia (antiga Jacareacanga), Vila Lorenzi, Vila Quitandinha e Parque Residencial Dom Antônio Reis.

Bairro Urlândia: Vila São Pedro, Vila Alegria, Vila Goiânia, Vila Formosa, Vila Santos, Vila tropical e Urlândia.

Em relação aos bairros de Santa Maria, Bolfe (1997, p.74) afirma que “afastando-se do Centro, os bairros que apresentam deficiência em termos de infra-estrutura são aqueles onde residem classes sociais menos abastadas, ocorrendo o fenômeno de segregação social”.

O bairro Centro, que coincidiu com o início da ocupação, é com isso, a parte mais servida de infra-estrutura. Assim, o Centro é o bairro que apresenta o maior número de população e é o local onde se encontram as principais avenidas e ruas, concentrando desta maneira, as atividades econômicas e os espaços verticalizados. Na área mais central da cidade predomina o uso comercial, aparecendo também, nos bairros do seu entorno, associação do uso comercial e residencial.

Sobre os bairros, pode-se dizer, de acordo com Bolfe (1997), que os bairros Nossa Senhora de Lourdes, Medianeira, Patronato, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Dores são os que possuem melhor infra-estrutura.

O bairro Camobi apresenta-se de forma variada em termos de infra-estrutura, pois ao mesmo tempo em que possui condomínios fechados, como “jardins” e “parques”, que são servidos de equipamentos urbanos, apresenta também “vilas”, que são precárias no que se refere à equipamentos urbanos.

Os bairros Itararé, Salgado Filho e Passo D’Areia tiveram o seu desenvolvimento impulsionado pela ferrovia. Mais precisamente, o bairro Itararé teve o seu ápice de

desenvolvimento na época da ferrovia, pois muitos funcionários da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) passam a morar neste bairro. Atualmente, esta situação é diferente, o bairro perdeu um pouco de seu desenvolvimento, notando-se com isso, uma certa desvalorização dos terrenos ao se comparar com a época de auge da RFFSA (ROCHA, 2002).

Na periferia de Santa Maria, ainda encontram-se terrenos sem construções e não loteados, como também residências com características rurais, uma vez que o perímetro urbano foi ampliando e incorporando estas propriedades, que hoje fazem parte dos bairros. Sobre estas residências, Bolfe (1997) ressalta que:

Esses proprietários rurais existentes na periferia mais distante do centro (caso dos bairros: Tomazzeti, Urlândia, Camobi, Presidente João Goulart, Itararé, Perpétuo Socorro, Salgado Filho, Passo d'Areia, Juscelino Kubitschek e Parque Pinheiro Machado) preferem morar em locais mais calmos, apesar da menor infra-estrutura. Esses bairros, em geral são de residência de classes sociais de baixa renda e o setor terciário é menos desenvolvido. Já nos bairros mais próximos ao centro, como o N. Sr^a de Lourdes e o Patronato, residem proprietários rurais, que fazem parte da "elite fundiária", classe de altos índices de renda. Santa Maria possui 25% da "elite fundiária", ocupando o centro da cidade, sendo que 75% de proprietários rurais residem, em bairros periféricos, sejam esses de classe de alta ou baixa renda (p.79).

Assim, para Bolfe (1997, p.76) "percebe-se que o processo de urbanização submete Santa Maria, a uma configuração de caráter espontâneo, que se dirige para a periferia, invadindo o espaço rural. Todo esse processo de urbanização está aliado à valorização capitalista do solo, delineando o perímetro urbano de forma desorganizada e descontínua".

Aliás, esta *forma de organização e descontinuidade* em que se apresenta o perímetro urbano, contribui para trazer à tona outras questões, bem mais amplas, como a deficiência de um plano diretor abrangente de organização da cidade e a insuficiência de políticas públicas voltadas ao atendimento dos problemas urbanos.

O Plano Diretor de Santa Maria é de 1979 e a realidade atual não corresponde às suas diretrizes. Atualmente, o plano que regulamenta o desenvolvimento da cidade tornou-se obsoleto, surgindo assim, inúmeros problemas urbanos, entre outros, no sistema viário, no uso e ocupação do solo, na expansão urbana desordenada, em edificações sem o estabelecimento de um código regulamentador, no perímetro urbano desatualizado (A RAZÃO, 02/12/2003 e 03/12/2003).

No entanto, a alteração desta situação de forma alguma é buscada por todos, fato esse comprovado pela demora da aprovação do novo Plano Diretor²³, devido à existência de interesses conflitantes quanto a esta questão. Interesses estes advindos de diversos agentes sociais que, de uma certa maneira, exercem influência sobre a organização da cidade, sendo muitas vezes, interesses que não representam as reais necessidades da maioria da população.

Outro grande problema encontrado em Santa Maria, e em grande medida influenciado por este tipo de planejamento, refere-se à grande quantidade de áreas de ocupação irregular²⁴ (ou favela), que se caracterizam por não apresentar infra-estrutura adequada, no que tange aos equipamentos urbanos, acarretando conseqüentemente, condições precárias de sobrevivência para a população que mora nestes locais.

Essa realidade revela o quadro de crise econômica atual, que se materializa numa acentuada e persistente elevação da taxa de desemprego e numa redução da renda familiar, fazendo com que a população crie alternativas (habitacionais) diante da situação, que é verificada não só em Santa Maria, mas em muitas cidades brasileiras. E, assim, grande parcela da população vive em favelas, cortiços e loteamentos clandestinos, justamente por “não conseguir participar do mercado imobiliário devido ao seu baixo poder aquisitivo e ao alto preço da moradia, objeto de especulação” (RODRIGUES, 1997, p.62).

Entre tantas outras áreas de moradias irregulares existentes na cidade, a ocupação da antiga fazenda Santa Marta²⁵, hoje conhecida como Nova Santa Marta, impressiona pelo seu tamanho e carência de serviços urbanos. Para explicitar melhor, no ano de 1996, esta ocupação apresentava uma taxa de crescimento de 716% a.a., além de apresentar uma densidade demográfica de 9.555 hab/Km² (BOLFE, 1997).

Localizada na zona oeste da cidade, e ao norte do bairro Juscelino Kubitschek, essa ocupação surgiu a partir de 1991, e vem passando por um processo de regularização fundiária, realizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Para a prefeitura municipal, segundo as diretrizes do novo Plano Diretor (ainda não aprovado), essa ocupação compreenderá um novo bairro, denominado de Cohab Santa Marta e composto por 8 vilas.

²³ Sobre a demora para a aprovação do novo plano diretor, novamente em 2004 a votação para a sua aprovação foi adiada, de modo que sua votação está prevista para ocorrer ainda em 2005 (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 28/10/2004).

²⁴ Conceitualmente, favela refere-se a um conjunto de moradias (com pelo menos 50 residências), quase sempre com infra-estrutura deficiente, onde os terrenos não são de propriedade dos moradores. Outro fator de caracterização de favela se deve à condição de ocupação destes terrenos, que normalmente, são terras públicas. Igualmente, esta ocupação se apresenta, no aspecto jurídico, como “ilegal” (RODRIGUES, 1997).

²⁵ Cabe ressaltar que para o IBGE (2000), tal área ainda se enquadra na categoria “sem especificação”.

A propósito, na cidade de Santa Maria verificam-se 65 favelas, o que perfazem um total de 10.000 residências vivendo em áreas sem nenhuma infra-estrutura urbana. A situação mais grave é encontrada principalmente na região oeste da cidade, que além de ter as piores condições é o local com o maior número de favelas (A RAZÃO, 20/11/2003) e (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 13/11/2003).

Na cidade, há inúmeros bolsões de miséria, onde muitas famílias que se encontram nestes locais vivem em áreas de risco²⁶ para a ocupação humana. Sob estas condições, um local bastante crítico se dá junto às margens do Arroio Cadena²⁷, que percorre vários bairros de Santa Maria (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 05/02/2004) e (A RAZÃO, 26/08/2004).

Tentando mostrar um pouco mais a realidade de Santa Maria, quanto às diferenças existentes entre os bairros da cidade, têm-se as informações contidas na Tabela 2, a seguir. Estes dados compreendem informações sobre o valor do rendimento nominal médio mensal, apresentando esta diferenciação, quanto ao aspecto renda, para os 24 bairros da cidade.

²⁶ Áreas de risco são locais onde há provável potencial de perigo para o assentamento humano, fazendo assim, ocorrer perdas ou danos, tanto econômicos quanto sociais para a população residente nestas áreas. Estas áreas de risco normalmente estão associadas a fenômenos físicos naturais, e sendo também subdivididas em várias classes. Como exemplos de áreas de risco têm-se: margem de rodovias, encostas de morros, margens de rios, áreas alagadiças, linhas de transmissão de energia elétrica, etc. (CRISTO, 2001).

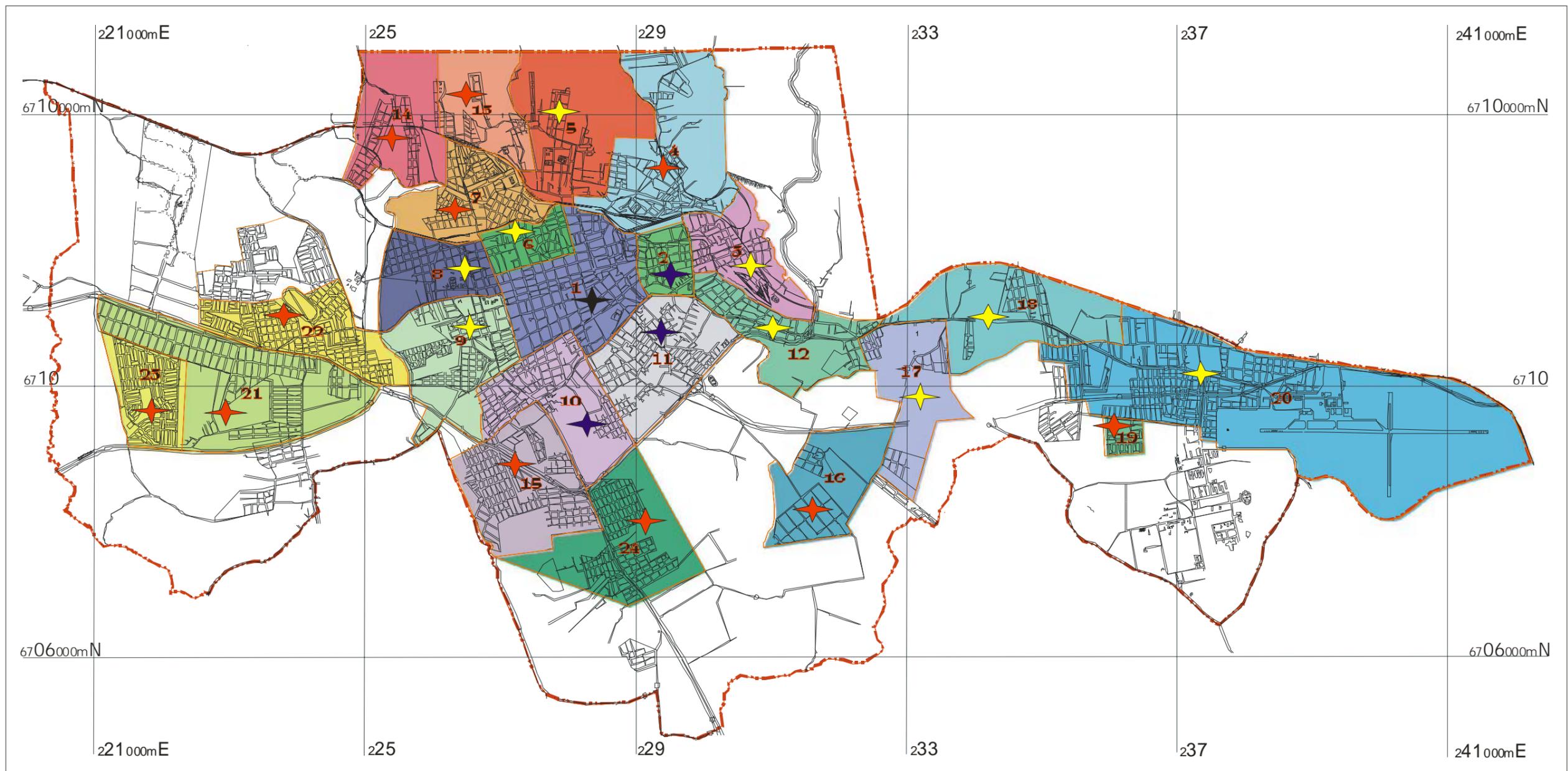
²⁷ O arroio Cadena, juntamente com o rio Vacacaí-Mirim são os principais afluentes que passam por Santa Maria. O problema maior é encontrado junto às margens do arroio Cadena, que se encontra no perímetro urbano, e que representa um dos maiores problemas encontrados na cidade ao que se refere à populações vivendo em áreas de risco.

Tabela 2: Valor do Rendimento Nominal Médio Mensal, em R\$, de pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, na cidade de Santa Maria/RS

Bairro	Renda Média
Total Santa Maria	975,49
Centro	1.944,29
Nossa Senhora de Lourdes	1.490,68
Medianeira	1.255,37
Nossa Senhora das Dores	1.243,84
Nossa Senhora do Rosário	1.116,49
Km Três	1.104,53
Camobi	1.052,99
Patronato	1.047,26
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	966,94
São José	918,87
Pé de Plátano	903,03
Presidente João Goulart	765,12
Passo D'Areia	756,35
Itararé	712,47
Cerrito	696,32
Cohab Camobi	681,47
Cohab Passo da Ferreira	674,32
Tomazzetti	653,58
Parque Pinheiro Machado	592,07
Juscelino Kubitschek	587,07
Urlândia	503,89
Salgado Filho	488,23
Chácara das Flores	438,66
Caturrita	421,43

Fonte: IBGE (2000) – Dados do Censo Demográfico/Resultados do Universo
Organização: Rossini, C. C.

Assim, com base na Tabela 2, e de modo a mostrar a diferenciação na distribuição da renda nominal média mensal, tem-se o Mapa de Distribuição Espacial da Renda Nominal Média Mensal das Pessoas com Rendimento e Responsáveis pelos Domicílios Particulares Permanentes na Cidade de Santa Maria/RS



Legenda

Bairros

1 Centro	8 Passo D'Areia	15 Urlândia	22 Juscelino Kubitschek
2 N. S. das Dores	9 Patronato	16 Cerrito	23 Cohab Passo da Ferreira
3 Presidente João Goulart	10 Medianeira	17 São José	□ Sem Especificação
4 Itararé	11 N. S. de Lourdes	18 Pé de Plátano	24 Tomazzetti
5 N. S. do Perpétuo Socorro	12 KM Três	19 Cohab Camobi	- - - Perímetro Urbano
6 N. S. do Rosário	13 Chácara das Flores	20 Camobi	~ Limite de Bairros
7 Salgado Filho	14 Caturrita	21 Parque Pinheiro Machado	~ Arruamentos

Convenções: Renda Média

- 1ª Classe - 1 a 3 Salários Mínimos
- 2ª Classe - 3 a 5 Salários Mínimos
- 3ª Classe - 5 a 8 Salários Mínimos
- 4ª Classe - > que 8 Salários Mínimos

N

0 **ESCALA GRÁFICA** 4000
Metros

Mapa de Distribuição Espacial da Renda Nominal Média Mensal das Pessoas com Rendimento e Responsáveis pelos Domicílios Particulares Permanentes na Cidade de Santa Maria/RS - Edição: 18/10/2004

Base Cartográfica Utilizada:
Elipsóide de Referência: South America 69 - UTM 22S
Levantamento aerofotogramétrico: Ortofotocartas Nº 1 a 31
Execução UFRGS - IPH - Cartometria/1979 - Escala 1:2000
Área Urbana de Santa Maria/RS
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000)
Organização: Rosáni, C.C.

Observando o mapa da renda nominal média mensal, é nítida a sua desigual distribuição no espaço. O bairro Centro é o único que possui renda média superior a 8 salários mínimos²⁸, seguido dos bairros Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora de Lourdes e Medianeira, que apresentam uma renda média de 5 a 8 salários.

Enquadrados na renda média de 3 a 5 salários mínimos encontram-se os bairros Camobi, Km Três, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora do Rosário, Passo D'Areia, Patronato, Pé de Plátano, Presidente João Goulart e São José.

A situação mais problemática dá-se nos bairros Caturrita, Cerrito, Chácara das Flores, Cohab Camobi, Cohab Passo da Ferreira, Itararé, Juscelino Kubitschek, Parque Pinheiro Machado, Salgado Filho, Tomazzetti e Urlândia, que apresentaram os valores mais baixos de renda média. Essa realidade torna-se preocupante, pois dos 24 bairros existentes em Santa Maria, 11 apresentam renda média inferior a 3 salários mínimos.

²⁸ Há que se comentar que o valor do salário mínimo na época em que o mapa da distribuição da renda média foi confeccionado era de R\$ 240,00.

5. INFRA-ESTRUTURA URBANA E PODER PÚBLICO: UM OLHAR SOBRE SANTA MARIA

Neste capítulo, apresenta-se a situação da cidade de Santa Maria, em relação aos equipamentos urbanos: água, esgoto, energia elétrica, circulação, saúde, educação e áreas de lazer. Nesta apresentação sobre cada equipamento urbano, salienta-se a realidade de cada bairro quanto a estes equipamentos, e tenta-se elucidar como elemento importante na distribuição destes equipamentos, o poder público.

Considerando os equipamentos de infra-estrutura urbana abordados neste estudo, percebe-se que alguns são distribuídos de uma forma heterogênea entre os diferentes bairros da cidade. Assim, nota-se uma concentração de equipamentos de infra-estrutura urbana no centro e nas suas proximidades e uma desconcentração de equipamentos de infra-estrutura urbana, nos bairros mais distantes do centro.

Claramente, este fenômeno é constatado em equipamentos de infra-estrutura urbana como o esgoto, a circulação, os equipamentos de saúde (somente para algumas instituições de saúde), educação (escolas particulares), e as áreas de lazer, que possuem uma distribuição mais heterogênea entre os bairros da cidade.

Contudo, pode-se destacar um abrandamento desta situação para os equipamentos de infra-estrutura urbana água, educação (escolas municipais e estaduais), onde estes equipamentos de infra-estrutura urbana possuem uma distribuição menos heterogênea, entre os diferentes bairros da cidade.

Certamente, após esta tentativa de mostrar a realidade da cidade, em relação aos equipamentos de infra-estrutura urbana, será visível os bairros que se apresentam com infra-estrutura adequada e os bairros carentes em infra-estrutura urbana.

5.1. ÁGUA

Abaixo, apresenta-se o Quadro 2, com informações sobre o equipamento de infraestrutura água, como segue:

Quadro 2: Residências abastecidas com o serviço de água da CORSAN, nos diferentes bairros da cidade de Santa Maria/RS

Bairro	Total de Residências	Com Abastecimento	Sem Abastecimento (1)	(%) de Residências com Água
Camobi	3.889	3.782	107	97,24
Caturrita	857	831	26	96,96
Centro	10.512	9.741	771	92,66
Cerrito	224	104	120	46,42
Chácara das Flores	930	908	22	97,63
Cohab Camobi	676	672	4	99,40
Cohab Passo da Ferreira	3.363	3.345	18	99,46
Itararé	2.874	2.724	150	94,78
Juscelino Kubitschek	3.696	3.609	87	97,64
Km Três	1.418	1.347	71	94,99
Medianeira	3.597	3.409	188	94,77
Nossa Senhora das Dores	1.952	1.917	35	98,20
N. S. de Lourdes	3.931	3.324	607	84,55
N. S. do Perpétuo Socorro	1.878	1.832	46	97,55
N. S. do Rosário	2.233	2.140	93	95,83
Parque Pinheiro Machado	3.346	3.189	157	95,30
Passo D'Areia	2.280	2.215	65	97,14
Patronato	2.997	2.865	132	95,59
Pé de Plátano	797	764	33	95,85
Presidente João Goulart	1.705	1.682	23	98,65
Salgado Filho	4.056	3.696	360	91,12
São José	1.079	1.004	75	93,04
Tomazzetti	1.815	1.658	157	91,34
Urlândia	2.765	2.640	125	95,47
Sem Especificação	9.645	5.022	4.623	52,06

Fonte: IBGE (2000) – Dados do Censo Demográfico/Resultados do Universo

Notas: (1) Refere-se a outras formas de abastecimento de água, podendo ser utilizados poços, nascentes, entre outros.

Organização: Rossini, C.C.

5.2. ESGOTO

Abaixo, apresenta-se o Quadro 3, com informações sobre o equipamento de infraestrutura esgoto, como segue:

Quadro 3: Residências atendidas com o serviço de esgoto da CORSAN, nos diferentes bairros da cidade de Santa Maria/RS

Bairro	Total de Residências	Com Rede Esgoto	Sem Rede Esgoto (1)	(%) de Residências com Esgoto
Camobi	3.889	659	3.230	16,95
Caturrita	857	198	659	23,10
Centro	10.512	10.121	391	96,28
Cerrito	224	2	222	0,89
Chácara das Flores	930	349	581	37,52
Cohab Camobi	676	182	494	26,92
Cohab Passo da Ferreira	3.363	3.303	60	98,21
Itararé	2.874	1.477	1.397	51,39
Juscelino Kubitschek	3.696	1.600	2.096	43,29
Km Três	1.418	792	626	55,85
Medianeira	3.597	3.105	492	86,32
Nossa Senhora das Dores	1.952	1.630	322	83,50
Nossa Senhora de Lourdes	3.931	2.575	1.356	65,50
N. S. do Perpétuo Socorro	1.878	1.728	150	92,01
Nossa Senhora do Rosário	2.233	2.049	184	91,75
Parque Pinheiro Machado	3.346	764	2.582	22,83
Passo D'Areia	2.280	1.810	470	79,38
Patronato	2.997	2.398	599	80,01
Pé de Plátano	797	237	560	29,73
Presidente João Goulart	1.705	708	997	41,52
Salgado Filho	4.056	3.112	944	76,72
São José	1.079	170	909	15,75
Tomazzetti	1.815	282	1.533	15,53
Urlândia	2.765	1.086	1.679	39,27
Sem Especificação	9.645	243	9.402	2,51

Fonte: IBGE (2000) – Dados do Censo Demográfico/Resultados do Universo

Notas: (1) Refere-se a outros tipos de esgotamento sanitário como fossa séptica, fossa rudimentar, depósito em valas, rios, lagos ou outras formas de depósitos, além de residências que não contam nem com banheiro.

Organização: Rossini, C.C.

Observando as porcentagens de residências abastecidas com água e as porcentagens de residências que possuem rede de esgoto, na grande maioria dos bairros de Santa Maria, nota-se muitas diferenças na distribuição desses serviços, de modo que, tem-se de um lado, o serviço de água com uma boa distribuição, e de outro, a rede de esgoto, que também é de fundamental importância para a população, com uma péssima distribuição.

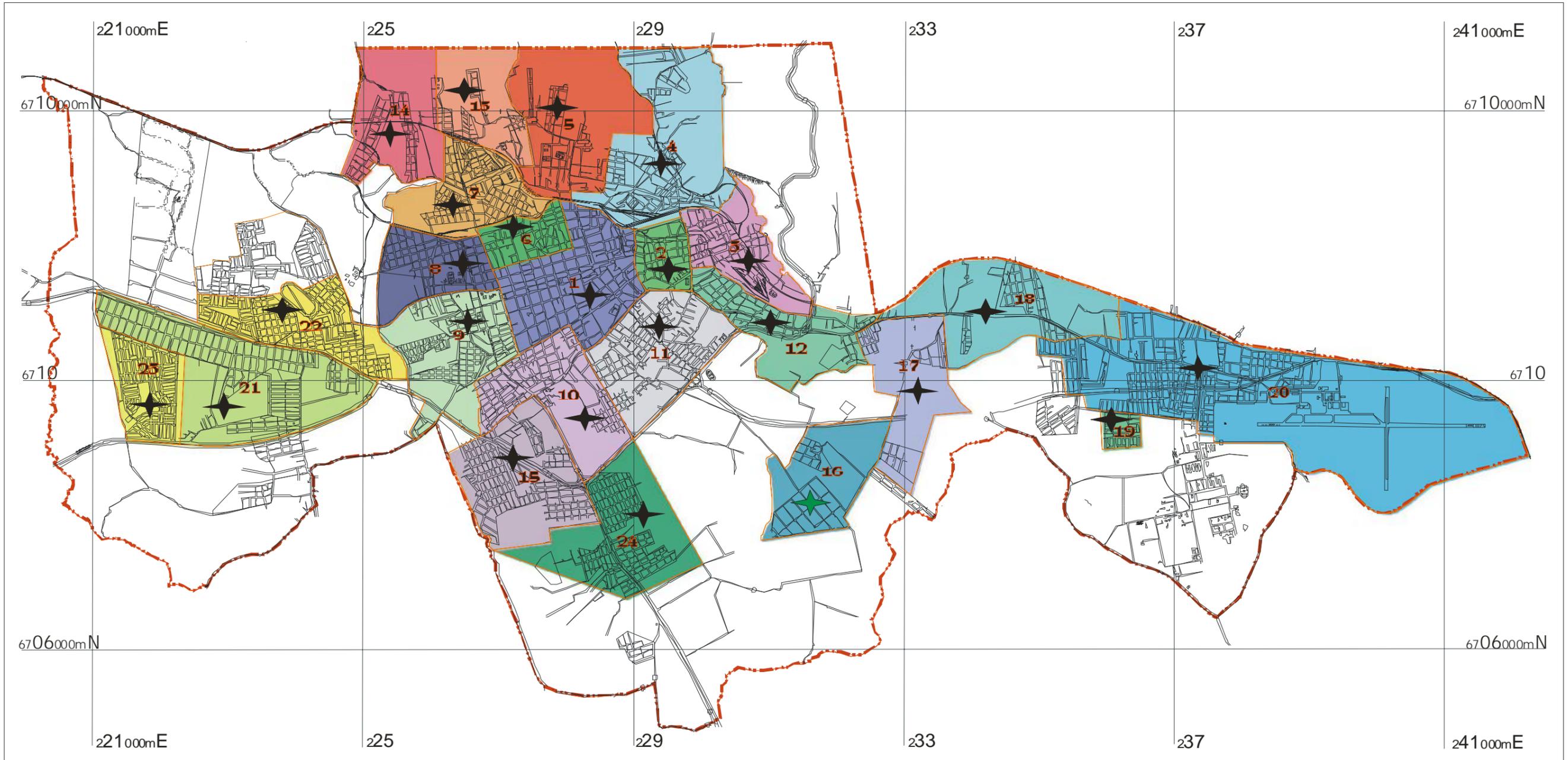
A distribuição de água na cidade, que é abastecida pela CORSAN, é bastante homogênea, pois dos 24 bairros existentes, 22 possuem mais de 90% de residências atendidas com água da estatal. E apenas 2 bairros não possuem um atendimento tão significativo de água fornecida pela CORSAN, sendo eles os bairros: Nossa Senhora de Lourdes (84,55%) e o Cerrito (46,42%).

Com o esgoto, a situação é bastante diferente, uma vez que poucos bairros apresentam-se com uma porcentagem elevada de residências atendidas com esse serviço. As maiores porcentagens encontradas são nos bairros: Cohab Passo da Ferreira (98,21%), Centro (96,28%), Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (92,01%), Nossa Senhora do Rosário (91,75%), Medianeira (86,32%), Nossa Senhora das Dores (83,50%) e Patronato (80,01%).

E as piores condições, quanto ao esgotamento sanitário, ocorrem nos bairros: Cerrito, com apenas 0,89% das residências com esgoto, Camobi, com apenas 16,95% das residências com esgoto, São José, com apenas 15,75% das residências com esgoto e Tomazzetti, com apenas 15,53% das residências com esgoto.

Nota-se, visivelmente, que o serviço de esgoto na cidade mostra-se bastante heterogêneo, pois são poucos os bairros que apresentam significativos índices de esgotamento sanitário. Assim, é possível visualizar uma imensa descontinuidade na distribuição deste serviço, pois boa parte da cidade ainda se encontra carente deste equipamento urbano.

Com o intuito de mostrar a espacialização dos serviços de água e esgoto na cidade, tem-se o Mapa de Distribuição Espacial Percentual de Residências com Abastecimento de Água pela CORSAN na Cidade de Santa Maria/RS e o Mapa de Distribuição Espacial Percentual de Residências com Atendimento de Rede de Esgoto pela CORSAN na Cidade de Santa Maria/RS.



Legenda

Bairros

1 Centro	8 Passo D'Areia	15 Urlândia	22 Juscelino Kubistchek
2 N. S. das Dores	9 Patronato	16 Cerrito	23 Cohab Passo da Ferreira
3 Presidente João Goulart	10 Medianeira	17 São José	□ Sem Especificação
4 Itararé	11 N. S. de Lourdes	18 Pé de Plátano	24 Tomazzetti
5 N. S. do Perpétuo Socorro	12 KM Três	19 Cohab Camobi	- - - Perímetro Urbano
6 N. S. do Rosário	13 Chácara das Flores	20 Camobi	— Limite de Bairros
7 Salgado Filho	14 Caturrita	21 Parque Pinheiro Machado	~ Arruamentos

Convenções: Água

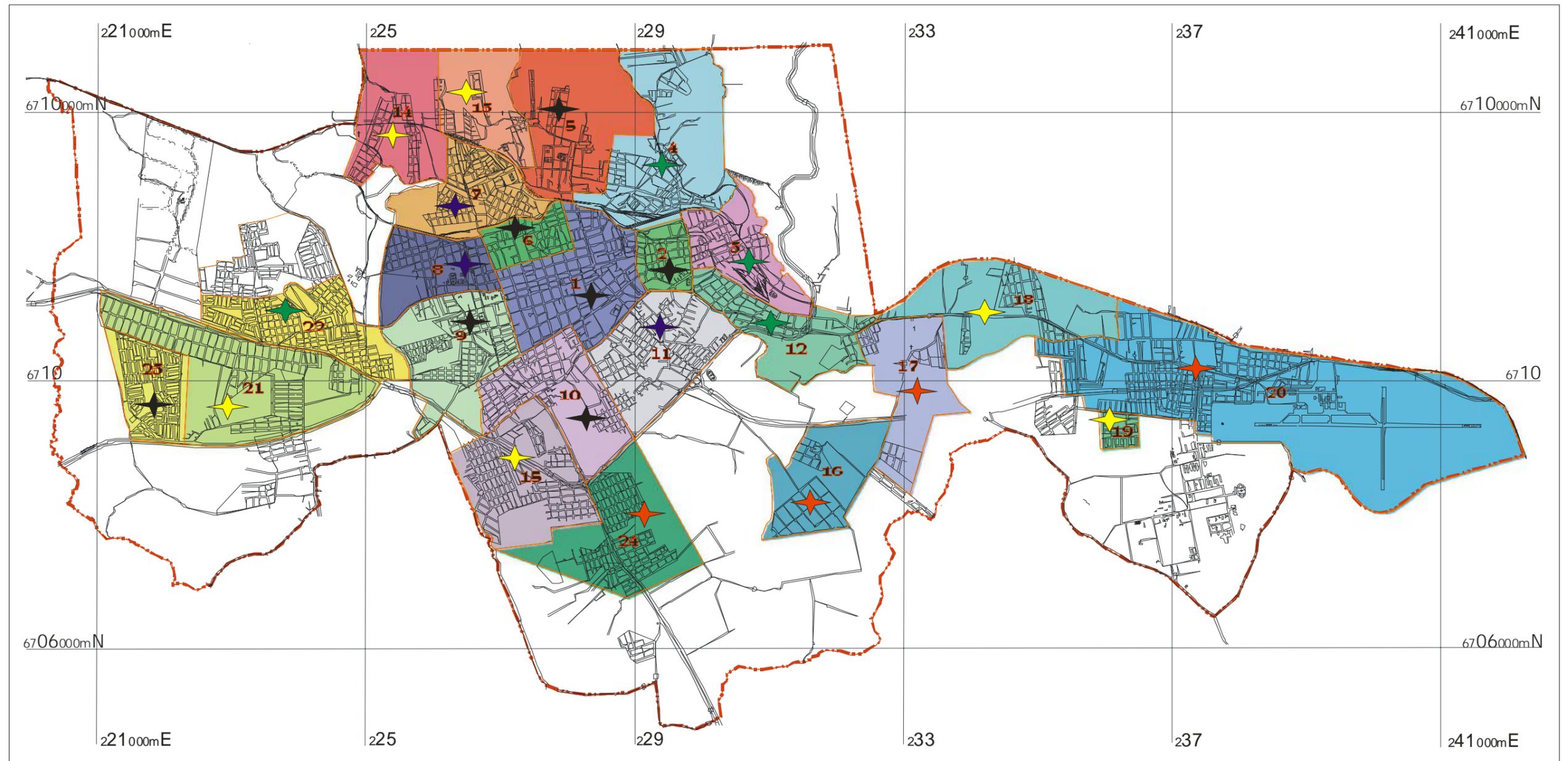
- 1ª Classe - 0% a 20% de Abastecimento
- 2ª Classe - 20% a 40% de Abastecimento
- 3ª Classe - 40% a 60% de Abastecimento
- 4ª Classe - 60% a 80% de Abastecimento
- 5ª Classe - 80% a 100% de Abastecimento

N

0 **ESCALA GRÁFICA** 4000
Metros

Mapa de Distribuição Espacial Percentual de Residências com Abastecimento de Água pela CORSAN na Cidade de Santa Maria/RS
Edição: 11/10/2004

Base Cartográfica Utilizada:
Elipsóide de Referência: South America 69 - UTM 22S
Levantamento aerofotogramétrico: Ortofotocartas Nº 1 a 31
Execução UFRGS - IPH - Cartometódica/1979 - Escala 1:2000
Área Urbana de Santa Maria/RS
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000)
Organização: Rossmi, C.C.



Legenda

Bairros

1 Centro	8 Passo D'Areia	15 Urlândia	22 Juscelino Kubitschek
2 N. S. das Dores	9 Patronato	16 Cerrito	23 Cohab Passo da Ferreira
3 Presidente João Goulart	10 Medianeira	17 São José	□ Sem Especificação
4 Itararé	11 N. S. de Lourdes	18 Pé de Plátano	24 Tomazzetti
5 N. S. do Perpétuo Socorro	12 KM Três	19 Cohab Camobi	- - - Perímetro Urbano
6 N. S. do Rosário	13 Chácara das Flores	20 Camobi	— Limite de Bairros
7 Salgado Filho	14 Caturrita	21 Parque Pinheiro Machado	~ Arruamentos

Convenções: Rede de Esgoto

- 1ª Classe - 0% a 20% de Atendimento
- 2ª Classe - 20% a 40% de Atendimento
- 3ª Classe - 40% a 60% de Atendimento
- 4ª Classe - 60% a 80% de Atendimento
- 5ª Classe - 80% a 100% de Atendimento

N

0 **ESCALA GRÁFICA** 4000
Metros

Mapa de Distribuição Espacial Percentual de Residências com Atendimento de Rede de Esgoto pela CORSAN na Cidade de Santa Maria/RS
Edição: 11/10/2004

Base Cartográfica Utilizada:
Elipsóide de Referência: South America 69 - UTM 22S
Levantamento aerofotogramétrico: Ortofotocartas Nº 1 a 31
Execução UFRGS - IPH - Cartometódica/1979 - Escala 1:2000
Área Urbana de Santa Maria/RS
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000)
Organização: Rosáni, C.C.

Entretanto, se o serviço de abastecimento de água é distribuído em quase todas as residências da cidade, o que não pode ser esquecido é a qualidade deste abastecimento em alguns bairros, principalmente nos locais mais altos da cidade.

O problema da falta de água é visível principalmente no verão, onde muitas residências ficam muitas horas sem abastecimento, de modo que, às vezes esse abastecimento é normalizado somente de madrugada. Pois, especialmente nesse período, o consumo de água aumenta, e principalmente, em determinados anos, quando ocorrem estiagens nos meses de verão.

Aliás, essa situação de falta de água em muitas residências da cidade, não é decorrente apenas desses fatores, mas também, pelo fato de que há a necessidade de se construir um novo reservatório na cidade, uma vez que o existente vem operando aquém da sua capacidade, por problemas na sua estrutura.

Para que esses problemas venham a ser solucionados, será necessário a construção de novos reservatórios de água para a cidade, o que talvez não venha a ser feito imediatamente, pois estas obras demandam bastante recursos financeiros, e a CORSAN, sempre em suas colocações comenta a respeito da sua falta de verba para realizar estas obras.

Neste contexto, um dos pontos críticos é a ocupação da Nova Santa Marta (ao norte do bairro Juscelino Kubitschek), porque é um ponto bastante alto da cidade, e também, porque a CORSAN não estava preparada para abastecer, repentinamente, um número muito elevado de novas residências, o que só deve ser solucionado após a realização de obras para a melhoria no abastecimento para estas e outras populações de vários bairros (A RAZÃO, 28 e 29/02/2004) e (A RAZÃO, 22/07/2004).

Já no serviço de esgoto, há alguns anos tenta-se fazer melhorias, mas o que se vê é que estas mudanças ocorrem de forma muito lenta, pois passam-se os anos e muitos bairros ainda continuam com a falta de esgotamento sanitário.

Vendo-se o mapa da distribuição do esgoto, é impressionante o que ocorre com a região leste da cidade, compreendendo os bairros, Camobi, Cohab Camobi, Pé de Plátano, São José, Cerrito, pois simplesmente uma porção muito grande da cidade ainda não possui rede de esgoto. Nessa mesma situação, também se encontra a região sul da cidade, fazendo parte os bairros Tomazzetti e Urlândia, que também estão totalmente carentes dos serviços de esgoto da CORSAN.

5.3. ENERGIA ELÉTRICA

Para o equipamento de infra-estrutura urbana energia elétrica, os resultados obtidos na Tabela 3 referem-se somente ao número total de consumidores, não sendo possível trabalhar estes dados, pois não se conseguiu um outro dado para compará-lo, como segue:

Tabela 3: Residências atendidas com o serviço de energia elétrica AES Sul (Distribuidora Gaúcha de Energia), nos diferentes bairros da cidade de Santa Maria/RS

Bairro	Residências com energia elétrica
Camobi	4.682
Caturrita	809
Centro	16.329
Cerrito	174
Chácara das Flores	806
Cohab Camobi	605
Cohab Passo da Ferreira	3.503
Itararé	2.790
Juscelino Kubitschek	3.486
Km Três	1.551
Medianeira	4.129
Nossa Senhora das Dores	2.346
Nossa Senhora de Lourdes	4.705
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	1.853
Nossa Senhora do Rosário	2.574
Parque Pinheiro Machado	3.135
Passo D'Areia	2.114
Patronato	2.829
Pé de Plátano	870
Presidente João Goulart	1.660
Salgado Filho	3.382
São José	1.203
Tomazzetti	1.840
Urlândia	2.473
Sem Especificação	6.010 (1)

Fonte: AES Sul – Dados do Cadastro de Clientes da Concessionária (Janeiro de 2004).

Notas: (1) Dado obtido no trabalho de campo e refere-se à: 4.889 residências que fazem parte de vilas, loteamentos e parques residenciais que se encontram fora do perímetro urbano, 679 residências de determinadas ruas em que parte está inserida num determinado bairro e parte se encontra fora do perímetro urbano e 442 residências que se encontram em nenhum bairro.

Organização: Rossini, C.C.

5.4. CIRCULAÇÃO

Preliminarmente, constata-se que as vias com melhores condições para o tráfego de veículos encontram-se no centro, ou seja, à medida que as ruas aproximam-se do centro, em sua grande maioria, são asfaltadas. Ao contrário, as vias com as piores condições para o tráfego de veículos estão na periferia, ou seja, à medida que as ruas tornam-se afastadas do centro, estas tendem a ser de chão batido, em sua grande maioria. Assim, nota-se que os bairros mais próximos do centro são os bairros que apresentam vias mais bem conservadas, de modo que nos bairros mais distantes do centro da cidade, as vias encontram-se em estado de conservação muito precário.

Com base em todas as informações obtidas junto à prefeitura municipal, através de material cartográfico referente às vias da cidade, foi possível fazer um levantamento das condições das vias nos bairros da cidade e do tipo de pavimentação predominante em cada bairro.

Para isso, observou-se, em cada bairro, qual o tipo de revestimento era predominante (asfalto, paralelepípedo ou chão batido) e estabeleceu-se a seguinte classificação:

- (1ª) Maior predominância;
- (2ª) Média predominância;
- (3ª) Menor predominância.

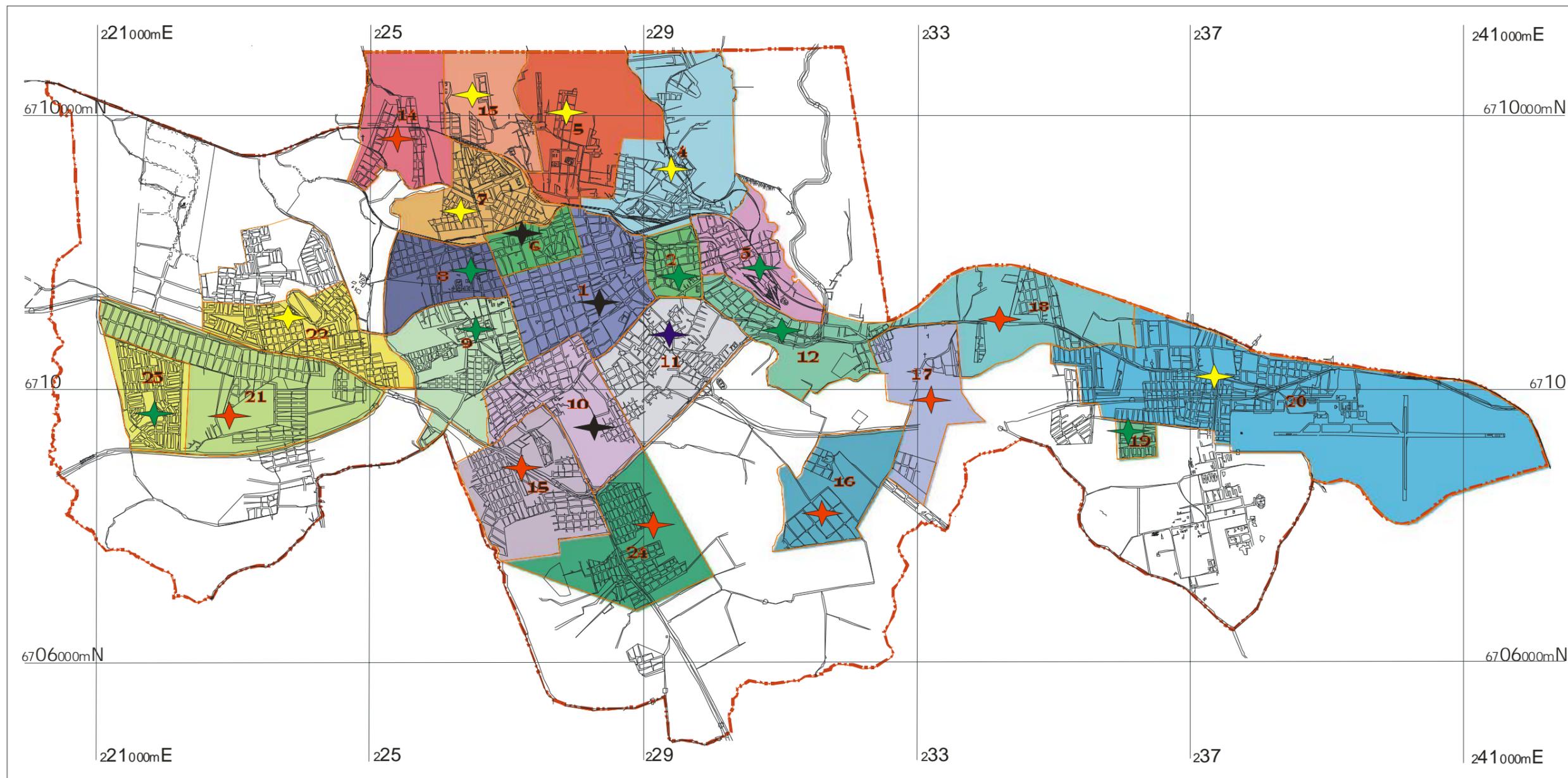
Quadro 4: Predominância de vias com asfalto, vias com paralelepípedo e vias com chão batido, nos bairros de Santa Maria/RS²⁹

Bairro	Asfalto	Paralelepípedo	Chão Batido
Camobi	3 ^a	1 ^a	1 ^a
Caturrita	3 ^a	2 ^a	1 ^a
Centro	1 ^a	3 ^a	-
Cerrito	-	-	1 ^a
Chácara das Flores	-	1 ^a	1 ^a
Cohab Camobi	-	1 ^a	2 ^a
Cohab Passo da Ferreira	2 ^a	1 ^a	3 ^a
Itararé	2 ^a	1 ^a	1 ^a
Juscelino Kubitschek	2 ^a	1 ^a	1 ^a
Km Três	3 ^a	1 ^a	2 ^a
Medianeira	1 ^a	2 ^a	3 ^a
Nossa Senhora das Dores	2 ^a	1 ^a	3 ^a
Nossa Senhora de Lourdes	1 ^a	1 ^a	3 ^a
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	2 ^a	1 ^a	1 ^a
Nossa Senhora do Rosário	1 ^a	2 ^a	-
Parque Pinheiro Machado	3 ^a	2 ^a	1 ^a
Passo D'Areia	2 ^a	1 ^a	2 ^a
Patronato	2 ^a	1 ^a	2 ^a
Pé de Plátano	-	2 ^a	1 ^a
Presidente João Goulart	3 ^a	1 ^a	2 ^a
Salgado Filho	2 ^a	1 ^a	1 ^a
São José	3 ^a	2 ^a	1 ^a
Tomazzetti	3 ^a	2 ^a	1 ^a
Urlândia	3 ^a	2 ^a	1 ^a

Fonte: Mapa de Tipo de Pavimentação Encontrada na Cidade de Santa Maria/RS (Prefeitura Municipal de Santa Maria – Escala: 1:25.000)
Organização: Rossini, C.C.

A partir do quadro explicativo é possível verificar o tipo predominante de pavimentação em cada bairro, conforme o Mapa de Distribuição Espacial do Tipo Predominante de Pavimentação Encontrada na Cidade de Santa Maria/RS.

²⁹ Lembrando-se que para esta análise foram desconsideradas as rodovias (RS 509; RST 287; BR 392; BR 287; BR 158), pois sabe-se que estas são asfaltadas e isto poderia mostrar que alguns bairros possuem um número maior de vias asfaltadas. Além disso, o asfalto destas rodovias não é um elemento que possa qualificar os bairros, quanto à existência de vias com asfalto.



Legenda

Bairros

1 Centro	8 Passo D'Areia	15 Urlândia
2 N. S. das Dores	9 Patronato	16 Cerrito
3 Presidente João Goulart	10 Medianeira	17 São José
4 Itararé	11 N. S. de Lourdes	18 Pé de Plátano
5 N. S. do Perpétuo Socorro	12 KM Três	19 Cohab Camobi
6 N. S. do Rosário	13 Chácara das Flores	20 Camobi
7 Salgado Filho	14 Caturrita	21 Parque Pinheiro Machado

Convenções: Tipo de Pavimentação

- 1ª Classe - Chão Batido
- 2ª Classe - Paralelepípedo e Chão Batido
- 3ª Classe - Paralelepípedo
- 4ª Classe - Asfalto e Paralelepípedo
- 5ª Classe - Asfalto

- Sem Especificação
- Perímetro Urbano
- Limite de Bairros
- Arruamentos

N

0 **ESCALA GRÁFICA** 4000
Metros

Mapa de Distribuição Espacial do Tipo Predominante de Pavimentação Encontrada na Cidade de Santa Maria/RS
Edição: 11/11/2004

Base Cartográfica Utilizada:
Elipsóide de Referência: Spherica 69 - UTM 22S
Levantamento aerofotogramétrico: Ortofotoaerogramas Nº 1 a 31
Execução UFRGS - IPH - Cartometria/1979 - Escala 1:2000
Área Urbana de Santa Maria/RS
Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria
Organização: Rosini, C.C.

Analisando-se os diferentes bairros da cidade destaca-se o bairro Centro, o bairro Medianeira e o bairro Nossa Senhora do Rosário que apresentam, em quase sua totalidade, ruas asfaltadas. E atualmente, as vias asfaltadas do bairro Centro e de adjacências, apresentam-se bem mais conservadas do que se encontravam anteriormente, apesar de não estarem em ótimo estado de conservação.

O bairro Nossa Senhora de Lourdes, também apresenta boas condições de pavimentação de suas ruas, pois possui em sua maioria, ruas asfaltadas e/ou com calçamento de paralelepípedos. Em outros bairros, a pavimentação predominante é o paralelepípedo, e esta situação é encontrada nos bairros: Cohab Camobi, Cohab Passo da Ferreira, KM Três, Nossa Senhora das Dores, Passo D'Areia, Patronato e Presidente João Goulart.

Contudo, em outros bairros, a situação não é tão satisfatória, pois se nota que prevalece a associação paralelepípedo/chão batido, como por exemplo, nos bairros: Camobi, Chácara das Flores, Itararé, Juscelino Kubitschek, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Salgado Filho.

No lado mais precário, alguns bairros apresentam péssimas condições de pavimentação de suas ruas, uma vez que apresentam, em sua maioria, ruas de chão batido, como se observa nos bairros: Caturrita, Cerrito, Parque Pinheiro Machado, Pé de Plátano, São José, Tomazzetti e Urlândia.

Assim, de modo a salientar as péssimas condições em que se encontram várias ruas da cidade, principalmente nos bairros mais distantes do centro da cidade, tem-se na Foto 3 a realidade focada no bairro Parque Pinheiro Machado, na rua Bahia, que mostra o precário estado de conservação da mesma, ressaltando-se ainda que esta realidade é comum na maioria das ruas desse bairro.



Figura 4: Foto mostrando a situação precária da rua Bahia, no bairro Parque Pinheiro Machado, sendo a mesma tirada no sentido S-N.

Quanto às rodovias federais e estaduais que passam por Santa Maria, referindo-se ao seu estado de conservação, há algumas diferenças nos seus estados de conservação.

Sobre as rodovias federais (BR 158, BR 392 e BR 287), pode-se dizer que estas BR's estão, em relação às rodovias estaduais, com um estado de conservação inferior. A pior condição é encontrada na BR 392, que possui muitos buracos e pouca sinalização horizontal e/ou vertical, ou seja, não há pintura no asfalto para sinalizar a pista e o acostamento e poucas placas de sinalização. No que se refere à BR 287, ela se encontrava na mesma situação da BR 392, mas, na primeira quinzena de Dezembro de 2004, o DNIT realizou serviços de recuperação da sinalização horizontal e vertical da rodovia. Já a BR 158, no trecho que passa pela cidade, está em bom estado de conservação.

Como comentado anteriormente, as rodovias estaduais (RS 509 e RST 287) estão apresentando uma melhor conservação, possuindo uma boa sinalização horizontal e vertical e poucos buracos.

5.5. SAÚDE

5.5.1. Unidades de Saúde da Prefeitura Municipal de Santa Maria

A prefeitura municipal de Santa Maria, conta atualmente com 25 unidades sanitárias, distribuídas entre os bairros da cidade. A secretaria municipal de saúde, para uma melhor organização do seu sistema de saúde, tem como base a divisão da cidade em 13 regiões sanitárias, onde cada região possui suas unidades de saúde:

Região da Cohab Passo da Ferreira → U.S. Rubem Noal

Região da Santa Marta → U.S. Dr. Floriano Rocha

Região da Vila Caramelo → U.S. Roberto Binato
U.S. Vítor Hoffmann

Região da Vila Kennedy → U.S. Kennedy

Região da Chácara das Flores/Perpétuo Socorro → U.S. Joy Betts

Região do Itararé → U.S. Santa Catarina

Região da Vila Nova → U.S. Waldir Aita Mozzaquatro

Região da Medianeira → U.S. Dom Antônio Reis
Pronto Atendimento Municipal (PA)
Centro Materno Infantil

Região do Centro Social Urbano → U.S. Centro Social Urbano
U.S. Vila Lídia
U.S. Bom Samaritano

Região Central → Policlínica do Rosário
Centro Integrado de Saúde e Bem Estar Social (CISBES)
Centro de Atendimento e Atenção Secundária (CEDAS)

U.S. do Centro Desportivo Municipal (CDM)
U.S. José Erasmo Crossetti³⁰
CAPS Prado Veppo

Região da Lorenzi → U.S. Oneyde de Carvalho
U.S. São Carlos
U.S. CAIC

Região de São José → U.S. São José

Região de Camobi → U.S. Walter Aita

Com essas informações, é possível falar um pouco mais destas unidades de saúde da prefeitura, quanto ao tipo de atendimento oferecido. Nessas unidades, prestam-se atendimentos médicos e serviços de enfermagem, contendo sempre em cada unidade, auxiliares de enfermagem, técnicos em enfermagem e enfermeiros, que são proporcionalmente em número muito superior, ao número de médicos existentes, apesar de também serem em número reduzido.

Na maior parte das unidades sanitárias, o atendimento médico prestado dá-se apenas nas especialidades de clínica geral, de ginecologia e de pediatria, não sendo ofertadas mais especialidades em cada unidade sanitária. Nestas condições de atender apenas nestas 3 especialidades encontram-se muitas unidades sanitárias, sendo que 20 unidades estão nestas condições, o que é algo preocupante, pois nota-se que estas unidades não conseguem atender de modo satisfatório a população que busca atendimento.

Percebe-se, em relação às unidades de saúde, que, além de realizarem um atendimento restrito a essas 3 especialidades médicas, ocorrem também muitos outros problemas, referentes às condições gerais de atendimento, que, muitas vezes, não atendem às expectativas e necessidades da população, sendo alguns destes problemas a falta de aparelhos para realizar exames, falta de remédios, falta de recursos, falta de funcionários, etc.

Assim, com esta realidade, a população que depende do atendimento prestado pelo SUS, quando se encontra com um problema de saúde mais sério e urgente, acaba sempre

³⁰ Esta Unidade de Saúde é o local onde atualmente se encontra a secretaria de saúde. Ela não possui atendimento médico, mas apenas os serviços de vacinação, programas de saúde da prefeitura municipal, marcação de consultas e exames. Apesar desta sua diferenciação, a prefeitura municipal a considera como uma unidade de saúde.

sendo encaminhado para o Pronto Atendimento Municipal, para a Casa de Saúde ou para o Hospital Universitário, que normalmente estão superlotados. Nesse sentido, percebe-se que nestas 20 unidades sanitárias, o atendimento é feito de forma bastante restrita, de modo que, além de contar com poucas especialidades, o que se vê também, em muitos casos, é o número reduzido de médicos, em cada unidade sanitária. Nas demais unidades há algumas diferenciações do tipo de atendimento, sendo que, por exemplo, o CAPS Prado Veppo realiza atendimentos apenas nas especialidades de psiquiatria e psicologia³¹.

No Pronto Atendimento Municipal (PA)³², trabalham um total de 26 médicos, e diferencia-se das demais unidades, pelo fato de prestar um atendimento de urgência. Mas, sobre esses médicos que atendem no PA que realizam o atendimento de clínica geral, a secretaria de saúde ressalta que, na realidade, não são todos da especialidade clínica geral, acontecendo que no atendimento no PA eles se tornam clínicos gerais, mas cada um possui sua diferente especialidade. Com relação ao Centro Materno Infantil, trabalham nele um total de 23 médicos pediatras e 5 médicos ginecologistas.

Já em outras 2 unidades sanitárias, os atendimentos são realizados com mais especialidades, sendo mostradas a seguir:

- Policlínica do Rosário
- 3 fonoaudiólogos
- 1 médico pediatra
- 2 médicos oftalmologistas
- 1 médico radiologista
- 1 médico neurologista
- 1 psicólogo
- 2 médicos otorrinolaringologistas
- 3 médicos do trabalho
- 1 médico psiquiatra
- 2 médicos clínico geral
- 1 médico dermatologista

³¹ Apesar do CAPS Prado Veppo ter este atendimento diferenciado, ele é considerado pela prefeitura municipal como uma Unidade de Saúde.

³² Há que se comentar que um novo Pronto Atendimento Municipal (PA) começa a ser construído, aumentando e melhorando o atendimento à população. Neste novo PA, que se localizará no bairro Patronato, será realizado todo o atendimento de urgência, para adultos e crianças, que atualmente é realizado no PA Municipal e no Centro Materno Infantil. De acordo com o Diário de Santa Maria (02/01/2004), o novo PA Municipal contará com uma área total de 1.826 m² (triplo da atual) e 24 leitos (atualmente conta com apenas 4 leitos).

- Centro de Atendimento e Atenção Secundária (CEDAS):

2 Médicos endocrinologistas

1 Médico angiologista

5 Fisioterapeutas

5 Médicos cardiologistas

6 Bioquímicos

3 Médicos neurologistas

1 Médico gastroenterologista

1 Médico dermatologista

2 Médicos urologistas

2 Médicos traumatologistas

1 Assistente social

1 Psicólogo

1 Farmacologista

1 Médico pneumologista

3 Médicos radiologistas

1 Médico oftalmologista

1 Nutricionista

Observando as especialidades médicas oferecidas nas unidades de saúde, é visível que este atendimento não atende a real necessidade da população, pelo fato de que poucas são as unidades que possuem um atendimento mais especializado.

Por isso, a população que procura atendimento especializado possui um número reduzido de locais para serem atendidos, gerando com isso, uma demanda muito maior do que a capacidade de atendimento destas unidades, ocasionando conseqüentemente uma demora muito grande para se conseguir atendimento, sendo que, muitas vezes, as consultas ou os exames são agendados para serem realizados alguns meses depois.

Assim, também de modo a elucidar os problemas enfrentados pela população que depende destas unidades, mostra-se através da Tabela 4 outro complicador, pois alguns bairros sequer possuem unidade básica de saúde para o atendimento da população.

Tabela 4: Unidades de Saúde na cidade de Santa Maria/RS, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal

Unidades de Saúde	Bairro
Waldir Aita Mozzaquatro	Presidente João Goulart
CISBES	Nossa Senhora do Rosário
Centro Desportivo Municipal	Centro
Vila Lídia	Patronato
José Erasmo Crossetti	Centro
Joy Betts	Chácara das Flores
Luizinho de Grandi – CAIC	Tomazzetti
Oneyde de Carvalho	Tomazzetti
Santa Catarina	Itararé
Roberto Binato	Juscelino Kubitschek
Dr. Floriano Rocha	Juscelino Kubitschek
São Carlos	Urlândia
Vítor Hoffmann	Parque Pinheiro Machado
Kennedy	Salgado Filho
Dom Antônio Reis	Medianeira
Walter Aita	Cohab Camobi
São José	São José
Bom Samaritano	Patronato
Rubem Noal	Cohab Passo da Ferreira
Centro Social Urbano	Patronato
CAPS II – Prado Veppo	Centro
Centro Materno Infantil	Medianeira
Policlínica do Rosário	Nossa Senhora do Rosário
Pronto Atendimento Municipal	Medianeira
CEDAS	Nossa Senhora do Rosário

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria (Secretaria do Município da Saúde).
 Dados da Coordenadoria de Controle e Avaliação (2003).
 Organização: Rossini, C.C.

Além das unidades de saúde sob responsabilidade da prefeitura municipal, existem em Santa Maria outras opções para quem necessita de atendimento médico, sendo estes hospitais, que atendem pelo SUS (Sistema Único de Saúde), hospitais que são particulares, e que conseqüentemente não atendem pelo SUS, e ainda hospitais públicos com

atendimento restrito. Segundo o Conselho Municipal de Saúde, em Santa Maria verificam-se os seguintes hospitais:

5.5.2. Hospitais Públicos que atendem pelo SUS (total de leitos 240)

- Hospital Universitário de Santa Maria (junto à Universidade Federal de Santa Maria)
300 leitos³³

O hospital universitário é um hospital público muito importante, pois atende não só a população de Santa Maria, mas também de toda a região central do estado do Rio Grande do Sul, e estando comumente numa situação de superlotação.

- Casa de Saúde (Bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro)
90 leitos

Atualmente, a Casa de Saúde continua em funcionamento através de um convênio firmado entre a prefeitura municipal e o governo do estado, onde os dois repassam dinheiro ao hospital, para que ele continue a atender a população, principalmente a mais carente de atendimentos de saúde pelo SUS. Assim, a população que é atendida nas unidades de saúde da prefeitura municipal é encaminhada para a Casa de Saúde, quando necessita de um tratamento mais especializado, intervenção cirúrgica, ou mesmo, internação hospitalar.

5.5.3. Hospitais Particulares que não atendem pelo SUS (total de leitos 303)

- Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo (Bairro Centro)
263 leitos

- Centro Médico Hospitalar (Bairro Nossa Senhora de Lourdes)
40 leitos

5.5.4. Hospitais Públicos com atendimento restrito (total de leitos 120)

- Hospital da Brigada Militar de Santa Maria - HBMSM (Bairro Km Três)
40 leitos

³³ De acordo com o Conselho Municipal de Saúde, deste total de 300 leitos, conta-se para o atendimento da população de Santa Maria apenas 50% deste total (150 leitos pelo SUS), pois o Hospital Universitário é um hospital regional, atendendo desta forma, não só a população de Santa Maria.

- Hospital da Guarnição de Santa Maria - HGUSM (Bairro Passo D'Areia)

60 leitos

- Hospital da Base Aérea de Santa Maria - HBASM (Bairro Camobi)

20 leitos

Nestes hospitais, que são públicos, mas que possuem um atendimento restrito, são recebidos apenas funcionários, ou mesmo dependentes, ligados respectivamente, à Brigada Militar, ao Exército Brasileiro e à Força Aérea Brasileira.

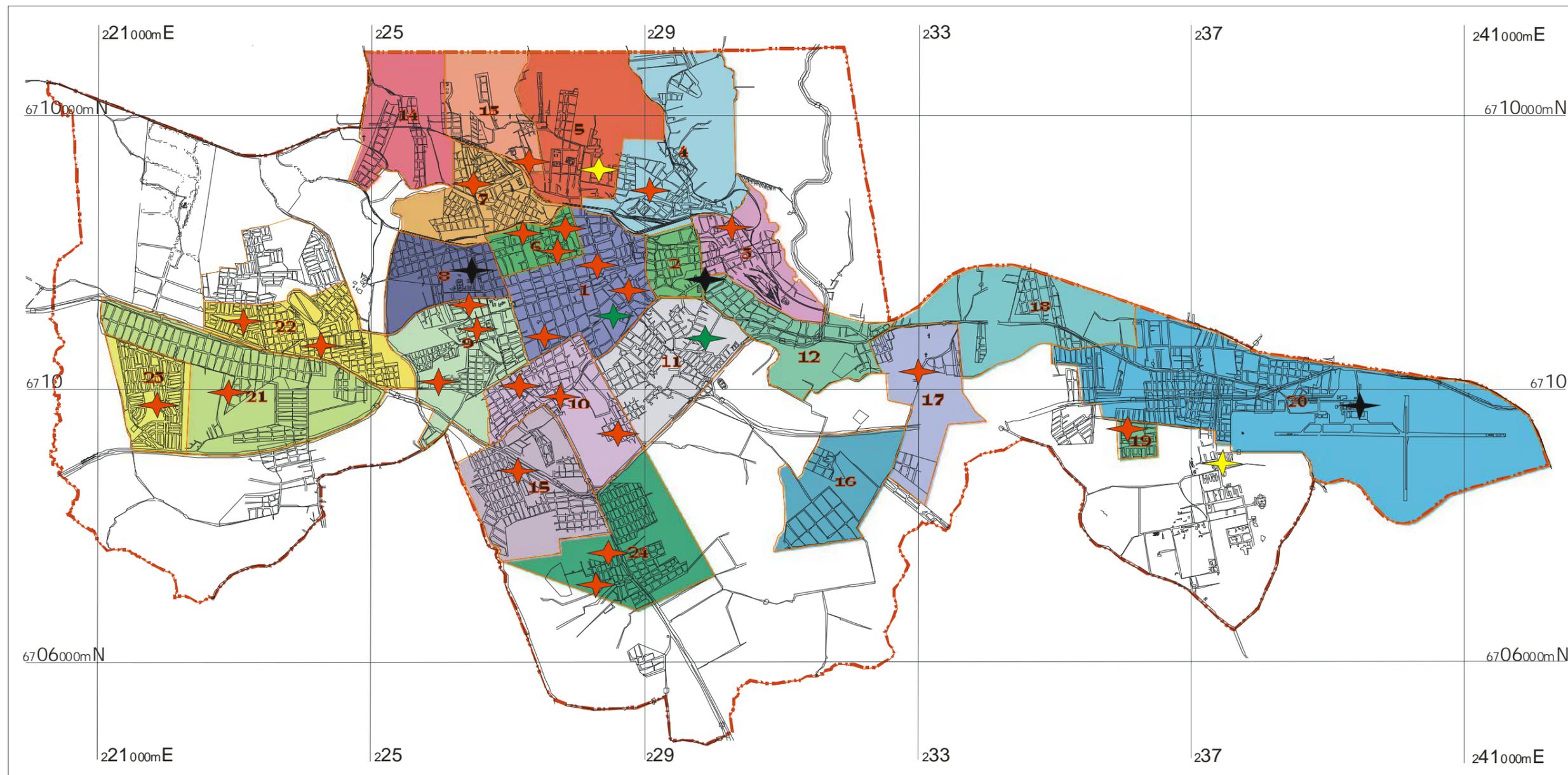
Ainda sobre a questão do número de leitos existentes em Santa Maria, destaca-se que faltam leitos para os pacientes que dependem do SUS (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 20/08/2003). Segundo o Conselho Municipal de Saúde, para calcular o número de leitos necessários para uma cidade parte-se da lógica de 2 leitos para cada mil habitantes. Em Santa Maria, vendo-se dessa maneira, há déficit de leitos públicos, pois a população é de 243.611 (IBGE, 2000), sendo o número necessário 492 leitos, e atualmente, conta-se com apenas 240 leitos do SUS. Mas, este déficit não é tão impressionante assim, pelo fato de que não se pode dizer que a totalidade da população da cidade depende dos atendimentos do SUS. O que pode certamente ser ressaltado é que, um número considerável da população da cidade, depende dos atendimentos do SUS, e que, há sim falta de leitos públicos.

Outro impasse que tem gerado muitos conflitos entre órgãos e entidades que discutem a saúde da cidade deve-se à construção ou não de um novo hospital regional³⁴ em Santa Maria, o que para muitos não resolveria o problema da saúde, mas que para outros, é a melhor solução. Esta contradição é motivada porque, para os que defendem a construção, a cidade é um pólo regional da saúde e que por isso é importante a construção.

Mas também há entidades e órgãos que são desfavoráveis a esta construção, com o argumento de que é necessário investir nos hospitais que já existem, e que se encontram em péssimas condições, além de que se deve promover a inversão das práticas adotadas atualmente, em que as prefeituras investem na saúde apenas para a compra de ambulâncias para deslocar seus pacientes para cidades maiores, como no caso Santa Maria (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 9/10/2003).

Com base em todas essas informações a respeito dos locais disponibilizados para o atendimento da saúde em Santa Maria, tem-se o Mapa de Distribuição Espacial das Unidades de Saúde Públicas e Particulares na Cidade de Santa Maria/RS.

³⁴ Sobre o hospital regional, confirma-se a sua construção. Mesmo com muita divergência sobre o local escolhido, decidiu-se por construí-lo no Distrito Industrial, na zona oeste da cidade, a noroeste do bairro Juscelino Kubitschek (A RAZÃO, 31/12/2004).



Legenda

Bairros

- | | | | |
|------------------------------------|------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| 1 Centro | 8 Passo D'Areia | 15 Urlândia | 22 Juscelino Kubitschek |
| 2 N. S. das Dores | 9 Patronato | 16 Cerrito | 23 Cohab Passo da Ferreira |
| 3 Presidente João Goulart | 10 Medianeira | 17 São José | □ Sem Especificação |
| 4 Itararé | 11 N. S. de Lourdes | 18 Pé de Plátano | 24 Tomazzetti |
| 5 N. S. do Perpétuo Socorro | 12 KM Três | 19 Cohab Camobi | - - - Perímetro Urbano |
| 6 N. S. do Rosário | 13 Chácara das Flores | 20 Camobi | ~ Limite de Bairros |
| 7 Salgado Filho | 14 Caturrita | 21 Parque Pinheiro Machado | ~ Arruamentos |

Instituições de Saúde

- U. S. da Prefeitura Municipal
- Hospitais Públicos
- Hospitais Particulares
- Hospitais Públicos com Atendimento Restrito

N

0 **ESCALA GRÁFICA** 4000
Metros

Mapa de Distribuição Espacial das Unidades de Saúde Públicas e Particulares na Cidade de Santa Maria/RS
Edição: 11/10/2004

Base Cartográfica Utilizada:
Elipsóide de Referência: South America 69 - UTM 22S
Levantamento aerofotogramétrico: Ortofotocartas Nº 1 a 31
Execução UFRGS - IPH - Cartometria/1979 - Escala 1:2000
Área Urbana de Santa Maria/RS
Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria (Secretaria de Saúde)
Organização: Rossetti, C.C.

Baseado em todas as informações a respeito das unidades de saúde da prefeitura municipal, tem-se como outro elemento a contribuir para elucidar a saúde na cidade de Santa Maria, os dados do Quadro 5, que mostra a população total de cada bairro e a quantidade de unidades de saúde em cada um.

Quadro 5: População total e número de unidades sanitárias da prefeitura municipal, por bairro, na cidade de Santa Maria/RS

Bairro	População Total	Unidades de Saúde
Camobi	13.334	-
Caturrita	3.076	-
Centro	29.330	3
Cerrito	815	-
Chácara das Flores	3.486	1
Cohab Camobi	2.460	1
Cohab Passo da Ferreira	11.714	1
Itararé	10.123	1
Juscelino Kubitschek	12.606	2
Km Três	4.678	-
Medianeira	11.903	3
Nossa Senhora das Dores	6.109	-
Nossa Senhora de Lourdes	12.896	-
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	6.360	-
Nossa Senhora do Rosário	7.185	3
Parque Pinheiro Machado	11.334	1
Passo D'Areia	7.745	-
Patronato	10.563	3
Pé de Plátano	2.913	-
Presidente João Goulart	6.015	1
Salgado Filho	14.178	1
São José	3.815	1
Tomazzetti	6.803	2
Urlândia	9.969	1

Fonte: IBGE (2000) – Dados do Censo Demográfico/Resultados do Universo
 Prefeitura Municipal de Santa Maria (Secretaria do Município da Saúde)
 Organização: Rossini, C.C.

O que se percebe, de acordo com o Quadro 5 é que alguns bairros ainda não contam com unidades de saúde (bairros Camobi³⁵, Caturrita, Km Três, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Passo D'Areia e Pé de Plátano), e também, em alguns bairros, que possuem um número significativo de população, poderia ser ampliada a quantidade de unidades sanitárias³⁶. Sobre isto, desconsidera-se o aspecto abordado para os bairros Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora de Lourdes, uma vez que a população (pelo menos a grande maioria), não depende do atendimento do SUS, e assim, não necessitam destas unidades de saúde da prefeitura municipal, devido à maioria de sua população ter uma renda mais elevada, em relação a outros bairros da cidade.

Mas, além de construir algumas unidades sanitárias, que são essenciais em alguns bairros, o fundamental talvez seria melhorar as unidades que já existem, qualificando os atendimentos prestados, pois atualmente, verifica-se que há muito a ser melhorado.

Dentre os muitos problemas encontrados na saúde de Santa Maria, a qualidade dos atendimentos não satisfaz a grande parte da população que depende das unidades de saúde da prefeitura para ser atendida. Entre tantos outros problemas, um deles, segundo a população que vai buscar atendimento, é que o serviço prestado é insuficiente, sendo distribuídas poucas fichas em relação à demanda da população, na maioria das unidades sanitárias. Habitualmente, para se conseguir atendimento nas 3 especialidades que geralmente são oferecidas, é preciso chegar por volta das 5:00 horas da manhã, o que também nem sempre é garantia de ser atendido (A RAZÃO, 20/08/2003). Sobre isto, vê-se o número de funcionários, que é insuficiente, na maior parte das unidades de saúde da prefeitura.

Além disto, a situação torna-se ainda mais problemática ao se referir ao horário de atendimento nas unidades de saúde. Atualmente, só o Pronto Atendimento Municipal atende 24 horas, e apenas 2 unidades sanitárias tem horário de atendimento ampliado, sendo elas a U.S da Kennedy e a U.S. Rubem Noal, que atendem das 7:00 às 21:00 horas. Nas demais unidades sanitárias, o atendimento à população acontece apenas no período da manhã e tarde, sendo que em alguns, o atendimento se restringe apenas à parte da manhã, ou somente ao período da tarde.

³⁵ No bairro Camobi, já está em construção uma unidade sanitária, que foi uma reivindicação da população residente neste bairro, sendo esta construção escolhida através das assembleias do Orçamento Participativo. Esta unidade sanitária atenderá uma população, que atualmente busca os serviços do HUSM (que freqüentemente não consegue atender a toda a procura). Contudo, antes das reivindicações à construção desta unidade sanitária, o poder público local imaginava que o bairro Camobi poderia utilizar-se dos serviços do HUSM, pela proximidade, o que é um grande equívoco.

³⁶ Sobre isto, também via Orçamento Participativo, no bairro Itararé também está sendo construída uma nova unidade sanitária, cujos serviços prestados será o mesmo da que existe atualmente. Mas, esta nova unidade vai substituir e conseqüentemente ampliar o atendimento desta já existente, de modo que, os atendimentos de saúde para a população do bairro serão melhorados, apesar dele continuar com apenas uma unidade de saúde da prefeitura.

5.6. EDUCAÇÃO

5.6.1. Escolas Municipais

Na cidade de Santa Maria, há 48 escolas municipais³⁷, todas com ensino fundamental e distribuídas nos bairros da cidade. Segundo a secretaria municipal de educação, no ano de 2003, as escolas municipais urbanas contavam com aproximadamente 15.000 alunos.

Ainda para este ano, segundo a secretaria, também se contabilizava um número de 879 professores em sala de aula, 271 professores exercendo atividades extra sala de aula, e ainda, 116 funcionários trabalhando nas escolas municipais de Santa Maria.

Das 48 escolas municipais existentes na cidade de Santa Maria, apenas 10 exercem suas atividades nos 3 turnos (manhã, tarde e noite), sendo que nas demais escolas, as atividades escolares são realizadas nos turnos da manhã e da tarde. As escolas municipais de ensino fundamental que também possuem atividades no turno da noite são: Duque de Caxias, Irmão Quintino, Aracy Barreto Sacchis, Dom Luiz Victor Sartori, Reverendo Alfredo Winderlich, Pinheiro Machado, Luizinho De Grandi (CAIC), Edy Maya Bertóia, Dom Antônio Reis e Diácono João Luiz Pozzobon. Nessas escolas, no turno noturno, são oferecidos o ensino fundamental, através das atividades da EJA (Educação de Jovens e Adultos), onde muitas pessoas conseguem terminar o ensino fundamental, conciliando com suas atividades profissionais.

A maior parte das escolas municipais, oferece o ensino fundamental completo (1ª a 8ª Série), de modo que, 34 escolas possuem ensino fundamental completo, restando apenas 13 escolas com ensino fundamental incompleto e 1 escola com ensino profissionalizante.

Sobre as escolas municipais existentes na cidade de Santa Maria, no Quadro 6, tem-se informações a respeito de cada escola, mostrando-se a seriação, o número de alunos e o número de professores, além de mostrar o bairro em que se encontra cada escola municipal.

³⁷ Além destas 48 escolas municipais de ensino fundamental, que são as escolas urbanas, explica-se que existem ainda sob responsabilidade da prefeitura municipal as escolas rurais de ensino fundamental, localizadas nos distritos, que são um total de 15 escolas.

Quadro 6: Escolas Municipais de Ensino Fundamental existentes na cidade de Santa Maria/RS

EMEF	Serição	Nº de Alunos	Nº de Professores		Bairro
			CR (1)	SR (2)	
Duque de Caxias	Pré-Escola a 8ªSérie e EJA	934	56	17	Medianeira
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Pré-Escola a 8ªSérie	617	29	4	N.S. do Perpétuo Socorro
Irmão Quintino	Pré-Escola a 8ªSérie e EJA	1.016	58	9	Juscelino Kubitschek
Fontoura Ilha	Pré-Escola a 8ªSérie	491	33	8	Patronato
São Carlos	Pré-Escola a 8ªSérie	704	33	6	Urlândia
Euclides da Cunha	Pré-Escola a 8ªSérie	343	21	3	Salgado Filho
Castro Alves	Pré-Escola a 8ªSérie	397	24	6	Passo D'Areia
Aracy Barreto Sacchis	Pré-Escola a 8ªSérie e EJA	544	34	12	Nossa Senhora das Dores
Padre Nóbrega	Pré-Escola a 8ªSérie	276	17	4	Km Três
Dom Luiz Victor Sartori	Pré-Escola a 8ªSérie e EJA	426	30	12	Nossa Senhora de Lourdes
Reverendo Alfredo Winderlich	Pré-Escola a 8ªSérie e EJA	610	27	9	Urlândia
Lívia Menna Barreto	1ª a 8ªSérie	274	15	5	Camobi
Vicente Farencena	Pré-Escola a 8ªSérie	440	28	7	Camobi
Lourenço Dalla Corte (3)	Pré-Escola a 8ªSérie	187	14	5	-
Tenente João Pedro Menna Barreto	Pré-Escola a 8ªSérie	414	22	3	Caturrita
Pinheiro Machado	Pré-Escola a 8ªSérie e EJA	678	33	11	Parque Pinheiro Machado
Antonio Gonçalves do Amaral	Pré-Escola a 8ªSérie	180	12	6	Camobi
Professora Maria de Lourdes Bandeira Medina	1ª a 8ªSérie	256	10	4	Chácara das Flores
Santa Helena	Pré-Escola a 8ªSérie	280	19	6	Camobi

Miguel Beltrame	Pré-Escola a 8ªSérie	212	16	6	Pé de Plátano
Luiza Ungaretti	1ª a 8ªSérie	143	13	5	N.S. do Perpétuo Socorro
Júlio do Canto	1ª a 8ªSérie	234	12	6	Camobi
Luizinho De Grandi – CAIC	1ª a 8ªSérie e EJA	852	45	11	Tomazzetti
Centro Integrado de Iniciação ao Trabalho – CIIT	1ª a 8ªSérie	106	12	5	N.S. do Perpétuo Socorro
Edy Maya Bertóia	1ª a 8ªSérie e EJA	204	22	8	Patronato
Dom Antônio Reis	Pré-Escola a 8ªSérie e EJA	317	22	6	Medianeira
Oscar Grau	Pré-Escola a 8ªSérie	311	18	6	Presidente João Goulart
São Paulo	1ª a 4ª Série	100	5	4	Itararé
Professora Hylda Vasconcellos (4)	Pré-Escola a 8ªSérie	258	13	5	-
Rejane Garcia Gervini (4)	Pré-Escola a 8ªSérie	197	11	3	-
Professora Altina Teixeira	1ª a 8ªSérie	413	22	6	Juscelino Kubitschek
Professora Francisca Weinmann	Pré-Escola a 6ªSérie	173	9	4	Urlândia
Renato Nocchi Zimmermann	Pré-Escola a 6ªSérie	180	12	6	Camobi
Diacono João Luiz Pozzobon (4)	Pré-Escola a 8ªSérie e EJA	453	27	10	-
Zenir Aita	1ª a 8ªSérie	199	10	5	Tomazzetti
Martinho Lutero	Pré-Escola a 5ªSérie	274	16	5	Juscelino Kubitschek
Rincão do Soturno (3)	1ª a 4ª Série	24	2	-	-
Santa Cecília	Pré-Escola a 4ª Série	74	6	3	Cerrito
Leduvina da Rosa Rossi	Pré-Escola a 4ª Série	101	5	2	Parque Pinheiro Machado
Lidovino Fanton	1ª a 8ªSérie	281	14	4	Caturrita
Ione Medianeira Parcianello	Pré-Escola a 4ª Série	164	8	4	Tomazzetti
Nossa Senhora da Conceição	Pré-Escola a 4ª Série	63	5	3	Caturrita

Padre Gabriel Bolzan	Pré-Escola a 4ª Série	93	6	3	Camobi
São João Batista	Pré-Escola a 5ª Série	203	8	2	Salgado Filho
Erlinda Minóggio Vinadé	Pré-Escola a 4ª Série	102	5	3	Parque Pinheiro Machado
Serafim de Oliveira Bento (4)	1ª a 4ª Série	24	2	-	-
EMAI (5)	-	102	8	3	Centro
Professor Sérgio Lopes	1ª a 8ª Série	129	10	6	Patronato

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria/Secretaria do Município da Educação (Rede Escolar – Dados referentes a Outubro/2003).

Notas: (1) Refere-se somente aos professores que estão em sala de aula, com regência (CR) sobre alunos.

(2) Refere-se somente aos professores que não estão em sala de aula, sem regência (SR) sobre alunos.

(3) Apesar da Prefeitura Municipal de Santa Maria considerar estas escolas urbanas, comprova-se através da distribuição do mapa de distribuição dos bairros de Santa Maria (Prefeitura Municipal, 2003), que a EMEF Lourenço Dalla Corte e a EMEF Rincão do Soturno se encontram fora do perímetro urbano, não se localizando em nenhum bairro.

(4) De acordo com a Prefeitura Municipal de Santa Maria, através do mapa de distribuição dos bairros de Santa Maria (Prefeitura Municipal, 2003), a EMEF Professora Hylda Vasconcellos, a EMEF Rejane Garcia Gervini, a EMEF Diácono João Luiz Pozzobon e a EMEF Serafim de Oliveira Bento, apesar de se encontrarem no perímetro urbano, não se localizam em nenhum bairro.

(5) A Escola Municipal de Aprendizagem Industrial (EMAI), atende os alunos da rede municipal de ensino, em um segundo turno de atividades, complementando a formação dos mesmos com conhecimentos profissionalizantes voltados à indústria.

Organização: Rossini, C.C.

5.6.2. Escolas Estaduais

Na cidade de Santa Maria, há 27 escolas estaduais com ensino fundamental³⁸, distribuídas nos bairros da cidade. Segundo a 8ª Coordenadoria Regional de Educação, no ano de 2003, as escolas estaduais com ensino fundamental contavam com aproximadamente 15.000 alunos, contabilizando-se também um total de 901 professores.

A maioria das escolas estaduais com ensino fundamental funciona em 3 turnos (manhã, tarde e noite), sendo que apenas algumas exercem suas atividades nos turnos da manhã e da tarde, entre elas a escola Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, a Antônio Xavier da Rocha, a General Edson Figueiredo, a João Link Sobrinho, a Marechal Rondon e a Humberto de Campos (CASERGS).

Ressalta-se também que, além destas 27 escolas estaduais que possuem ensino fundamental, existem outras 3 escolas, que também possuem ensino fundamental, mas que não são praticados os métodos convencionais de ensino. Estas escolas de atendimento especializado são: a E. E. de Educação Especial Dr. Reinaldo Fernando Coser (que proporciona atendimento escolar aos deficientes auditivos), o Núcleo Estadual EJA e Cultura Popular Mario Quintana (que proporciona o reforço escolar) e o Núcleo Estadual EJA e Cultura Popular Julieta Balestro (que funciona dentro do presídio).

No quadro abaixo, explanam-se as escolas estaduais com ensino fundamental existentes na cidade de Santa Maria, com informações a respeito de cada escola, mostrando-se o número de alunos no ensino fundamental, o número total de professores, o número de professores no ensino fundamental, além de mostrar o bairro em que se encontra cada escola estadual.

³⁸ Além das 27 escolas estaduais com ensino fundamental, em Santa Maria ainda há mais 3 escolas estaduais, que são apenas de ensino médio.

Quadro 7: Escolas Estaduais com Ensino Fundamental na cidade de Santa Maria/RS

Escolas	Nº de alunos no E.F.	Nº total de professores	Nº de professores no E.F. (4)	Bairro
E. E. de Ensino Médio Dr. Walter Jobim	430	52	36	Itararé
E. E. de E. F. Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco	465	31	22	-
Escola Básica Estadual Cícero Barreto	567	121	36	Nossa Senhora do Rosário
E. E. de E. F. Dom Antônio Reis	483	48	29	Salgado Filho
E. E. de E. F. Dr. Antônio Xavier da Rocha	278	24	14	Itararé
E. E. de E. F. General Edson Figueiredo	666	69	51	Nossa Senhora de Lourdes
E. E. de E. F. General Gomes Carneiro	437	64	22	Patronato
E. E. de E. F. João Belém	670	54	38	Centro
E. E. de E. F. João Link Sobrinho	88	12	10	Itararé
E. E. de E. F. Marieta D' Ambrósio	631	84	35	Centro
E. E. de E. F. Professora Celina de Moraes	352	44	22	Km Três
E. E. de E. F. Naura Teixeira Pinheiro	451	47	26	São José
E. E. de E. F. Marechal Rondon	313	32	18	Salgado Filho
Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac	1225	184	79	Centro
Instituto Estadual Padre Caetano	707	74	49	Patronato
Escola Básica Estadual Érico Veríssimo	510	74	27	Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
Colégio Estadual Padre Rômulo Zanchi	511	91	35	Presidente João Goulart
Colégio Estadual Coronel Pilar	708	134	42	Nossa Senhora das Dores

E. E. de Educação Básica Professora Margarida Lopes	652	110	41	Camobi
E. E. de Educação Básica Irmão José Otão	492	108	45	Medianeira
E. E. de Educação Básica Augusto Ruschi	1352	121	65	Juscelino Kubitschek
Colégio Estadual Tancredo Neves	669	71	37	Cohab Passo da Ferreira
Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso	523	61	30	Cohab Camobi
Escola Básica Estadual Dr. Paulo Devanier Lauda – CIEP	1332	105	51	Cohab Passo da Ferreira
E. E. de E. F. Paulo Freire (1)	70	20	10	Patronato
E. E. de E. F. Humberto de Campos – CASERGS (2)	40	15	10	-
E. E. de E. F. Santa Marta (3)	427	40	21	-

Fonte: 8ª Coordenadoria Regional de Educação – Dados referentes a Março/2003

Notas: (1) Esta é uma Escola Aberta, que se baseia em etapas e não em séries.

(2) De acordo com a Prefeitura Municipal de Santa Maria, através do mapa de distribuição dos bairros de Santa Maria (Prefeitura Municipal, 2003), a E. E. de E. F. Humberto de Campos (CASERGS), apesar de se encontrar no perímetro urbano, não se localiza em nenhum bairro.

(3), A E. E. de E. F. Santa Marta se localiza na ocupação da fazenda Santa Marta, conhecida hoje como Nova Santa, sendo uma área que ainda se encontra de forma irregular. De acordo com a Prefeitura Municipal, através da distribuição dos bairros de Santa Maria (Agosto/2003), a escola não se encontra em nenhum bairro, uma vez que a área onde a escola esta situada ainda não possui lei de bairro.

(4) Este número refere-se somente aos professores que estão em sala de aula, excluindo-se os que estão em outras atividades.

Organização: Rossini, C.C.

Quadro 8: População total, número de escolas municipais e número de escolas estaduais por bairro, na cidade de Santa Maria/RS

Bairro	População Total	Escolas Municipais	Escolas Estaduais
Camobi	13.334	7	1
Caturrita	3.076	3	-
Centro	29.330	1	3
Cerrito	815	1	-
Chácara das Flores	3.486	1	-
Cohab Camobi	2.460	-	1
Cohab Passo da Ferreira	11.714	-	2
Itararé	10.123	1	3
Juscelino Kubitschek	12.606	3	1
Km Três	4.678	1	1
Medianeira	11.903	2	1
Nossa Senhora das Dores	6.109	1	1
Nossa Senhora de Lourdes	12.896	1	1
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	6.360	3	1
Nossa Senhora do Rosário	7.185	-	1
Parque Pinheiro Machado	11.334	3	-
Passo D'Areia	7.745	1	-
Patronato	10.563	3	3
Pé de Plátano	2.913	1	-
Presidente João Goulart	6.015	1	1
Salgado Filho	14.178	2	2
São José	3.815	-	1
Tomazzetti	6.803	3	-
Urlândia	9.969	3	-
Fora do perímetro urbano	-	2	-
Em nenhum bairro	-	4	3

Fonte: IBGE (2000) – Dados do Censo Demográfico/Resultados do Universo
 Prefeitura Municipal de Santa Maria (Secretaria do Município da Educação)
 8ª Coordenadoria Regional de Educação

Organização: Rossini, C.C.

5.6.3. Escolas Particulares

Com a finalidade de também verificar como estão distribuídas as escolas particulares na cidade, propõe-se elucidar os bairros que possuem escolas particulares, conforme a Tabela 5.

Tabela 5: Escolas Particulares com Ensino Fundamental na cidade de Santa Maria/RS e o bairro em que cada escola se encontra

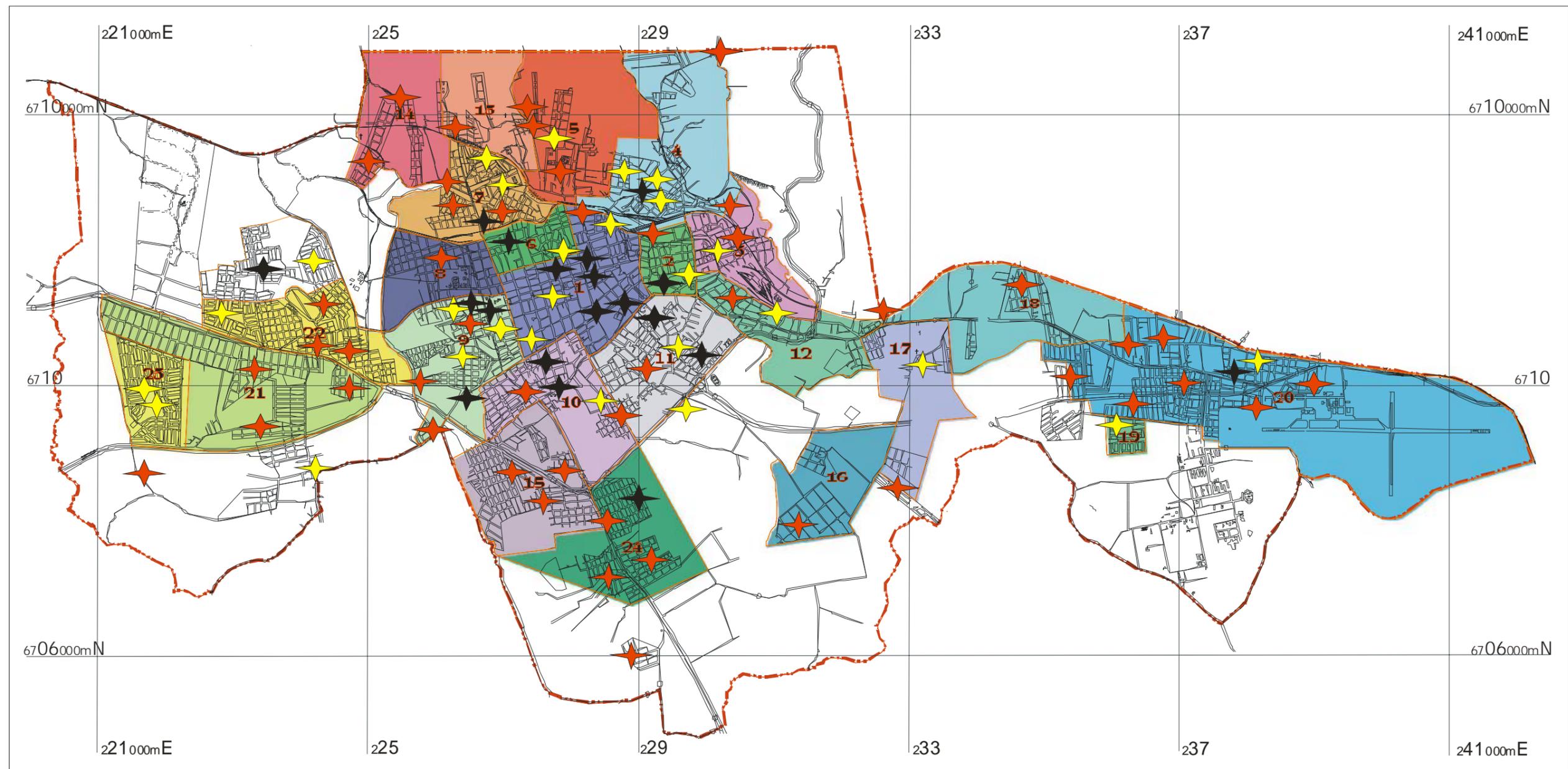
Escolas Particulares	Bairro
E. de E. F. Pão dos Pobres Santo Antônio	Passo D'Areia
Instituto São José	Tomazzetti
E. de E. F. Antônio Alves Ramos	Patronato
E. de E. F. Nossa Senhora da Providência	Passo D'Areia
E. F. São Vicente de Paulo	Centro
E. de E. F. Medianeira	Medianeira
E. de E. F. Santa-Mariense Júnior	Nossa Senhora de Lourdes
E. de E. F. Paulo de Tarso	Salgado Filho
E. de E. F. Santa Catarina	Itararé
Colégio Nossa Senhora de Fátima	Medianeira
E. F. Riachuelo	Camobi
Colégio Coração de Maria	Nossa Senhora das Dores
Colégio Franciscano Sant' Anna	Centro
Colégio Centenário	Centro
Colégio Marista Santa Maria	Centro
E. de Educação Básica Adventista de Santa Maria	Nossa Senhora do Rosário
E. de E. F. Lar de Joaquina	Centro
E. Cooperativa de E. F. de Santa Maria	Nossa Senhora de Lourdes
E. Marista de E. F. Santa Marta (1)	-

Fonte: 8ª Coordenadoria Regional de Educação

Notas: (1). De acordo com a Prefeitura Municipal, através da distribuição dos bairros de Santa Maria (Agosto/2003), esta escola não se encontra em nenhum bairro, uma vez que a área onde a escola está situada ainda não possui lei de bairro.

Organização: Rossini, C.C.

Assim, após mostrar as escolas existentes na cidade com ensino fundamental (municipais, estaduais e particulares), pode-se visualizar a distribuição espacial destas escolas, a partir do Mapa de Distribuição Espacial das Escolas Públicas e das Escolas Particulares com Ensino Fundamental na Cidade de Santa Maria/RS.



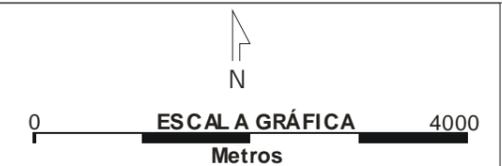
Legenda

Bairros

- | | | | |
|------------------------------------|------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| 1 Centro | 8 Passo D' Areia | 15 Urlândia | 22 Juscelino Kubitschek |
| 2 N. S. das Dores | 9 Patronato | 16 Cerrito | 23 Cohab Passo da Ferreira |
| 3 Presidente João Goulart | 10 Medianeira | 17 São José | □ Sem Especificação |
| 4 Itararé | 11 N. S. de Lourdes | 18 Pé de Plátano | 24 Tomazzetti |
| 5 N. S. do Perpétuo Socorro | 12 KM Três | 19 Cohab Camobi | - - - Perímetro Urbano |
| 6 N. S. do Rosário | 13 Chácara das Flores | 20 Camobi | ~ Limite de Bairros |
| 7 Salgado Filho | 14 Caturrita | 21 Parque Pinheiro Machado | ~ Arruamentos |

Escolas

- Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- Escolas Particulares



Mapa de Distribuição Espacial das Escolas Públicas e das Escolas Particulares com Ensino Fundamental na Cidade de Santa Maria/RS - Edição: 10/10/2004

Base Cartográfica Utilizada:
 Elipsóide de Referência: South America 69 - UTM 22S
 Levantamento aerofotogramétrico: Ortofotoaerogramas Nº 1 a 31
 Execução UFRGS - IPH - Cartometria/1979 - Escala 1:2000
 Área Urbana de Santa Maria/RS
 Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria (Secretaria de Município da Educação) e 8ª Coordenadoria Regional de Educação.
 Organização: Rosári, C.C.

Analisando o mapa de distribuição espacial das escolas públicas municipais e estaduais de Santa Maria, nota-se que, ao contrário dos outros equipamentos, as escolas são distribuídas de forma mais homogênea, de modo que todos os bairros possuem escolas com ensino fundamental, sejam elas municipais ou estaduais. Mesmo a distribuição destas escolas de ensino fundamental municipais e estaduais sendo melhores distribuídas no perímetro urbano (o que é quase uma exceção fazendo comparação aos demais equipamentos urbanos estudados), muitos bairros, apesar de terem escolas, poderiam conter um número maior, pois possuem um número significativo de população, e assim os deslocamentos para chegar à escola seriam menores. Apesar dos equipamentos de educação estarem homogeneamente distribuídos, verificam-se outros problemas, principalmente referentes à falta de acesso à escola.

Quanto às escolas municipais, percebe-se que o bairro Camobi é o que concentra o maior número de escolas (um total de 7). O oposto acontece com os bairros Cohab Camobi, Cohab Passo da Ferreira, Nossa Senhora do Rosário e São José, que não possuem nenhuma escola municipal.

Já as escolas estaduais, apresentam maior concentração no bairro Centro, no bairro Itararé e no bairro Patronato (todos com 3 escolas estaduais com ensino fundamental). Outros bairros, de acordo com a sua população, poderiam ter um número maior de escolas estaduais com ensino fundamental, sendo eles os bairros Camobi e Juscelino Kubitschek, pois cada bairro possui apenas 1 escola estadual com ensino fundamental. Porém, a situação é ainda mais complicada para alguns bairros que não possuem escolas estaduais com ensino fundamental, como o bairro Parque Pinheiro Machado, o bairro Passo D'Areia, o bairro Tomazzetti e o bairro Urlândia, o que nesses últimos dois bairros, faz comprometer toda a região sul da cidade, que não conta com nenhuma escola estadual.

5.7. ÁREAS DE LAZER

Em Santa Maria, os espaços de lazer públicos são bastante deficientes, ou seja, a população da cidade é carente de opções de lazer, tanto na quantidade de áreas de lazer existentes, como também, e principalmente, sobre a qualidade das que existem, pois muitas áreas de lazer encontram-se em situação precária e, em muitos casos, em completo abandono.

Na cidade, não há muitas opções para quem busca um lazer propiciado pelo poder público, um lazer que seja disponibilizado, principalmente para as pessoas que não têm acesso a outras formas de lazer. Estas outras formas de lazer, como cinema, teatro, espetáculos, museus, exposições, dentre outras, necessitam atualmente, de significativos recursos financeiros, sendo isso um limitador para muitas pessoas.

Caracterizou-se estas áreas de lazer abordadas no trabalho como sendo espaços públicos, ao ar livre, em ambiente aberto, locais que podem de uma maneira ou outra ser utilizada como forma de lazer. O que se notou é que as praças são as áreas de lazer encontradas em maior quantidade, seguindo-se dos largos, e posteriormente, os parques, aparecendo também outras opções, que não são tão significativas, mostrando-se assim, a questão das poucas opções de lazer existentes em Santa Maria, principalmente para os moradores dos bairros mais distantes do centro da cidade.

A seguir, mostram-se as áreas de lazer encontradas na cidade e algumas considerações sobre cada um destes equipamentos de lazer.

5.7.1. Praças

Com base nos dados da prefeitura municipal, buscou-se as informações sobre as praças da cidade, onde os dados disponibilizados contabilizaram a existência de um total de 25 praças. Estas praças estão distribuídas por alguns bairros da cidade, existindo muitas diferenças entre cada uma delas.

Não há uma característica peculiar, ou semelhança entre as diferentes praças, de modo que, cada uma foi sendo construída sem ter como base um padrão municipal. Na verdade, as praças se diferenciam muito uma das outras, pois algumas apresentam equipamentos infantis, umas poucas praças apresentam quadras esportivas, e muitas apresentam apenas bancos, sendo apenas contemplativas, sem nenhuma outra opção de

lazer. Então, de acordo com as informações da prefeitura de Santa Maria³⁹, as praças existentes na cidade são:

- Albieri Petry dos Santos
- Ary Cechella
- Da Cohab Camobi⁴⁰
- Da Orlando Fração⁴⁰
- Das Américas
- Do Monet Plaza Shopping⁴⁰
- Eduardo Trevisan
- Elias Salin Farret
- Estado de Israel
- Hermenegildo Gabbi
- General Osório
- Levino Noal
- Marechal Gomes Carneiro
- Marechal Osvino Ferreira Alves
- Mariazinha Penna
- Monsenhor Ernesto Botton
- Nativo Ferreira Cezar
- Parque dos Dinossauros
- Petrônio Cabral
- Roque Gonzáles
- Saldanha Marinho
- Santa Rita
- Saturnino de Brito
- Tenente João Pedro Menna Barreto
- Virgílio Zampieri

Além dessas praças apresentadas, verificou-se com a pesquisa realizada sobre as leis de praças, a existência de mais algumas, que existem, ao se referir à sua lei de criação, mas que na realidade não se pôde comprovar se elas realmente existiam. Em trabalho de campo, viu-se que algumas destas praças só existem no papel, ou seja, elas só existem na sua lei de criação. Nesta situação encontram-se as seguintes praças:

- Alduíno Dalla Corte⁴¹
- Aristides Miranda Brum
- Catarina Bordin Allasia⁴¹
- Da Árvore⁴¹
- Estado da Palestina
- Miguel Meirelles⁴¹
- Turfe⁴¹

³⁹ Além de todas estas praças a Prefeitura Municipal também considera outras 2 (duas), que estão dentro de parques (Parque Itaimbé e Parque Ipiranga). Assim, para o trabalho, elas serão consideradas como parte integrante dos parques, não sendo consideradas de forma isolada, até porque a lei existente é devida aos parques, não tendo lei específica para estas praças.

⁴⁰ Não se sabe o nome correto destas praças, pois elas não têm lei de praça, este nome é o denominado pela prefeitura municipal.

⁴¹ Através de trabalho de campo, constatou-se que estas praças não apresentam nenhum equipamento de infra-estrutura, vendo-se apenas uma área verde. Assim, pode-se dizer que estas praças só existem na lei.

Quadro 9: Total de praças existentes em Santa Maria/RS, com ou sem lei de praças, evidenciando também o bairro em que se encontra cada praça

Praça	Bairro	Lei de Criação
Albieri Petry dos Santos	Pé de Plátano	4599/02
Alduíno Dalla Corte (1)	Camobi	4633/02
Aristides Miranda Brum	Centro	4257/99
Ary Cechella	Medianeira	3027/88
Catarina Bordin Allasia (1)	Parque Pinheiro Machado	2910/87
Da Árvore (1)	Juscelino Kubitschek	1825/75
Da Cohab Camobi	Cohab Camobi	Sem Lei
Da Orlando Fração	Medianeira	Sem Lei
Das Américas	Nossa Senhora de Lourdes	3606/92
Do Monet Plaza Shopping	Nossa Senhora de Lourdes	Sem Lei
Eduardo Trevisan	Centro	2594/84
Elias Salin Farret	Nossa Senhora de Lourdes	Sem lei
Estado da Palestina	Medianeira	3148/89
Estado de Israel	Salgado Filho	2421/82
General Osório	Passo D'Areia	1369/69
Hermenegildo Gabbi	N.S. do Rosário	4305/00
Levino Noal	Patronato	2912/87
Marechal Gomes Carneiro	Nossa Senhora das Dores	Sem lei
Marechal Osvino Ferreira Alves	Nossa Senhora de Lourdes	2476/83
Mariazinha Penna	Cohab Passo da Ferreira	3028/88
Miguel Meirelles (1)	Camobi	1999/78
Monsenhor Ernesto Botton	Itararé	Sem lei
Nativo Ferreira Cezar	Salgado Filho	4407/01
Parque dos Dinossauros	Km Três	4385/00
Petrônio Cabral	Cohab Passo da Ferreira	4327/00
Roque Gonzáles	Centro	Ato 129/29
Saldanha Marinho	Centro	Sem lei
Santa Rita	Patronato	3621/92
Saturnino de Brito	Centro	Ato 47/31
Tenente João Pedro Menna Barreto	Centro	1135/63
Turfe (1)	Juscelino Kubitschek	1816/75
Virgílio Zampieri	Camobi	1629/72

Fonte: Legislação Municipal de Santa Maria (www.camara-sm.rs.gov.br).

Organização: Rossini, C.C.

Nota: (1) Há que salientar que, na realidade, estas praças só existem na lei. Assim elas não são contadas como praças, na hora apresentá-las espacialmente no mapa.

5.7.2. Parques⁴²

Em Santa Maria, segundo a legislação municipal existem 2 parques, ambos localizados no bairro Centro, sendo eles:

- Parque Itaimbé (lei de criação 1376/69)

Ele é o mais importante espaço público de lazer de Santa Maria, pois o seu espaço físico possibilita o lazer às pessoas através de atividades físicas, apresentações culturais, configurando-se numa importante área de lazer não só para o bairro Centro mas também para toda a cidade e contém dentro dele:

8 quadras poliesportivas;

3 equipamentos infantis;

1 centro para atividades múltiplas (com cobertura), com palco para atividades artísticas.

O Parque Itaimbé, após muitos anos de abandono, sem qualquer condição de atender de forma adequada à população que o usufrui, está sendo reformado e melhorado (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 21/10/2004). Mas esta recuperação do parque não aconteceu de uma hora pra outra, já que foi preciso muita mobilização dos moradores do parque, para que estas melhorias fossem feitas. Para isso, até uma associação de moradores do Parque Itaimbé foi criada, para pressionar o poder público municipal para que fossem iniciadas as obras de reforma (A RAZÃO, 04/12/2003).

- Parque Ipiranga (lei de criação 1253/66)

Não tão importante como o parque Itaimbé, o parque Ipiranga, restringe-se mais a um local com árvores, com bancos, sendo bem mais reduzida a sua capacidade de proporcionar lazer às pessoas, contendo apenas:

1 equipamento infantil⁴³

⁴² No trabalho, considera-se parque a área de lazer com um tamanho significativo. Esta definição é importante no sentido de estabelecer a diferença entre parque e praça, que é estabelecida através do critério tamanho. Assim, parques são áreas verdes, que podem conter diversos equipamentos de lazer, como equipamentos infantis, quadras esportivas, locais para apresentação cultural, entre outros. As praças são locais menores, que também podem conter alguns equipamentos de lazer, como por exemplo, equipamentos infantis.

⁴³ Segundo a Prefeitura Municipal, o estado de conservação deste equipamento infantil é regular.

5.7.3. Largos

Os largos são locais públicos, que de alguma forma podem ser utilizados para lazer. Eles se apresentam normalmente, por espaços em que possuem bancos para as pessoas sentarem, muito utilizados para a prática gaúcha de tomar chimarrão. Nem todos os largos possuem bancos, alguns se apresentam apenas como um espaço com um gramado, enfim, o mínimo, mas que, de alguma forma, pelas poucas opções existentes, muitas vezes, acabam sendo utilizados com alguma atividade.

Mas, em muitos, a atividade de lazer não é possível, devido ao completo abandono em que se encontram, não sendo assim utilizados pela população. Esta situação é um problema sério, pois os largos são espaços que não necessitam da existência de grandes equipamentos de infra-estrutura, apenas de um mínimo de cuidado, de limpeza, por parte do poder público municipal, o que muitas vezes não é o que acontece.

A seguir, apresentam-se os largos que podem/são utilizados para lazer em Santa Maria, sendo uns bastante utilizados e outros, devido ao estado de conservação, pouco utilizados:

- Largo Irmão Estanislau (lei de criação 2144/80)
Bairro Centro

- Largo da Ordem dos Advogados (lei de criação 2164/81)
Bairro Centro

- Largo da Locomotiva Teotônio Villela (lei de criação 2593/84)
Bairro Centro

- Largo da Liberdade Tancredo de Almeida Neves (lei de criação 2686/85)
Bairro Salgado Filho

- Largo Maçônico João Sabino Menna Barreto (lei de criação 3934/95)
Bairro Centro

- Largo da Integração Concejal Eduardo Chamorro (lei de criação 3961/96)
Bairro Centro

- Largo João Cezimbra Jacques (lei de criação 4298/00)
Bairro Passo D'Areia

5.7.4. Ginásios de Esportes da Prefeitura Municipal

Existem 3 ginásios de esportes sob responsabilidade da prefeitura municipal, onde nestes, a população pode praticar atividades físicas diversas, sendo eles:

- Centro Desportivo Municipal Dr. Miguel Sevi Viero (Bairro Centro) e contém:
 - 1 ginásio poliesportivo;
 - 2 ginásios esportivos;
 - 1 quadra poliesportiva;
 - 1 campo de futebol 11;
 - 1 pista de atletismo;
 - 1 caixa de areia para salto em distância;
 - 1 pista de skate em concreto;
 - materiais para fazer alongamento/ginástica;
 - 1 sala de ginástica/musculação;
 - 1 sala de judô;
 - 1 sala para box olímpico;
 - 1 sala de dança;
 - 1 palco para apresentações (num dos ginásios).
- Ginásio Poliesportivo Oreco (Bairro Cohab Passo da Ferreira) e contém:
 - 1 ginásio poliesportivo;
 - 2 quadras de futebol 7 de areia;
 - 2 quadras de vôlei de areia;
 - 1 pista de caminhada;
 - 1 pista de skate móvel;
 - 1 equipamento infantil;
 - 1 churrasqueira com quiosques;
 - local para a realização de oficinas culturais (aulas de violão, artesanato, etc).
- Centro Social Urbano (Bairro Patronato) e contém:
 - 1 campo de futebol de areia;
 - 1 quadra poliesportiva;

- 1 quadra de vôlei de areia;
- 1 salão para ginástica/atividades físicas em geral.

5.7.5. Outras opções de lazer sob responsabilidade da Prefeitura Municipal

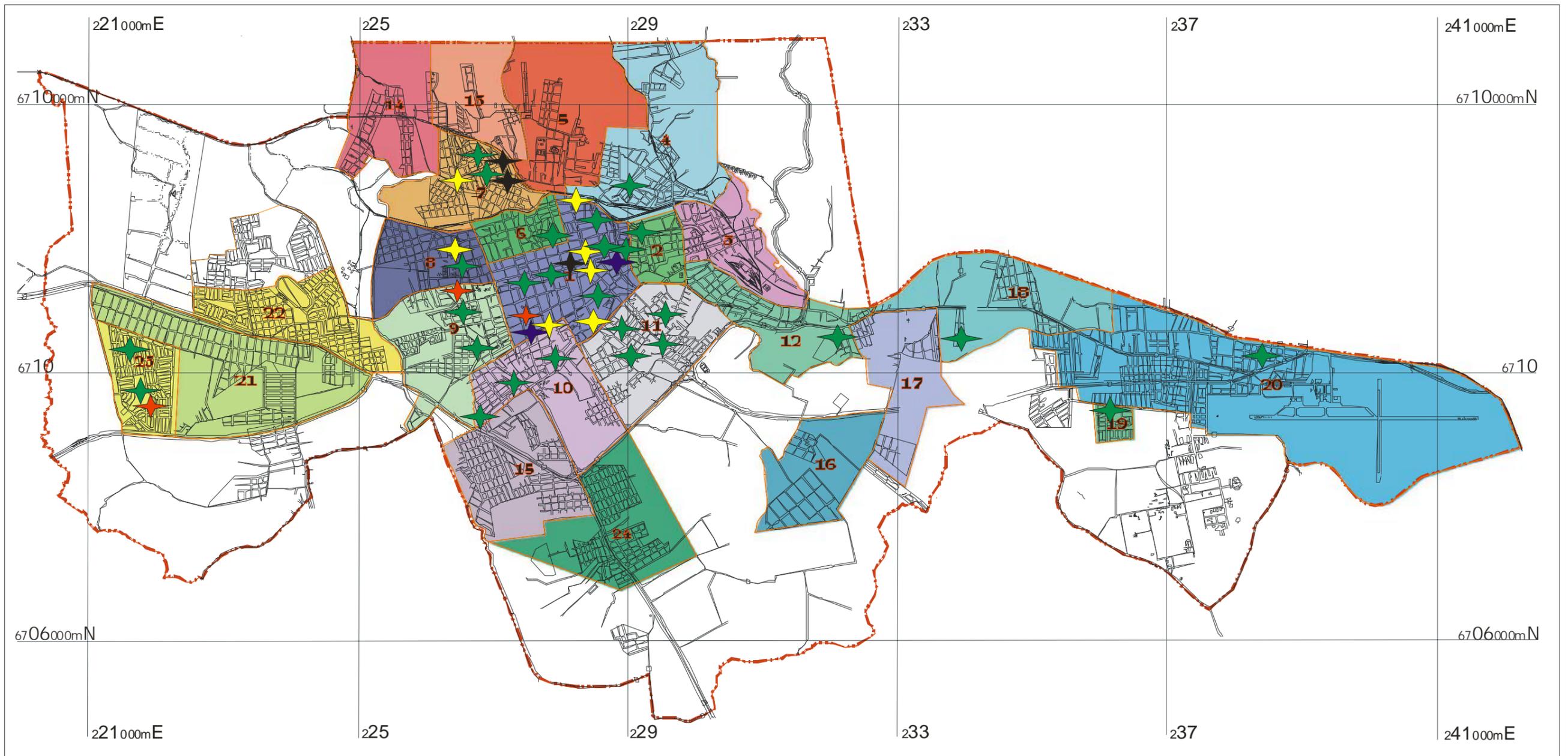
- Calçadão de Santa Maria, denominado Salvador Isaia
Bairro Centro
- Campo de Futebol⁴⁴ do Guarani Atlântico (com a modalidade de Futebol 11)
Bairro Salgado Filho
- Pista de Bicicross
Bairro Salgado Filho

Assim, após a apresentação das áreas de lazer existentes na cidade, tenta-se mostrar espacialmente a distribuição dessas áreas, procurando identificar os bairros que se encontram carentes neste equipamento urbano, através do Mapa de Distribuição Espacial das Áreas de Lazer Públicas Existentes na Cidade de Santa Maria/RS. Sobre o mapa, nota-se claramente que a distribuição dos equipamentos de lazer na cidade é realizada de forma bastante irregular, pois quanto mais distante do centro, menores e piores são as opções e condições das áreas de lazer.

Nesse sentido, esta condição revela que muitos bairros não possuem nenhuma área de lazer pública, ou seja, a população residente nestes bairros, pelo menos a desprovida de recursos financeiros, não tem acesso ao lazer. Nesta situação totalmente carente de equipamentos de lazer encontram-se, atualmente, os bairros Caturrita, Cerrito, Chácara das Flores, Juscelino Kubitschek, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Parque Pinheiro Machado, Presidente João Goulart, São José, Tomazzetti e Urlândia⁴⁵.

⁴⁴ A Prefeitura Municipal possui outros campos de futebol 11, só que estes são administrados por particulares (em regime de Comodato), que neste caso não são utilizados como forma de lazer pela população, até pelo fato de não serem administrados pelo poder público. Os campos de futebol são: Campo do 02 de Novembro (Bairro Patronato); Campo do Paysandú (Bairro Passo D'Areia); Campo do Kennedy (Bairro Salgado Filho); Campo do Cerro Azul (Bairro Chácara das Flores); e Campo do Esporte Clube Internacional (Bairro Patronato).

⁴⁵ No bairro Juscelino Kubitschek, especificamente na Cohab Santa Marta, há 6 espaços com áreas verdes, que poderiam ser transformadas em áreas de lazer. Ao contrário do que acontece no bairro Cohab Passo da Ferreira, onde algumas áreas verdes foram transformadas em áreas lazer (e que na maioria dos casos estão em bom estado de conservação), no bairro Juscelino Kubitschek, esta situação é bastante ruim, e acabam sendo subutilizados pela população.



<u>Bairros</u>				<u>Áreas de Lazer</u>	
1 Centro	8 Passo D'Areia	15 Urlândia	22 Juscelino Kubitschek	Praças	 ESCALA GRÁFICA 0 ————— 4000 Metros
2 N. S. das Dores	9 Patronato	16 Cerrito	23 Cohab Passo da Ferreira	Parques	
3 Presidente João Goulart	10 Medianeira	17 São José	Sem Especificação	Largos	Mapa de Distribuição Espacial das Áreas de Lazer Públicas Existentes na Cidade de Santa Maria/RS Edição: 19/10/2004
4 Itararé	11 N. S. de Lourdes	18 Pé de Plátano	24 Tomazzetti	Ginásios de Esportes	
5 N. S. do Perpétuo Socorro	12 KM Três	19 Cohab Camobi	Perímetro Urbano	Outros	Base Cartográfica Utilizada: Elipsóide de Referência: South America 69 - UTM 22S Levantamento aerofotogramétrico: Ortofotocartas Nº 1 a 31 Execução UFRGS - IPH - Cartometria/1979 - Escala 1:2000 Área Urbana de Santa Maria/RS Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria (Secretaria de Município de Gestão Ambiental) e Levantamento de Campo Organização: Rossini, C.C.
6 N. S. do Rosário	13 Chácara das Flores	20 Camobi	Limite de Bairros		
7 Salgado Filho	14 Caturrita	21 Parque Pinheiro Machado	Arruamentos		

Quadro 10: Estado de conservação dos equipamentos existentes em cada praça da cidade, segundo levantamento de campo.

Praça	Existência de equipamento infantil		Estado de conservação dos equipamentos existentes na praça (1)
	Não	Sim	
Albieri Petry dos Santos		x	Bom
Aristides Miranda Brum	x		Péssimo
Ary Cechella		x	Péssimo
Da Cohab Camobi		x	Ruim
Da Orlando Fração (2)		x	Bom
Das Américas		x	Péssimo
Do Monet Plaza Shopping		x	Regular
Eduardo Trevisan	x		Regular
Elias Salin Farret		x	Ruim
Estado da Palestina		x	Péssimo
Estado de Israel		x	Péssimo
General Osório		x	Bom
Hermenegildo Gabbi	x		Ruim
Levino Noal		x	Bom
Marechal Gomes Carneiro (3)		x	Bom
Marechal Osvino Ferreira Alves		x	Regular
Marizinha Penna		x	Bom
Monsenhor Ernesto Botton		x	Ruim
Nativo Ferreira Cezar	x		Péssimo
Parque dos Dinossauros	x		Péssimo
Petrônio Cabral		x	Bom
Roque González (3)		x	Bom
Saldanha Marinho	x		Ruim
Santa Rita		x	Regular
Saturnino de Brito (3)		x	Bom
Tenente João Pedro Menna Barreto		x	Regular
Virgílio Zampieri	x		Péssimo

Fonte: Dados levantados em Dezembro de 2004, através de trabalho de campo.

Organização: Rossini, C.C.

Nota: (1) Para verificar o estado de conservação das praças da cidade, estabeleceu-se a seguinte classificação: péssimo, ruim, regular, bom, ótimo. No entanto, devido à realidade encontrada, onde uma grande parte não se encontra em estado de conservação adequado para serem utilizadas pela população, não se encontrou nenhuma praça em estado ótimo. Para se chegar nesta classificação se observaram as condições gerais das praças, como existência e estado de conservação dos equipamentos infantis, existência e estado de conservação de outros equipamentos, estado de conservação das praças de um modo geral, limpeza, etc.

(2) Esta praça, localizada no bairro Medianeira, foi a segunda praça que teve seu equipamento infantil reformado no mesmo padrão adotado na praça Petrônio Cabral.

(3) As praças Saturnino de Brito, Roque González e Marechal Gomes Carneiro são praças adotadas, isto é, a iniciativa privada é quem faz a conservação destas praças.

Assim, observando as praças sob o aspecto do estado de conservação em que se encontram, tem-se como exemplo, o equipamento infantil existente na praça Petrônio Cabral (bairro Cohab Passo da Ferreira), que foi o primeiro equipamento infantil a ser reformado com reaproveitamento de materiais, como postes de energia elétrica que não atendem mais às suas finalidades e que passam a ter utilidade para a reforma das praças, pneus que não são mais utilizados e que passaram a se tornar balanças, entre outros materiais que também podem ser reutilizados (A RAZÃO, 09/02/2004). Segundo a prefeitura municipal, através da Secretaria de Gestão Ambiental, a partir de agora, todos os equipamentos infantis existentes nas praças seguirão este novo padrão, construídas em madeira, onde o que era antes jogado no lixo, agora é reaproveitado.

Sobre isto, mostra-se na Foto 4 o equipamento infantil da praça Petrônio Cabral (no bairro Cohab Passo da Ferreira), que foi reformada no início do ano de 2004, pela prefeitura municipal.



Figura 5: Foto do equipamento infantil existente na praça Petrônio Cabral no bairro Cohab Passo da Ferreira, sendo a mesma tirada no sentido SE-NW.

Mas, esta situação de praça com um estado de conservação adequado para que a população consiga usufruir das áreas de lazer públicas, não é uma unanimidade, pois a maior parte das praças ainda continuam em estado precário de conservação, mostrando que muito ainda deve ser feito para que elas possam ser usadas pela população, que necessita muito destes locais de lazer.

Assim, tentando mostrar as precárias condições de algumas praças da cidade, tem-se a Foto 6 da praça Virgílio Zampieri (no bairro Camobi), onde o que era o equipamento infantil, atualmente é mato, e a Foto 7, da praça Estado de Israel (no bairro Salgado Filho), mostrando claramente a realidade de completo descaso e abandono que estas e outras praças da cidade se encontram.



Figura 6: Completo abandono da Praça Virgílio Zampieri



Figura 7: Estado de conservação muito ruim da Praça Estado de Israel

A realidade em que se encontram muitas praças da cidade é um problema muito sério, pois em várias, a situação é tão problemática que, às vezes, não existe nenhum equipamento, com alto grau de degradação e abandono. E esta realidade em que se encontram inúmeras praças da cidade, ocorre não só nos bairros, mas também com as principais praças de Santa Maria, que se encontram no centro da cidade (A RAZÃO, 05/01/2004) e (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 30 e 31/10/2004).

6. CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DE EQUIPAMENTOS URBANOS

Como já elucidado ao longo do trabalho, os equipamentos urbanos não são distribuídos de forma homogênea entre os bairros da cidade de Santa Maria. Analisar a distribuição dos equipamentos urbanos em relação ao nível de renda da população, certamente ilustrará uma distribuição desigual para alguns destes serviços.

As observações feitas mostraram que há uma relação direta entre a existência de equipamentos de infra-estrutura urbana esgoto, circulação, educação (neste caso somente as escolas particulares) e áreas de lazer com o nível de renda média da população em Santa Maria. Esses resultados comprovam as idéias teóricas do trabalho, no sentido de que Singer (1982) havia comentado sobre essa relação, ao referir-se aos equipamentos urbanos, que são de responsabilidade do Estado, salientando que “quanto menor a renda da população, tanto mais escassos são os referidos serviços” (p.35).

Por outro lado, para os equipamentos de infra-estrutura urbana água, educação (para as escolas municipais e estaduais) e instituições de saúde, a proposição de análise da distribuição espacial desses serviços em conjunto com a renda média não intervém significativamente na sua existência ou não nos bairros da cidade. O que, de certa forma, mostra uma hierarquização no atendimento das necessidades da população: parece, a primeira vista, que aqueles serviços indispensáveis à reprodução mínima da força de trabalho já são atendidos de forma satisfatória na cidade de Santa Maria.

Inicialmente, reportando-se aos serviços de abastecimento de água e de atendimento da rede de esgoto, para os diferentes bairros de Santa Maria, notou-se uma distribuição homogênea para o equipamento abastecimento de água, e, conseqüentemente, não havendo distinção no abastecimento de água em relação ao nível de renda média da população dos bairros de Santa Maria.

As residências abastecidas com água pela CORSAN possuem uma distribuição espacial percentual homogênea em toda a cidade, de modo que, tanto os bairros que apresentam rendas médias menores, quanto os bairros que apresentam rendas médias maiores, possuem um significativo número de residências com abastecimento de água, ou seja, os bairros de Santa Maria têm entre 80% e 100% de abastecimento de água. Como exceção, o bairro Cerrito apresenta-se com apenas 46,42% de abastecimento de água proveniente da CORSAN, o que se explica pelo fato desse bairro ainda preservar

características rurais⁴⁶ e, por conseguinte, a maioria das residências possuir poços artesianos para suprir as suas necessidades. No entanto, seria preciso verificar a qualidade dos serviços de abastecimento de água nos diferentes bairros (horas de abastecimento, por exemplo), o que poderia levar a outras considerações.

Diferentemente do que ocorre com o abastecimento de água, o serviço de atendimento por rede de esgoto reflete uma diferença em sua distribuição espacial relacionando-se com o nível de renda média da população para os bairros de Santa Maria. Dentre os bairros, são poucos os que possuem atendimento de rede de esgoto, e indo mais adiante, os que possuem os maiores índices percentuais de atendimento por rede de esgoto, certamente, são os que possuem uma renda média mais elevada.

Ainda sobre esse serviço, de um conjunto de 24 bairros em Santa Maria, 12 bairros não possuem um índice percentual para atendimento de rede de esgoto superior a 50%. Em termos de distribuição espacial, essa condição revela uma concentração para o atendimento dos bairros mais próximos ao centro da cidade.

Contudo, o bairro Cohab Passo da Ferreira apresenta-se como uma exceção, já que possui um bom atendimento de rede de esgoto e caracteriza-se como um bairro que apresenta uma renda média baixa (de 1 a 3 salários mínimos). Isso ocorre pelo fato de que esse bairro é um conjunto habitacional⁴⁷ e nas suas fases de projeto e de construção houve o planejamento e a execução de rede de esgoto que atendesse as necessidades da população.

Para o equipamento de infra-estrutura circulação, a análise do tipo de pavimentação encontrada nos bairros de Santa Maria confirma a existência de diferença na sua distribuição espacial correlacionando-se com o nível de renda média da população. Verifica-se que os bairros que possuem ruas em pior estado de conservação e, muitas vezes, com ruas praticamente intransitáveis (ruas de chão batido), são os bairros que se encontram mais afastados do centro da cidade, ou seja, nos bairros em que a renda média da

⁴⁶ O bairro Cerrito, apesar de se encontrar no perímetro urbano, localiza-se próximo (à sudeste) dos morros testemunhos (áreas de preservação permanente), e, com isso, propicia a manutenção das características e atividades exercidas na zona rural. Além disso, outro elemento que remete à peculiaridade desse bairro dá-se pelo fato deste se encontrar também numa área de expansão urbana da cidade, o que futuramente fará com esta sua característica se modifique.

⁴⁷ Cabe ressaltar, em relação ao atendimento de rede de esgoto, que a Cohab Santa Marta (localizada no bairro Juscelino Kubitschek) possui rede de esgoto, mas essa sua condição não é relevante para o conjunto do bairro, que apresenta entre 40% e 60% de atendimento de rede de esgoto. Outro caso é o bairro Cohab Camobi, que apesar de ser, também, um conjunto habitacional, não apresenta um percentual elevado no atendimento de rede de esgoto semelhante ao encontrado no bairro Cohab Passo da Ferreira e na Cohab Santa Marta (no bairro Juscelino Kubitschek), ou seja, apresenta entre 20% e 40% de atendimento de rede de esgoto. Provavelmente, isso ocorreu porque no momento da sua construção, mesmo havendo todo o planejamento para que os equipamentos urbanos fossem implantados, verificou-se que a região Leste da cidade não possuía e, ainda não possui, esgotamento sanitário, com isso, inviabilizou-se esta etapa na obra de implantação do bairro Cohab Camobi.

população é bastante reduzida. Já nos bairros mais centrais, onde a renda média auferida pela população é maior, observa-se a existência de ruas mais conservadas, em sua grande maioria recobertas com asfalto e/ou com paralelepípedos.

Para o equipamento urbano denominado “circulação”, também há exceção, sendo esta para o bairro Cohab Passo da Ferreira e para o bairro Cohab Camobi, no sentido de que esses bairros apresentam-se na menor classe de renda média e possuem ruas predominantemente com paralelepípedos. Essa situação novamente é explicada pelo fato de serem empreendimentos executados pela COHAB e que na execução das obras, a pavimentação com paralelepípedo já foi implantada.

Expondo-se o serviço urbano de saúde, cabe salientar que a análise da distribuição espacial das instituições de saúde, públicas e particulares, confrontada com a distribuição espacial da renda média da população dos bairros de Santa Maria revela situações muito diferenciadas.

Primeiramente, sob o ponto de vista das instituições públicas de saúde, temos as unidades de saúde da prefeitura municipal observando que a distribuição espacial desse serviço retrata a inexistência de uma relação direta com o nível de renda média da população dos bairros da cidade, ou seja, há uma dispersão de unidades de saúde municipais pela maioria dos bairros de Santa Maria.

Contudo, ao observar-se a aglomeração de unidades de saúde da prefeitura municipal na porção mais central da cidade destaca-se que essas unidades sanitárias atuam em áreas especializadas da saúde. Mas isto não significa que a população que utiliza esses serviços de saúde seja a população que reside nesta porção mais central (e que têm uma renda média maior), uma vez que não depende, necessariamente, do atendimento prestado por instituições públicas de saúde.

De fato, a população que necessita de atendimentos especializados na saúde, prestados pelo Pronto Atendimento Municipal (PA), pelo Centro Materno Infantil, pela Policlínica do Rosário e pelo Centro de Atendimento e Atenção Secundária (CEDAS), que estão localizados no bairro Centro e suas adjacências, são de baixa renda e procedentes dos bairros mais distantes do centro da cidade. Assim, a concentração na distribuição espacial dessas unidades de saúde é explicada pelo arranjo logístico, de modo que os deslocamentos da população sejam menores e mais facilitados, e não pelo nível de renda médio da população.

Ainda sobre as instituições públicas de saúde, temos os hospitais públicos e os hospitais públicos com atendimento restrito, observando-se que a distribuição espacial desses serviços também está desvinculada da distribuição do nível de renda média da população dos bairros da cidade.

Sobre os hospitais públicos existentes em Santa Maria, destacamos a Casa de Saúde, que se localiza no bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro devido ao fato de que foi construída inicialmente para atender a demanda dos funcionários da RFFSA, e o HUSM, que se transferiu, tempos atrás, do bairro Centro para o campus da UFSM, próximo ao bairro Camobi, para usufruir de um prédio mais amplo e mais moderno e, também, possibilitar uma maior integração com a comunidade universitária.

Quanto aos hospitais públicos com atendimento restrito, destacam-se os hospitais militares: do Exército (localizado no bairro Passo D'Areia), da Aeronáutica (localizado no bairro Camobi) e o da Brigada Militar (localizado no bairro Km Três), que acolhem, exclusivamente, funcionários e seus familiares, sendo que a distribuição espacial dessas instituições de saúde independem do nível de renda médio da população dos bairros, pois as suas localizações são estratégicas sob o ponto de vista do atendimento segmentado dessas respectivas organizações militares.

Por outro lado, para as instituições de saúde particulares, pode-se dizer que existe uma relação distribuição espacial dos hospitais particulares e o nível de renda média da população, pois tanto o Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo (localizado no bairro Centro) como o Centro Médico Hospitalar (localizado no bairro Nossa Senhora de Lourdes) encontram-se em bairros da cidade que apresentam um nível de renda média elevada, denotando o interesse pelo atendimento de pessoas com condições de renda mais favorecidas.

Ao completar a análise sobre o equipamento urbano denominado “saúde” é possível ainda ressaltar que, os deslocamentos feitos pela população para se chegar às unidades de saúde da prefeitura municipal são relativamente pequenos, o que não significa que esse serviço urbano satisfaça às necessidades da população. Ocorre que, de certo modo, o fato da população ter próximo de sua residência uma unidade sanitária da prefeitura municipal, não significa necessariamente um atendimento prestado com qualidade. Portanto, é preciso reavaliar este indicador. Talvez fosse necessário avaliar, por exemplo, o tempo médio para espera de consultas/exames das populações dos diferentes bairros.

Entretanto, para os hospitais públicos existentes na cidade, os deslocamentos realizados pela população ao procurar atendimento médico é bastante grande, pelo fato de haver apenas dois hospitais que atendem pelo SUS. Mas, talvez mais grave que isso, seja o fato desse atendimento ser abaixo da expectativa e necessidade da população santamariense.

A distribuição espacial das escolas municipais e estaduais se faz homogeneamente entre os bairros de Santa Maria, não obedecendo à proposição de uma relação direta com distribuição espacial da renda média da população. Dessa maneira, destaca-se que as

escolas municipais e as escolas estaduais existem em número considerável, o que por consequência faz diminuir as distâncias para os deslocamentos dos estudantes até às escolas.

Em Santa Maria, o número de escolas municipais é expressivo, pois em quase todos bairros da cidade existe pelo menos uma escola municipal, de modo que, aliado a esse fator quantitativo, outro elemento importante de ser comentado é referente à qualidade do ensino oferecido nessas escolas, que é de um bom ensino fundamental.

Apesar do número de escolas estaduais não ser semelhante ao número de escolas municipais, pode-se dizer que a distribuição espacial dessas escolas é representativa. Então, ainda que o atendimento das escolas estaduais seja adequado, sem muitas diferenciações entre os bairros, algumas melhorias ainda podem ser realizadas no sentido de qualificar ainda mais o ensino fundamental nessas instituições. Assim, há necessidade⁴⁸ de escolas estaduais em bairros como: Caturrita, Chácara das Flores, Parque Pinheiro Machado, Pé de Plátano, Tomazzetti e Urlândia, evitando-se grandes deslocamentos das crianças.

Já a distribuição espacial de escolas particulares está diretamente ligada ao nível de renda média da população, que estão localizadas principalmente no bairro Centro e em bairros próximos. Isto ocorre, porque é nesta área mais central que se concentram a população de renda média maior e que, conseqüentemente, utiliza escolas particulares, mostrando que a população com esta faixa de renda, prescinde da atuação do Estado no que diz respeito à educação fundamental.

Para o caso das escolas particulares, temos três escolas que não se encontram na parte mais central da cidade: a Escola Marista Santa Marta, localizada ao norte do bairro Juscelino Kubitschek, a escola Riachuelo, localizada no bairro Camobi, e o Instituto São José, localizado no bairro Tomazzetti. A escola Marista Santa Marta encontra-se numa das regiões mais pobres da cidade, caracterizada nos mapas na categoria sem especificação, pelo fato de se localizar numa área que ainda é de ocupação irregular, praticamente sem nenhuma infra-estrutura urbana. Apesar dessa escola ser de origem particular, os alunos que ali estudam não efetuam nenhum tipo de pagamento para estudarem, devido à escola inserir-se num projeto social.

Por sua vez, a escola Riachuelo atende a população com renda média elevada residente no bairro Camobi e o Instituto São José constitui-se numa escola particular que está localizada junto ao seminário de mesmo nome. Este local onde se encontra a escola, era em tempos atrás, uma área ainda sem expressiva ocupação urbana, e, por isso, a

⁴⁸ O bairro Cerrito, apesar de não possuir nenhuma escola estadual, não foi inserido nos bairros que necessitam de escola. Isto ocorre porque esse bairro possui um número reduzido de população (apenas 815 habitantes).

instalação de um seminário. Pela renda média bastante baixa verificada no bairro Tomazzetti, os alunos que freqüentam a escola São José, na sua maioria, não moram no bairro em que a escola se encontra.

De todos os equipamentos de infra-estrutura urbana estudados, a característica desigual de distribuição das áreas de lazer existentes na cidade é marcante, impressionando pela diferenciação ao seu acesso em que grande parte da população está condicionada. No que diz respeito a uma reprodução ampliada da força de trabalho, o Estado, numa hierarquia de atendimento às diversas solicitações da sociedade, conforme elas sejam provenientes de classes mais ou menos influentes, privilegia certos espaços da cidade, principalmente no que diz respeito ao lazer.

A distribuição espacial das áreas de lazer reflete espantosamente a distribuição espacial da renda média da população, com um caráter muito mais heterogêneo do que nos demais equipamentos urbanos. A concentração das áreas de lazer é muito significativa nos bairros com renda média elevada, de modo que, para os bairros com renda média baixa, elas praticamente inexistem.

Além desta carência de áreas de lazer, outro elemento que é interessante de ser comentado é sobre o estado de conservação dessas áreas. Nesse sentido, o mau estado de conservação de muitas áreas de lazer não ocorre apenas em alguns bairros, ou em algumas áreas da cidade, mas em toda a parte do espaço municipal, não havendo distinção entre a sua localização, sendo que tanto as praças das áreas mais distantes como as mais próximas no centro encontram-se em estado precário de conservação.

Um fato importante a ser comentado é o difícil acesso às áreas de lazer para grande parte da população. Em Santa Maria, para utilizar os equipamentos de lazer públicos existentes, são necessários grandes deslocamentos por parte da população que mora distante do centro, pois praticamente não há áreas de lazer próximas das suas residências.

Além disso, a atual situação das áreas de lazer da cidade, por conseguinte, pode remeter a dois aspectos importantes, sendo o primeiro: a população dos bairros mais distantes do centro não tem acesso aos equipamentos de lazer, dada à distância para se chegar a elas; e segundo: além da distância, como é possível utilizar áreas de lazer que se encontram, na sua maioria, em estado de conservação não adequado para sua utilização?

Assim, após a análise de todos os equipamentos urbanos, uma questão importante de ser levantada diz respeito à idéia de se pensar muito mais a qualidade do atendimento por infra-estrutura urbana. A idéia pode ser exemplificada para os equipamentos urbanos saúde e áreas de lazer, porque estes não podem ser analisados apenas pela sua quantidade, pois se for somente visto por este ângulo, o resultado não será tão problemático para alguns bairros da cidade. Então, entender que a saúde e as áreas de lazer públicas, além de serem em número reduzido, não satisfazem as demandas da população, é também

uma questão importante de ser levantada. E isso porque, para Marques (2000), a análise dos equipamentos de infra-estrutura urbana deve considerar a diferença da qualidade na sua oferta, de modo que, “a presença de serviços é uma dimensão importante a ser incluída no modelo, mas não pode ser a única presente na base espacial” (p.128).

De um modo geral, com base em todos os mapas confeccionados e realizando um apanhado sobre todos os equipamentos urbanos, verifica-se que alguns bairros de Santa Maria possuem uma boa infra-estrutura. Em alguns bairros da cidade o fenômeno de segregação social é reforçado apenas pela falta de alguns equipamentos. Porém, em outros, o descaso com o atendimento de serviços urbanos é quase que uma totalidade.

Com o intuito de verificar, mais especificamente, quais os bairros que se encontram carentes em infra-estrutura urbana e quais os bairros que apresentam uma adequada infra-estrutura urbana, apresenta-se o seguinte quadro:

Quadro 11: Resumo comparativo das condições de infra-estrutura urbana para os bairros da cidade de Santa Maria/RS

Equipamentos	Bairros com melhor infra-estrutura (1)	Bairros com pior infra-estrutura (1)
Água	Todos os demais	Cerrito
Esgoto	Centro, Cohab Passo da Ferreira, Medianeira, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora do Rosário, Passo D'Areia, Patronato e Salgado Filho	Camobi, Caturrita, Cerrito, Chácara das Flores, Cohab Camobi, Parque Pinheiro Machado, Pé de Plátano, São José, Tomazzetti e Urlândia
Circulação	Centro, Cohab Camobi, Cohab Passo da Ferreira, Km Três, Medianeira, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Rosário, Passo D'Areia, Patronato e Presidente João Goulart	Caturrita, Cerrito, Parque Pinheiro Machado, Pé de Plátano, São José, Tomazzetti e Urlândia
Saúde	Camobi, Centro, Medianeira, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Caturrita, Cerrito, Km Três e Passo D'Areia e Pé de Plátano
Educação	Camobi, Centro, Cerrito, Chácara das Flores, Cohab Camobi, Cohab Passo da Ferreira, Itararé, Juscelino Kubitschek, Km Três, Medianeira, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora do Rosário, Patronato, Presidente João Goulart, Salgado Filho e São José	Caturrita, Parque Pinheiro Machado, Passo D'Areia, Pé de Plátano, Tomazzetti e Urlândia
Áreas de lazer	Centro, Cohab Passo da Ferreira, Medianeira, Nossa Senhora de Lourdes, Patronato e Salgado Filho	Caturrita, Cerrito, Chácara das Flores, Juscelino Kubitschek, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Parque Pinheiro Machado, Presidente João Goulart, São José, Tomazzetti e Urlândia

Fonte: Dados referentes aos resultados obtidos em cada equipamento urbano estudado.

Notas: (1) Refere-se aos resultados extremos, não considerando os resultados intermediários de infra-estrutura urbana encontrada nos bairros.

Organização: Rossini, C.C.

Com base no quadro comparativo, mostram-se os bairros com melhor infraestrutura urbana e os bairros com pior infraestrutura urbana, tomando como referência cada equipamento urbano. A partir de agora, pode-se fazer uma análise da real situação encontrada nos bairros, tentando explicitar todos os equipamentos urbanos.

Essa classificação deve-se ao atendimento por equipamentos urbanos nos diferentes bairros da cidade, de modo que, um bairro que apresenta quase todos os equipamentos urbanos pode ser considerado com melhor infraestrutura, ao contrário de outros, que vão apresentar um ou poucos equipamentos urbanos, são considerados com pior infraestrutura.

Os bairros considerados com melhor infraestrutura urbana são os que apresentaram, do total de 6 equipamentos urbanos analisados, 5 ou 6 equipamentos com bom atendimento. A única exceção é o bairro Nossa Senhora das Dores, que mesmo tendo apresentado um bom atendimento para 4 equipamentos urbanos, ele pode ser considerado com boa infraestrutura urbana. Isso se deveu ao fato de que, os resultados não satisfatórios da infraestrutura urbana ocorreram para o equipamento saúde e áreas de lazer, o que não significa que o bairro é carente nesses equipamentos, pelo fato de que a população desse bairro possui uma renda média elevada e a maioria não depende da saúde pública (SUS) e nem mesmo de áreas de lazer públicas. Já os bairros considerados com pior infraestrutura urbana são os que apresentaram, do total de 6 serviços urbanos estudados, mais de 3 equipamentos urbanos com atendimento ruim.

Assim, a seguir tem-se a avaliação dos bairros que apresentam melhor e os bairros que apresentam pior infraestrutura:

- **Bairros com melhor infraestrutura urbana:** Centro, Cohab Passo da Ferreira, Medianeira, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Rosário e Patronato.

- **Bairros com pior infraestrutura urbana:** Caturrita, Cerrito, Parque Pinheiro Machado, Pé de Plátano, Tomazzetti e Urlândia.

Avançando-se na análise sobre a distribuição dos equipamentos urbanos, pode-se afirmar que há, por parte do poder público, o entendimento de que mesmo sendo importante a existência de todos os equipamentos urbanos, alguns são tomados como mais prioritários.

Isso é pensado com base nos resultados obtidos sobre o equipamento água, e também sobre o equipamento energia elétrica⁴⁹.

Nesta heterogeneidade da distribuição espacial dos equipamentos urbanos pode estar imbricada uma relação de primazia, onde, muitas vezes, entende-se que não é possível viver sem os equipamentos urbanos água e energia elétrica, considerando a reprodução mínima da força de trabalho. Mas, em muitos casos, significativas parcelas de populações passam por muito tempo, por exemplo, sem atendimento de rede de esgoto e, mesmo assim, não entendem como prioritário a existência desse serviço, não o reivindicando, portanto.

Assim, percebe-se que a realidade atual de Santa Maria representa o resultado da ação de seus agentes, de modo que, estas relações de natureza social, são manifestadas concretamente no espaço (DAMIANI, 1999b), visto a heterogeneidade da distribuição espacial dos equipamentos de infra-estrutura urbana.

Outro aspecto que também é importante de ser comentado e lembrado por Schmidt (1983), refere-se ao fato de que, inevitavelmente em Santa Maria, as mudanças sócio-espaciais são inerentes ao modo de produção capitalista.

Aliado à condição lembrada anteriormente, e de grande importância para ser agora comentado, refere-se à idéia de Lojkin (1997), quando comenta que na distribuição da infra-estrutura urbana, é necessário ver os gastos com esses equipamentos através do seu valor de uso, e não somente pelo seu valor de troca. Essa afirmação não é o que vem ocorrendo em Santa Maria, pois a distribuição dos equipamentos de infra-estrutura urbana pode estar sendo vista, somente, através do seu valor de troca, uma vez que para a maioria dos equipamentos urbanos estudados, a sua presença está justamente nos bairros com renda média elevada. Se a distribuição dos serviços urbanos não fosse pensada dessa maneira, os bairros mais empobrecidos, ou seja, os bairros mais distantes do centro, também apresentariam uma infra-estrutura urbana adequada, o que atualmente vem ocorrendo de forma parcial.

De tal modo, condizendo com esta idéia, Santos (1997a) mostrando que o Estado, ao restringir a sua intervenção ao nível econômico, faz com que os outros níveis, que também precisam de intervenção, como saúde, educação, lazer e outros, passam assim, a ser organizados pela lei de mercado.

Na cidade, ocorre a utilização de serviços urbanos privados pela classe média/alta, desvinculando o Estado da obrigação de prover essas classes de equipamentos de infra-

⁴⁹ Mesmo não sendo possível ter feito o mapa de distribuição espacial das residências atendidas com energia elétrica, supõe-se que os resultados para esse equipamento seriam de uma distribuição homogênea para os bairros da cidade. Essa idéia é calcada no fato de que nas cidades, nos dias atuais, é praticamente impossível encontrar residências sem energia elétrica, independentemente da renda em que esta população se encontra.

estrutura públicos, de modo que, os serviços públicos oferecidos destinam-se basicamente às classes mais pobres, e são de pior qualidade. Isto é facilmente observado em Santa Maria para os equipamentos de infra-estrutura urbana saúde (unidades de saúde da prefeitura municipal) e educação (escolas municipais), no sentido de que, mesmo não tendo um número considerável desses equipamentos urbanos, o bairro Centro, por exemplo, não pode ser considerado deficiente para a infra-estrutura de saúde e educação municipal. A explicação é feita através da análise da renda desse bairro, que é a mais alta da cidade (> que 8 salários mínimos), o que indica que a sua população não utiliza esses serviços públicos, e por isso, o Estado se ausenta de prover estes bairro com alguns equipamentos de infra-estrutura pública.

Essas condições revelam um processo de segregação social existente na cidade de Santa Maria, e a partir dos conceitos de segregação urbana apresentados em Castells (1983), Villaça (1998), Sposito (1996) e Lojkin (1997), observa-se, nos diversos bairros da cidade, a existência de diferenciações quanto à distribuição dos equipamentos urbanos. Ainda, de acordo com Sposito (1996), verifica-se na cidade, uma estratificação das classes sociais, evidenciada através da distribuição espacial dessas classes sociais na cidade de forma desigual, caracterizando o “processo de fragmentação” no espaço urbano de Santa Maria.

Diante de tudo isso, percebe-se, também, a ação do Estado como parte fundamental deste processo de segregação social verificada na cidade. No sentido de mostrar esta questão, as idéias de Abreu (1987) são bastante relevantes, pois refere-se ao fato de que o Estado, intrinsecamente, tem por objetivo garantir a reprodução do capital, intervindo de modo a assegurar as condições mínimas de reprodução da força de trabalho. Essa condição é exemplificada para os equipamentos urbanos água, energia elétrica e educação, como já foi explicitado.

Indo mais adiante, Rolnik (1988, p.51) ao entender que a questão da segregação urbana “ganha um conteúdo político, de conflito: a luta pelo espaço urbano”, nos faz pensar que a realização de algumas obras na cidade são oriundas da mobilização da população, concordando assim, com as idéias de vários outros autores, apresentados na revisão teórica. Ressalta-se que os governos municipais, caso específico Santa Maria, enfrentam uma reconfiguração da arena decisória e dos processos de tomada de decisão (KERBAUY, 2002), visto que a participação da população, via eleição de prioridades através do orçamento participativo foi significativa para muitas melhorias na cidade.

Assim, a população decidiu a obra de instalação da unidade sanitária no bairro Camobi, a ampliação da unidade sanitária do bairro Itararé, o asfaltamento de muitas ruas da cidade, entre outras coisas. Outras iniciativas da população santa-mariense, desenvolvidas através de protestos e críticas na mídia, também ocasionaram ações por

parte da prefeitura municipal, sendo que desta forma, por exemplo, foi possível o início das reformas no parque Itaimbé.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho permitiu realizar uma investigação sobre o papel do poder público no atendimento da infra-estrutura urbana na cidade de Santa Maria. Ao mesmo tempo, foi possível apreender outros elementos, também importantes, através da confecção de mapas que disponibilizaram alcançar os outros objetivos propostos. Assim, esse mapeamento permitiu identificar a distribuição espacial da infra-estrutura urbana na cidade de Santa Maria, averiguando os bairros que dispõem de equipamentos urbanos e os que se encontram carentes de infra-estrutura urbana, e ainda, verificar a relação da distribuição dos equipamentos de infra-estrutura urbana com o nível de renda da população da cidade.

Portanto, dada as proposições contidas nos objetivos, algumas definições quanto às etapas da pesquisa tornaram-se necessárias para o desenvolvimento do trabalho. De modo a nortear o desdobramento do estudo, escolheram-se as categorias de análise e delimitaram-se os indicadores de infra-estrutura urbana a serem trabalhados. Logo em seguida, partiu-se para a revisão de literatura, sobre as questões teóricas ligadas à problemática de estudo. Posteriormente, realizou-se o levantamento dos dados referentes à infra-estrutura urbana, para que finalmente fosse possível proceder à análise sobre as diferenciações na distribuição dos equipamentos de infra-estrutura urbana na cidade de Santa Maria.

A partir da metodologia proposta, trabalhou-se com base numa hipótese de pesquisa, de certa forma corroborada, de que a diferenciação sócio-espacial na cidade de Santa Maria certamente é reforçada pelo atendimento desigual por parte do Estado (poder público) às diferentes solicitações por infra-estrutura urbana.

Assim, verificou-se para os equipamentos urbanos estudados que os resultados obtidos foram satisfatórios, alcançando-se a proposta da delimitação dos indicadores de infra-estrutura urbana. Contudo, uma restrição ocorreu para o equipamento urbano energia elétrica, que, apesar de muitas tentativas para a aplicação dos dados obtidos, não foi possível trabalhar de maneira satisfatória, como havia sido pensada no início do trabalho. Logo, não foi possível obter a porcentagem de residências atendidas com o serviço de energia elétrica.

Algumas dificuldades foram encontradas no desenvolvimento da pesquisa: primeiramente, salienta-se o problema encontrado para tratar as informações obtidas, que sempre deveriam estar separadas por bairros, mas não se encontravam dessa forma. Essa dificuldade foi motivada pela falta de base comum, por parte dos vários órgãos visitados quanto à delimitação dos bairros da cidade. Situação que acarretou um tempo bastante

significativo na organização desses dados, a fim de torná-los de acordo com a proposta de trabalho. Outra dificuldade encontrada deveu-se à desorganização dos dados sobre a cidade, não havendo uma sistematização deles nos órgãos visitados, principalmente referindo-se aos dados obtidos na prefeitura municipal. Na maioria das vezes, nas secretarias municipais visitadas, verificou-se que as informações disponíveis estavam desorganizadas e desatualizadas.

Há que se comentar também os limites do trabalho, pois se observou a escassez de dados e informações atualizadas sobre a cidade. Santa Maria, mesmo contando com uma universidade federal e outras instituições de ensino superior particulares, ainda é bastante restrito os trabalhos atuais relativos à cidade, principalmente os relacionados à geografia urbana. Mesmo com essa limitação de informações, o trabalho contribuiu para o conhecimento um pouco mais aprofundado sobre algumas questões da cidade, de modo que, de acordo com o levantamento bibliográfico realizado, não houve o conhecimento de um trabalho anterior que tratasse sobre os equipamentos de infra-estrutura urbana da cidade.

Também, apresentando-se como limite do trabalho, segundo Marques (2000) tem-se um novo padrão de desigualdade, não mais expresso apenas pela presença ou ausência de determinado equipamento de infra-estrutura urbana. Por isso, a metodologia utilizada talvez não tenha conseguido explicar todos os fatores que determinam a presença ou ausência dos equipamentos urbanos, pois o trabalho pode ter usado demasiadamente elementos quantitativos para a sua análise. Ocorre que, às vezes, simplesmente saber se um bairro possui ou não determinado equipamento de infra-estrutura urbana não revela a sua real situação, no sentido de que, a análise para se ter melhor compreensão da realidade, também deve considerar a qualidade de atendimento de determinado equipamento urbano. Portanto, apesar de se ter feito um esforço para analisar os bairros através da qualidade do atendimento por serviços urbanos, futuramente em outros trabalhos, este entendimento certamente será mais bem explorado, visto a complexidade para se entender e explicar a presença ou ausência de infra-estrutura urbana.

Assim, retomando as relações estabelecidas entre as questões teóricas abordadas no trabalho e a realidade encontrada em Santa Maria, foi possível verificar que, na prática, a dinâmica urbana de Santa Maria, dá-se em acordo com as bases teóricas levantadas no trabalho. Com isso, a partir das idéias teóricas, em que vários aspectos, considerados importantes para a compreensão da realidade urbana, foram levantados, faz-se agora, comentários sobre esta proposta teórica, juntamente, com os resultados do trabalho.

Foi possível verificar que estas questões teóricas compreenderam elementos de suporte ao trabalho. Dessa maneira, com um conhecimento melhor da realidade urbana de Santa Maria, aspectos importantes, tratados nos itens do quadro teórico do trabalho, foram

corroborados, como, por exemplo: a) alguns equipamentos de infra-estrutura urbana de Santa Maria são distribuídos de forma desigual; b) na maioria dos equipamentos urbanos estudados, a sua presença (em termos de distribuição espacial) está localizada principalmente nos bairros com renda média elevada, ou seja, no bairro centro e nas suas proximidades, mostrando o valor dado ao fator localização; c) há um intenso processo de segregação urbana em relação a muitos bairros da cidade de Santa Maria; d) o Estado, caso específico do poder municipal, na maior parte das vezes, atua de forma desigual no atendimento das demandas por infra-estrutura urbana na cidade; e) o poder público municipal, por vários fatores (já abordados), não vem conseguindo solucionar a carência de equipamentos de infra-estrutura urbana na cidade; f) a participação efetiva da população nas ações do poder público municipal contribuiu em muitos casos, para a melhoria de alguns serviços urbanos na cidade de Santa Maria.

Evoluindo nas considerações sobre os equipamentos de infra-estrutura urbana, evidenciaram-se duas questões importantes. Primeiro, o Estado atende de forma diferenciada as solicitações por infra-estrutura urbana, no sentido de que há disparidades quanto à distribuição espacial da infra-estrutura urbana. Segundo, o atendimento de infra-estrutura urbana em determinados locais, não alterará significativamente a condição de segregação social dessa população. Isto é complexo, no sentido em que, dado o grau extremo de exclusão sócio-espacial dessa população, o acesso aos equipamentos urbanos, não significará em nada o acesso à vida urbana. Assim, para usufruir uma boa infra-estrutura urbana, é preciso estar provido de recursos financeiros para pagá-la, de modo que, em muitos casos, ao recebê-la, as populações carentes não conseguem conviver com esta nova realidade. Então, ver a infra-estrutura urbana sob estes dois aspectos, reflete a complexidade das relações estabelecidas nas cidades.

Observou-se que a ação exercida pelo Estado (poder municipal) no contexto das cidades é bastante expressiva, pelo fato deste ser o principal responsável pela provisão dos equipamentos urbanos. E isso foi bastante evidenciado no trabalho, de modo que, o Estado, visto enquanto conjunto de forças sociais, aumenta os conflitos entre as classes sociais, o que vai interferir diretamente no atendimento da infra-estrutura urbana.

Mas, o Estado, na esfera de atuação municipal, tem encontrado dificuldades econômico-financeiras para desenvolver políticas públicas nas cidades. Mesmo tomando o Estado como elemento que acentua as desigualdades sociais, ele é e deverá ser o elemento regulador da sociedade. E sobre isso, o Estado enquanto poder público local reforça a diferenciação sócio-espacial, ao atender de forma desigual às diferentes solicitações por infra-estrutura urbana em Santa Maria.

Atualmente, as dificuldades enfrentadas pelo poder público municipal, não só de Santa Maria, mas de grande parte das cidades brasileiras, é no sentido de garantir os direitos urbanos da população das cidades. E assim, a realidade encontrada na cidade é de uma segregação sócio-espacial na distribuição dos equipamentos de infra-estrutura urbana entre os bairros da cidade, embora não de forma homogênea em relação a todos os aspectos analisados.

Aliado a isso, Santa Maria, ao longo dos anos, foi crescendo sem políticas públicas eficazes, no sentido de garantir o acesso aos equipamentos urbanos, o que por conseqüência, foi agravando sistematicamente as disparidades entre os bairros da cidade. O poder público municipal, sucessivamente vem tentando sem muito sucesso, delinear um desenvolvimento para a cidade que realmente supere esta atual realidade, onde muitos equipamentos urbanos, essenciais à vida das pessoas, em muitos bairros são precários ou praticamente inexistem. Dessa forma, com essa difícil realidade verificada na cidade, as idéias de Braga (2004) sobre a baixa capacidade de intervenção do poder público municipal, condizem com a situação de Santa Maria, no sentido de que a prefeitura municipal vem encontrando extrema dificuldade na implantação e aplicação das diretrizes do Estatuto da Cidade.

Os elementos atrelados a essa situação são diversos, como por exemplo: a falta de recursos financeiros da prefeitura; a falta de eficiência na prestação dos serviços públicos; os interesses conflitantes existentes na cidade; os diferentes agentes do espaço urbano, que buscam delinear as ações do poder público municipal, entre outros.

Quanto aos equipamentos urbanos, ressalta-se com o término do trabalho, que quase a totalidade desses equipamentos estudados não estão de acordo com as necessidades da população da cidade. Nesse sentido, uma significativa parcela da população da cidade confronta-se com equipamentos urbanos em condições precárias, principalmente: esgoto, circulação, saúde e áreas de lazer.

Estes equipamentos urbanos encontram-se desigualmente distribuídos entre os bairros da cidade, no sentido de que muitos bairros encontram-se carentes em quase todos esses serviços urbanos. Primeiramente, em relação ao equipamento urbano esgoto, preocupa a constatação de que muitas residências da cidade, principalmente as mais distantes do centro, ainda não contam com esse serviço urbano que é considerado básico. A infra-estrutura para circulação também tem uma distribuição bastante desigual em Santa Maria, pelo fato de que há muitas ruas na cidade com condições de pavimentação ruins para o tráfego, ou seja, muitas ruas ainda de chão batido, principalmente, as ruas situadas na periferia da cidade.

Ao avaliar as instituições de saúde da cidade deve-se especialmente dar importância à qualidade dos atendimentos prestados à população. Notou-se que, os

serviços de saúde prestados à população que necessita dos atendimentos do SUS são ineficientes, sendo os atendimentos realizados normalmente aquém da necessidade da população. Comumente, a população que necessita e depende dos atendimentos prestados pelo SUS nas unidades de saúde da prefeitura municipal e nos hospitais públicos, sofre com a precariedade dos serviços prestados.

Em Santa Maria, também é bastante complicado ter acesso às áreas públicas de lazer, no sentido de que a quantidade de áreas de lazer é reduzida, e também, o estado de conservação das que existem, normalmente não é o adequado. Ressalta-se que normalmente são as classes menos privilegiadas que buscam essa forma de lazer.

Finalmente, destaca-se que os equipamentos urbanos água e educação são distribuídos igualmente entre bairros da cidade, podendo ser considerados de boa qualidade. Claro que, se for analisado especificamente cada equipamento urbano, melhorias ainda podem ser feitas, mas para o conjunto dos demais equipamentos urbanos, eles podem ser considerados serviços urbanos adequados às necessidades da população, o que demonstra uma condição mínima de reprodução da força de trabalho.

Assim sendo, também se pode comentar que a distribuição espacial da maioria dos equipamentos de infra-estrutura urbana em Santa Maria está diretamente relacionada com o nível de renda média da população dos bairros da cidade. Nesse sentido, a realidade observada em Santa Maria, reafirma o entendimento de Abreu (1987), que considera a configuração das cidades com um núcleo hipertrofiado e rico, em termos de renda e de oferta de meios de consumo coletivo, e outro, por periferias cada vez mais pobres e carentes desses serviços urbanos.

Mas, esta questão sobre a heterogeneidade na distribuição dos equipamentos urbanos, revela um aspecto importante sobre os investimentos em serviços urbanos. Nesta distribuição espacial dos equipamentos de infra-estrutura urbana, está relacionado, de um lado, a estrutura social existente em Santa Maria, mas também, e talvez muito mais importante, a ação dos moradores de cada bairro da cidade.

Finalmente, é possível pensar outros aspectos que também podem ser estudados a fim de qualificar o entendimento da realidade urbana de Santa Maria. O trabalho possibilitou o estudo de apenas alguns elementos que compõem a dinâmica urbana, abordando exclusivamente os equipamentos urbanos como água, esgoto, energia elétrica, circulação, saúde, educação e áreas de lazer, tomados como indicadores da ação do Estado.

Este trabalho propôs estudar apenas alguns aspectos de Santa Maria, embora para um entendimento mais abrangente da cidade, fosse necessário abarcar ainda outros equipamentos urbanos. No entanto, analisar todos os complexos aspectos de indicadores de segregação urbana é tarefa impossível no âmbito de uma dissertação de mestrado.

Um entendimento mais abrangente dos problemas que envolvem a cidade será possível com a contribuição de outros trabalhos, que também se propuserem a entender um pouco mais de Santa Maria. A cidade apresenta um número de população considerável, fazendo assim, surgir inúmeros problemas urbanos que, por conseqüência, podem ser melhorados com base nos estudos e trabalhos desenvolvidos sobre a cidade. Além disso, com base neste estudo, outras questões também podem ser estudadas, como por exemplo, uma análise mais completa sobre a infra-estrutura urbana, ampliando os equipamentos urbanos a serem estudados. A análise de outros agentes que produzem o espaço urbano em Santa Maria, além da atuação do Estado, a fim de qualificar ainda mais a análise sobre a cidade.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁGUA na Pôr do Sol, só de madrugada. **A Razão**. Santa Maria, 28 e 29 fev. 2004. Geral. p.11.

A LUTA pela sobrevivência. **A Razão**. Santa Maria, 26 ago. 2004. Geral. p.9.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**. ago. 2002. 24p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**. ago. 2002. 7p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**. ago. 2002. 6p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**. mai. 2003. 3p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**. mai. 2003. 2p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**. nov. 2003. 2p.

ABREU, M. de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987. 154p.

BAVA, S. C. Dilemas da Gestão Municipal Democrática. **Pólis**. São Paulo, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>>. Acesso em: 04 out. 2001.

_____. A reapropriação das cidades. In: **Le Monde Diplomatique: um outro mundo urbano é possível**. Abaporu; Pólis; Veraz, n. 2. jan. 2001. p.18-21.

BEBER, C. C. **Santa Maria 200 anos: história da economia do município**. Santa Maria: Pallotti, 1998. 316p.

BELÉM, J. **História do município de Santa Maria: 1797 – 1933**. 3.ed. Santa Maria: UFSM, 2000. 309p.

BEVILACQUA, D. **Implantação do campus universitário de Camobi e repercussões na estrutura urbana da cidade de Santa Maria-RS**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1994. 238p.

BOLFE, S. A. **expansão urbana de Santa Maria/RS: uma avaliação da adequabilidade do uso do solo**. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1997. 156p.

BRAGA, R. Política urbana, política fiscal e pacto federativo: limites e perspectivas do Estatuto da Cidade no contexto da reforma do Estado. **Unesp**. Rio de Janeiro, mai. 2004. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br>>. Acesso em: 23 fev. 2005.

BRASIL. Estatuto da Cidade. **Lei Nº 10.257** de 10 de Julho de 2001. Regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal e determina as diretrizes gerais da política urbana a serem adotadas no país. Brasília, 10 jul. 2001.

BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. 251p.

BR-158 já está a 26 anos sem obras. **A Razão**. Santa Maria, 19 out. 2004. Geral. p.5.

CABO-DE-GUERRA na saúde da região. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 9 out. 2003. Geral. p.8-9.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras: seu controle ou caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.143p.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992. 98p.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p.145-288.

CHAFFUN, N. Dinâmica global e desafio urbano. In: BONDUKI, N. (org.). **Habitat: As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997. p.18-37.

CIDADE ainda tem para onde crescer. **A Razão**. Santa Maria, 3 dez. 2003. Política. p.3.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993. 94p.

CRESCER número de endereços repetidos. **A Razão**. Santa Maria, 9 mar. 2004. Geral. p.5.

CRIATIVIDADE permite reinauguração de praça. **A Razão**. Santa Maria, 9 fev. 2004. Geral. p.8.

CRISTO, S. S. V. de. **O estudo de risco ambiental na sub-bacia hidrográfica do arroio Cadena, direcionado a inundação, Santa Maria/RS**. Monografia de Especialização. Santa Maria: UFSM, 2001. 61p.

DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. 220p.

DAMIANI, A. L. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999a. p.48-61.

_____. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999b. p.118-131.

DNIT (Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes). Entrevista realizada em Setembro de 2004.

FALTA de água prejudica as aulas na Santa Marta. **A Razão**. Santa Maria, 22 jul. 2004. Geral. p.6.

FALTAM fichas no Boi Morto. **A Razão**. Santa Maria, 20 ago. 2003. Geral. p.5.

FERRARI, A. T. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982. 318p.

GONÇALVES, C. W. P. Um passeio pela ordem do caos urbano. In: _____. **Paixão da terra: ensaios críticos de ecologia e geografia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. p.63-79.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997. 310p.

HIRSCH, J. O problema da dedução da forma e da função do Estado burguês. In: REICHELT, H. et al. **A teoria do Estado: materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. p.143-158.

HOSPITAL regional será no Distrito Industrial. **A Razão**. Santa Maria, 31 dez. 2004. Geral. p.6.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 274p.

IBGE. **Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2002.

IBGE define o mapa da miséria. **A Razão**. Santa Maria, 20 nov. 2003. Geral. p.7.

ITAIMBÉ dá adeus ao abandono. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 21 out. 2004. Geral. p.8.

KERBAUY, M. T. M. Descentralização, formulação e implementação de políticas públicas. **Ciência Política**. Niterói, jul. 2002. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br>>. Acesso em: 08 mar. 2005.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 178p.

LICITAÇÃO do PA está autorizada. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 2 jan. 2004. Geral. p.9.

LOJKINE, J. Da política estatal à política urbana: o papel do Estado na urbanização capitalista. In: _____. **O Estado capitalista e a questão urbana**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p 143-196.

LUBAMBO, C. W. Conselhos gestores e desempenho da gestão nos municípios: potencialidades e limites. **Fundaj**. Pernambuco, set. 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 08 mar. 2005.

MACIEL, C. S. Ajuste fiscal: impacto sobre os estados e municípios em 1999. **Unicamp**. Campinas, dez. 1998. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em: 08 mar. 2005.

MARQUES, E. C. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000. 350p.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro: o processo de produção do capital. Tradução: SANT'ANNA, R. Vol. I. 8.ed. São Paulo: Difel, 1982. 579p.

NETO, R. T. **Dinâmica e quantificação do uso da terra, por classe de declividade, dos morros da periferia da cidade de Santa Maria**. Dissertação de mestrado. Santa Maria: UFSM, 1990. 84p.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 396p.

_____. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. 180p.

OLIVEIRA, F. de. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e Debate**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Cortez. Ano 2, n. 6, jun/set, 1982. p.36-54.

_____. Reforma do Estado e democratização do poder local. In: VILLAS-BÔAS, R. & TELLES, V. (org.). Poder local, participação popular e construção da cidadania. **Pólis**. São Paulo: n. 1. 1995. p.5-10.

_____. Aproximações ao enigma: o que quer dizer poder local? **Pólis**. São Paulo: 2001. 40p. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2005.

O PLANO não está nos planos. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 28 out. 2004. Política. p.6.

PESQUISA mostra que região tem 93 favelas. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 13 nov. 2003. Economia. p.12.

PESQUISA revela que há mais leitos na cidade. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 20 ago. 2003. Geral. p.10.

PLANO diretor limita as construções no centro. **A Razão**. Santa Maria, 2 dez. 2003. Política. p.3.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p.13-205.

_____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977. 354p.

PRAÇAS da cidade aguardam reparos. **A Razão**. Santa Maria, 5 jan. 2004. Geral. p.5.

PREFEITURA Municipal de Santa Maria. **Mapa das Áreas Verdes**. Santa Maria, 2003. mapa. Escala: 1:25.000.

PREFEITURA Municipal de Santa Maria. **Mapa da distribuição e localização dos bairros de Santa Maria**. Santa Maria, 2003. mapa. Escala: 1:25.000.

PREFEITURA Municipal de Santa Maria. **Mapa de tipo de pavimentação encontrada na cidade de Santa Maria**. Santa Maria, 2003. mapa. Escala: 1:25.000.

PROTESTO no parque Itaimbé. **A Razão**. Santa Maria, 4 dez. 2003. Geral. p.8.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992. 275p.

RIBEIRO, L. C. de Q.; CARDOSO, A. L. **Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Observatório de políticas urbanas; IPPUR; FASE, 1996. 110p.

ROCHA, L. H. M. da. **Padrão locacional da estrutura social em cidade de porte médio: segregação residencial em Santa Maria-RS**. Projeto de qualificação de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2002. 80p.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 1997. 72p.

ROLNIK, R. **O que é a cidade**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 86p.

ROLNIK, R.; NAKANO, K. Velhas questões, novos desafios. In: **Le Monde Diplomatique: um outro mundo urbano é possível**. Abaporu; Pólis; Veraz, n. 2. jan. 2001. p.30-33.

RÜCKERT, I. N. As Finanças estaduais e os gastos sociais do RS pós Plano Real. **FEE**. Porto Alegre, mai. 2002. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 20 fev. 2005.

RÜCKERT, I. N.; BORSATTO, M. L.; RABELO, M. Os desajustes estruturais das finanças públicas do RS nos anos 90. In: FLIGENSPAN, F. B. (org.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000. p.319-360.

SANTA MARIA. **Lei Municipal nº 2770/86**, de 2 de ago. de 1986. Altera o perímetro urbano, limites distritais e dispõe sobre as denominações de bairros urbanos de Santa Maria. Santa Maria, 1986.

_____. **Lei Orgânica do Município de Santa Maria**. Santa Maria, RS, 9 set. 2002. Disponível em: <<http://www.camara-rs.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2004.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 4.ed. São Paulo: Nobel, 1991. 142p.

_____. **A urbanização brasileira.** 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 157p.

_____. **Pensando o espaço do homem.** 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 72p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1997a. 124p.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1997b. 190p.

_____. **Espaço e Método.** 4.ed. São Paulo: Nobel, 1997c. 88p.

SARTORI, M. da G. B. **O clima de Santa Maria/RS: do regional ao urbano.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1979.165p.

SCHÄFER, G. Alguns problemas decorrentes da relação entre dominação “econômica” e “política”. In: REICHEL, H. et al. **A teoria do Estado: materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. p.95-141.

SCHMIDT, B. V. **O Estado e a política urbana no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 1983. p.9-153.

SILVA, A. A. da; MELÃO, C. M. G. O direito à qualidade de vida na cidade. In: GRIMBERG, E. (org.). Ambiente urbano e qualidade de vida. **Pólis.** São Paulo: n. 3. 1991. p.100-109.

SILVA, A. A. da; SAULE JUNIOR, N. A cidade faz a sua constituição. **Pólis.** São Paulo: n. 10. 1993. 66p.

SILVA, A. A. (org.). Moradia e cidadania: um debate em movimento. **Pólis.** São Paulo: n. 20. 1994. 220p.

SILVA, J. B. da. Espaço e contradições. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. **O espaço no fim de século:a nova raridade.** São Paulo: Contexto, 1999. p.42-47.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p.21-36.

_____. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica.** 15.ed. São Paulo: Moderna, 1987. 86p.

SOUZA, M. A. de. **Governo urbano.** São Paulo: Nobel, 1988. 84p.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização.** São Paulo: Contexto, 1988. 80p.

_____. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista de Geografia.** Dourados: n.4, set/out/nov/dez. 1996. p.71-85.

SUGAI, M. I. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis.** Tese de Doutorado. Vol.I. São Paulo: USP, 2002. 259p.

TUDO parado nas obras da BR-158. **Diário de Santa Maria.** Santa Maria, 27 out. 2004. Geral. p.6.

UMA legião mora em área de risco na cidade. **Diário de Santa Maria.** Santa Maria, 5 fev. 2004. Geral. p.8.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Nobel; Fapesp; Lincoln Institute, 1998. p.141-352.

VOCÊ gosta da nossa praça? **Diário de Santa Maria.** Santa Maria, 30 e 31 out. 2004. Geral. p.14-15.